

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**  
**ANGÉLICA CRISTINA GOMES SILVA**

**A INSTITUIÇÃO DA REGIÃO: (IN)DEFINIÇÕES DO “SERTÃO DA  
FARINHA PODRE, ACTUAL TRIÂNGULO MINEIRO”**

**UBERLÂNDIA**

**2020**

**ANGÉLICA CRISTINA GOMES SILVA**

**A INSTITUIÇÃO DA REGIÃO: (IN)DEFINIÇÕES DO “SERTÃO DA  
FARINHA PODRE, ACTUAL TRIÂNGULO MINEIRO”**

Dissertação apresentada como requisito final para obtenção do título de Mestre em História Social, oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia.

Área de Concentração: História Social

Linha de Pesquisa: Política e Imaginário

**Orientador:** Prof. Dr. Gilberto César de Noronha

**UBERLÂNDIA**

**2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

S586i  
2020 Silva, Angélica Cristina Gomes, 1996-  
A instituição da região [recurso eletrônico] : (in)definições do  
“Sertão da Farinha Podre, actual Triângulo Mineiro” / Angélica Cristina  
Gomes Silva. - 2020.

Orientador: Gilberto César de Noronha.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em História.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.6029>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. História. I. Noronha, Gilberto César de, 1979-, (Orient.). II.  
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em  
História. III. Título.

---

CDU: 930

Rejâne Maria da Silva – CRB6/1925  
Bibliotecária



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História  
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
Telefone: (34) 3239-4395 - www.ppghis.inhis.ufu.br - ppghis@inhis.ufu.br



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, Ata 19, PPGHI				
Data:	Vinte e nove de outubro de dois mil e vinte	Hora de início:	09:00	Hora de encerramento:	11:10
Matrícula do Discente:	11812HIS001				
Nome do Discente:	Angélica Cristina Gomes Silva				
Título do Trabalho:	A instituição da região: (In)definições do “Sertão da Farinha Podre, Actual Triângulo Mineiro”				
Área de concentração:	História Social				
Linha de pesquisa:	Política e Imaginário				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Ciganos em Portugal e no Brasil: composições modernas				

Reuniu-se de forma remota através da plataforma de webconferências Mconf RNP, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores Doutores: Iara Toscano Correia (UFU), Radamés Vieira Nunes (UFG/RC em transição UFCAT), Gilberto César Noronha orientador da candidata.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Gilberto César Noronha, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.

---



Documento assinado eletronicamente por **Gilberto Cezar de Noronha, Presidente**, em 29/10/2020, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Iara Toscano Correia, Professor(a) do Magistério Superior**, em 29/10/2020, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Radamés Nunes, Usuário Externo**, em 29/10/2020, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2310714** e o código CRC **9538E97F**.

---

**ANGÉLICA CRISTINA GOMES SILVA**

**A INSTITUIÇÃO DA REGIÃO: (IN)DEFINIÇÕES DO “SERTÃO DA  
FARINHA PODRE, ACTUAL TRIÂNGULO MINEIRO”**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Gilberto César de Noronha (Orientador) – INHIS/UFU

---

Profa. Dra. Iara Toscano Correia– INHIS/UFU

---

Prof. Dr. Radamés Vieira Nunes - UFG/RC em transição UFCAT

Uberlândia, 29 de outubro de 2020.

## AGRADECIMENTOS

Ao longo de sete anos pude conviver com muitas pessoas na Universidade. Foi uma jornada de autodescoberta e grandes aprendizados. Sou grata pelos amigos que fiz e pelos vários professores que exerceram um grande trabalho de orientação e ensino me inspirando a seguir a carreira docente com ousadia e coragem.

Cada experiência vivenciada proporcionou a possibilidade de crescer e ajudou a moldar e construir quem tenho me tornado: *a educação realmente transforma!* Escrevo na esperança de que muitos outros tenham maiores oportunidades do que aquelas que eu tive de provar esta verdade.

Agradeço especialmente a minha família, que me suportou em momentos desespero e entendeu (quase sempre) quando precisei estar ausente. Sou grata, também, aos meus amigos que me deram força em meio às dificuldades e as dores do processo.

Agradeço ao meu orientar por sua inacreditável paciência e por me inspirar a continuar e a persistir mesmo em meio aos ventos contrários. Suas contribuições neste texto não poderiam se limitar a algumas citações!

Obrigada aos membros da banca – de qualificação e defesa – por suas opiniões, críticas e pontuações relevantes e cuidadosas. Sei que posso crescer e aprender muito ouvindo pessoas tão disponíveis e sábias.

Por fim (e mais importante), agradeço ao maior criador de todos os tempos, Autor da vida, que me dá todas as manhãs a inspiração necessária e a oportunidade de tentar de novo.

Assim, é como conto. Antes conto as coisas  
que formaram passado para mim com mais  
pertença. Vou lhe falar. Lhe falo do sertão. Do  
que não sei. Um grande sertão! Não sei.  
Ninguém ainda não sabe. Só umas raríssimas  
pessoas – e só essas poucas veredas,  
veredazinhas. O que muito lhe agradeço é a  
sua fineza de atenção.

João Guimarães Rosa

## RESUMO

Este presente trabalho tem como objetivo compreender o processo de constituição do Triângulo Mineiro, atual região administrativa do Estado de Minas Gerais, localizada entre os rios Grande e Paranaíba, lugar de disputas políticas entre Capitânicas e Províncias por razões e motivações que buscamos analisar ao longo do texto. Sendo assim, mobilizamos fontes de natureza diversa como cartografia, imprensa, documentos oficiais, memórias e relatos de viagens para pensar os elementos que compõem sua principal *figuração*: o triângulo – buscando identificar seus vértices históricos, arestas ou lados políticos e a forma identitária constituída a partir de sua (dis)junção – propomos estabelecer uma narrativa perscrutando a constituição história de seus vértices ou o processo de composição dos limites do atual Triângulo; seus lados que se formam pela (imagem)ação de sujeitos nas disputas territoriais que surgiram através destes movimentos entre São Paulo, Minas e Goiás. Por fim, percorrendo suas formas ou a construção da *figuração* que conhecemos como Triângulo “mineiro”, encontramos uma categoria material que ultrapassa os traçados da figura euclidiana e revelam diferentes formas de pertencer e se relacionar com o espaço habitado.

**Palavras-chave:** Figurações identitárias. Sertão. Triângulo Mineiro.

## ABSTRACT

This study aims to understand the constitution process of the Triângulo Mineiro, the current administrative region of the State of Minas Gerais, located between the Grande and Paranaíba rivers, a place of political disputes between Captaincies and Provinces for reasons and motivations that we seek to analyze along with the text. Therefore, we mobilize sources of diverse nature such as cartography, press, official documents, memories, and travel reports to think about the elements that make up its main figuration: the triangle - seeking to identify its historical vertices, edges, or political sides and the identity form constituted by starting from its disjunction - we propose to establish a narrative examining the historical constitution of its vertices or the process of composition of the limits of the current Triangle; its sides that are formed by the idea of subjects in the territorial disputes that arose through these movements between São Paulo, Minas, and Goiás. Finally, traversing their forms or the construction of the figuration that we know as the “Mineiro” Triangle, we find a category material that goes beyond the traces of the Euclidean figure and reveals different ways of belonging and relating to the inhabited space.

**Keywords:** Identity figures. Hinterland. Triângulo Mineiro.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1. É DO TRIÂNGULO QUE SE PARTE PARA ATRAVESSAR OS SERTÕES?</b> .....	20
<b>2. ENTRADAS E DESCOBERTAS TRAÇAM AS ARESTAS DO TRIÂNGULO?</b> .....	47
2.1. Traçado paulista (1709 – 1744).....	49
2.3. Traçado mineiro .....	62
<b>3. A CRIAÇÃO DO TRIÂNGULO EVOCA QUAIS IMAGENS E LEMBRANÇAS?</b> .....	73
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	100
<b>FONTES</b> .....	102
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	105

## LISTA DE FIGURAS

Mapa 1: Mapa da província de minas gerais, levantado pelo coronel barão d' eschwege em 1821, aumentado com a costa de leste, limites das dioceses, comarcas eclesiásticas, termos, julgados, freguesias, e distritos, e comparativo da atual com uma nova organização civil, por Luis Maria silva Pinto, em 1826. ....	30
Mapa 2: Mapa da província de minas gerais, levantado pelo coronel barão d'Echwege em 1821, aumentado com a costa de leste, limites das dioceses, comarcas eclesiásticas, termos, julgados, freguesias, e distritos, e comparativo da atual com uma nova organização civil, por Luis Maria silva Pinto, em 1826.(Detalhe) .....	32
Mapa 3: Carta chorographica da província de Minas Gerais: coordenada e desenhada em vista dos mappas chorographicos antigos e das observações mais recentes de vários engenheiros. F. Wagner, 1855.....	34
Mapa 4: Carta da província de Minas Geraes, Levantada por ordem do Sr. Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, presidente da província. H. Gerber, 1862.....	35
Mapa 5: Carta chorographica da província de Minas Gerais: coordenada e desenhada em vista dos mappas chorographicos antigos e das observações mais recentes de vários engenheiros. F. Wagner, 1855. (detalhe).....	37
Mapa 6: Carta da província de Minas Geraes, Levantada por ordem do Sr. Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, presidente da província. H. Gerber, 1862. (detalhe).....	38
Mapa 7: Carta corográfica plana da província de Goiás e dos julgados de Desemboque e Araxá da Província de Minas Gerais. Raimundo José da Cunha Mattos. 1826.....	45
Mapa 8 :Carta corográfica plana da província de Goiás e dos julgados de Desemboque e Araxá da Província de Minas Gerais. Raimundo José da Cunha Mattos. 1826. (detalhe).....	52
Mapa 9: Mapa geral dos limites da Capitania de Goiás, 1751. ....	54
Mapa 10: Mapa geral dos limites da Capitania de Goias, 1751 (detalhe).....	55
Mapa 11: Recens Elaborata Mappa Geographica Regni Brasiliae in America Meridionali. ....	58
Mapa 12: Plano Geografico que mostra a Capitania de Goyas huma das do centro da America Meridional e Domínio Portuguez, cuja Capital he Villa Boa que está situada em 16° 20' de Latitude ao .....	65
Mapa 13: Plano Geografico que mostra a Capitania de Goyas huma das do centro da America Meridional e Domínio Portuguez, cuja Capital he Villa Boa que está situada em 16° 20' de Latitude ao .....	67
Mapa 14: Província de Entre-Rios (1873).....	81
Mapa 15: Sertão da Farinha Podre, 1870. Divisão de municípios. ....	87

Mapa 16 – Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (1872 – 1922).....	94
Mapa 17 - Mapa com várias estradas férreas em Minas. Em vermelho a Estrada de Ferro Rede Mineira de Viação.....	98
Figura 1: Assinaturas favoráveis a anexação do Triângulo a S. Paulo. 1875.....	89
Tabela 1 - População dos termos de Uberaba, Prata, Monte Alegre e Sacramento (1872) .....	90
Tabela 2 - População masculina acima de 25 anos dos termos de Uberaba, Prata, Monte Alegre e Sacramento .....	91

## INTRODUÇÃO

A historiografia regional que tem se ocupado da constituição do Triângulo Mineiro consagrou como “clássicos”<sup>1</sup> alguns documentos e textos que têm funcionado como verdadeiros lugares de memória. Três destes registros se destacam: o *Requerimento dos moradores de S. Domingos do Araxá* (1815) que é uma solicitação dos moradores para anexação dos Julgados de Araxá e Desemboque à província de Minas Gerais; o *Relatório Oficial* do Padre Leandro Rabello (1827) que compõe suas impressões de viagem para o interior do julgado de Desemboque e o artigo *Sertão da Farinha Podre, actual Triângulo Mineiro* de Antônio Borges Sampaio (1906) publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro, em 1909. Nas palavras de Estevão de Melo Marcondes Luz, tais registros constituem “documentos de grande importância para o estudioso da história da ocupação desses territórios do Brasil central, especificamente sobre a região oeste de Minas Gerais” que possibilitam “conhecer os primeiros entrantes daquele território”.<sup>2</sup>

Tais documentos serão analisados com mais detalhes ao longo do trabalho, mas de saída podemos afirmar que a narrativa de Antônio Borges Sampaio ocupa lugar de destaque entre eles. Isto porque é ele o que tem sido mais evocado pela historiografia e pela memória social construída sobre o processo de ocupação do Triângulo Mineiro. É através do que escreveu e imaginou Borges Sampaio que a cultura histórica local tem se constituído. Sua versão da história é aquela mais difundida nos meios de comunicação, no ensino de história na educação básica e na universidade e em outros espaços de produção de sentidos do passado, pelo qual temos aprendido como, as “primeiras pessoas” migraram para as terras que compõem o atual Triângulo Mineiro e batizaram-nas, naqueles tempos – início do século XIX – como Sertão da Farinha Podre. Segundo esta narrativa canônica,

---

<sup>1</sup> Segundo o *Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa*, o adjetivo “Clássico” pode ser definido, dentre outros conceitos, como:

- a) Relativo à arte, à literatura ou à cultura dos antigos gregos e romanos;
- b) Que segue, em matéria de artes, letras, cultura o padrão desses povos
- c) Da mais alta qualidade; modelar; exemplar;
- d) Cujo valor foi posto à prova do tempo; tradicional; antigo;
- e) Que segue os cânones preestabelecidos; acorde com eles;

Adotamos, portanto, o termo no sentido de narrativas tradicionais, tomadas como modelo explicativo sobre algo ou alguém. Ver: ISBN 978-85-240-4074-0. FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário da língua portuguesa*.

<sup>2</sup> LUZ, E. de M. M. *Um legislador nas Gerais: vida e obra do Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik (1783-1861)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual de São Paulo: Franca, 2008. p.31-32.

era costume dos entrantes, denominados <bandeirantes> quando iam penetrar em lugares incultos, fazerem deposito de algum dos viveres que conduziam, em pontos que assinalavam: regularmente eram as grandes arvores que lhes serviam de <despensa>. No ribeirão então desconhecido, (...) [nas proximidades da atual cidade de Sacramento] deixavam os <entrantes> alguma provisão de viveres, que lhes devia servir de conforto no regresso para Desemboque. Encontraram, porém, ao voltarem, alguns delles avariados, entre os quaes a <farinha de milho> apodrecida. Por esse fato, reza a tradição, o ribeiro ficou sendo denominado – Da Farinha Podre –, nome que conservou, dando-o ao vasto territorio comprehendido entre os dois rios – Grande e Parahyba.<sup>3</sup>

É por esta versão da história estabelecida pelo texto de Borges Sampaio que temos sido apresentados ao Sertão da Farinha Podre, espaço que, segundo o autor, se transformou no final do século XIX em Triângulo Mineiro. Esta afirmação admite equivalência geográfica e oposição de sentidos e significados entre ambos, pois, constrói a narrativa que dá origem ao Triângulo fazendo coincidir a área e os limites do Sertão da Farinha Podre com os atuais limites do Triângulo Mineiro. Entretanto, esta forma de nomeação (sertão) e os sentidos que ela enuncia não seriam, em 1906, suficientes para designar a *região* hoje reconhecida como Triângulo Mineiro.

Em outras palavras, no texto-referência sobre a história de constituição do triângulo mineiro, o procedimento adotado pelo autor e recorrentemente atualizado foi enunciar o Sertão da Farinha Podre para imediatamente torná-lo *ruína* para que o Triângulo Mineiro emergisse como figura moderna. Estas “formas presentes de uma vida passada”<sup>4</sup> legitimam a instituição de outras configurações sociais, dando a falsa impressão de estarmos diante de um projeto finalizado mas que se refaz constantemente; a ação de forças naturais que trariam a substituição das formas de vida tradicionais, por outras, modernas, “não segundo os seus restos, mas segundo o seu passado como tal”<sup>5</sup>. Não seriam estas formas de vida, romantizadas num Sertão da Farinha Podre originário, invenções da própria modernidade?

Se partirmos desta perspectiva podemos ser conduzidos por caminhos diversos àqueles percorridos pelos estudiosos da história de constituição do Triângulo Mineiro. Ao propor questionar as práticas sociais que instituíram os limites que nos fazem, atualmente, mineiros (em termos políticos), somos apresentados a variadas temporalidades e formas de

<sup>3</sup> SAMPAIO, Antônio Borges de. Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro – esboço histórico. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. V.14, Fascículo: 3. 1906. p.266.

<sup>4</sup> SIMMEL, Georg. A ruína. SOUZA, Jessé e OELZE, Berthold. *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB. 1998. pp. 137-144. p.143.

<sup>5</sup> SIMMEL, Georg. A ruína. SOUZA, Jessé e OELZE, Berthold. *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB. 1998. pp. 137-144. p.143.

organização social que não se enquadram, ou que são preteridas nesta narrativa canônica. O desafio inicial é, portanto, encontrando a linha que conduz a escrita desta história, “saber conectar os fios, amarrar os nós, respeitando os vazios e silêncios que também constituem o desenho do passado, o entramado dos tempos”<sup>6</sup>.

Essa tecelagem não é tarefa fácil, pois envolve despertar um estranhamento<sup>7</sup> das narrativas regionais, por vezes naturalizadas, que formam nossa identidade. O desafio que nos impusemos neste trabalho foi partir das formas consolidadas de conhecer e enunciar esta região de Minas Gerais buscando “o distanciamento daquilo que está muito próximo de nós, aquilo que nos constitui, que nos define e nos inventa”<sup>8</sup>. Entretanto, este distanciamento não deveria tornar o historiador um *estrangeiro* em sua própria terra, mas alguém que dada à oportunidade de conhecer e integrar seus limites decide questioná-los.

Este questionamento das fronteiras e limites que compõem a região Triângulo Mineiro, tão naturalizadas, especialmente graças à analogia matemática do espaço, tão poderosa como linguagem do racional, é uma tarefa que me exigiram dialogar com um emaranhado de fontes de natureza diversa: registros oficiais, memórias, cartografias, correspondências, imagens... que precisam ser compreendidas não apenas como documentos (de um acontecimento passado), mas como monumentos em seus devidos contextos que são instrumentos de produção “como produto da sociedade que os fabricou”<sup>9</sup>. Diante deste panorama com vários tipos de fontes disponíveis ao historiador interessado na História deste Triângulo Mineiro, por que eleger como clássicos três documentos diferentes para a construção da história regional, como descrito no início do texto? Por que associar apenas duas formas de nomeação a um espaço que possuiu diversas outras? Neste sentido, fazer a *história da região* implica em questionar o conceito de região e próprio processo de regionalização e, por vezes naturalizado graças à interpretação dos limites regionais.

---

<sup>6</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O Tecelão dos Tempos: o historiador como artesão das temporalidades. *Revista Eletrônica Boletim do tempo*, Ano 4, Nº19, Rio, 2009. p.5.

<sup>7</sup> “Para Ginzburg, O estranhamento, na literatura, tem raízes profundas. Usando a autobiografia de Marco Aurélio como fonte, o autor de Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância, remete ao exercício proposto por Epicteto, o filósofo escravo, responsável pela educação do citado imperador romano. Epicteto propôs uma forma de pensar a Aurélio baseada em uma desmontagem das artes. Não interessava para o filósofo se ater ao sedutor produto final da arte, mas o processo de elaboração que o tornou possível”. Ver: NETO, J. M. A. Escrita, Estranhamento E História Em Walter Benjamin. In: *VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar*. Universidade Federal do Piauí – UFPI, P.2

<sup>8</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Objeto em fuga: algumas considerações sobre o conceito de região. *Fronteiras*, Dourados – MS. V.10, n.17, p.55-67, jan/jun. 2008. p.64.

<sup>9</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p.545.

Este questionamento dos nossos limites regionais, no caso desta pesquisa, sofreu variadas intervenções na medida em que – por várias vezes – fomos caindo e aprendendo a nos desvencilhar das “armadilhas” da memória, da documentação e da própria narrativa historiográfica. Compreendemos assim, que não apenas a região, mas a própria história escrita pode ser produtora e “também produto dos devaneios, dos sonhos, das utopias, dos investimentos imaginários, das simbologias, dos mitos, das lendas, das invenções poéticas e estéticas dos homens”<sup>10</sup>.

Ao iniciar esta pesquisa, por exemplo, partimos da ideia consolidada na historiografia de que haveria equivalência entre o Sertão da Farinha Podre de antanho e o Triângulo Mineiro contemporâneo em termos de espaço habitado. Se esta afirmação se confirmasse, teríamos então uma possibilidade de encontrar um triângulo histórico com arestas precisas cabendo-nos apenas estudar o que havia acontecido naqueles limites, em quaisquer registros históricos que são datados do século XIX. Entretanto, se este triângulo fosse de fato natural, como supúnhamos, poderíamos encontrá-lo não apenas nos registros do século XIX, mas de toda a história colonial, já que os rios que lhe dão forma e o “delimitam”, correm no mesmo sentido, mais ou menos no mesmo leito, desde antes de o Brasil, enquanto território, existir.

Encontrar os vestígios deste triângulo (figura histórica) além de se revelar uma tarefa árdua e problemática não nos levou a nenhum lugar. Era uma armadilha plantada pelos enunciadores da ideia que nos jogava no terreno maldito do anacronismo não elogioso, disfarçado de história de longa duração. É fato, entretanto, que com um pouco de esforço e muita “imaginação” é possível encontrar a figura de um triângulo em qualquer documento cartográfico – ou não – que apresente o traçado minimamente semelhante, à topografia e à hidrografia atual daquela região, afinal o espaço não contém “em parte alguma um limite absoluto, justamente por isso permite traçá-lo em termos subjetivos onde quer que seja. Em relação à natureza, qualquer fixação de limite é uma arbitrariedade”<sup>11</sup>.

Esta, a propósito, foi outra armadilha na qual caímos e, por pouco, escapamos. A busca por um triângulo a partir de sua equivalência espacial com o Sertão da Farinha Podre, além de pouco frutífera, nos conduziu a precipitadas conclusões teóricas que merecem ser

---

<sup>10</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Objeto em fuga: algumas considerações sobre o conceito de região. *Fronteiras*, Dourados – MS. V.10, n.17, p.55-67, jan/jun. 2008. p.62.

<sup>11</sup> SIMMEL, Georg. Sociologia do espaço. Tradução: DOMSCHKE, Rainer & FREHSE, Fraya. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 27, n.79, pp.75-112. p. 80.

evidenciadas já de início: Uma vez que é possível traçar esta figura triangular sob qualquer superfície espacial que aparentemente lhe equivalha, o Triângulo Mineiro parece-nos tornou-se mais uma parcela de um espaço que estaria nos “olhos de quem o vê” e não como uma realidade objetiva. Algo como uma *intuição a priori* bem ao gosto da filosofia Kantiana.

Segundo esta perspectiva, da *estética transcendental*, a *intuição* do espaço (e do tempo) seria a única constituição *a priori* e pura que podemos perceber. Dito de outro modo, o espaço não seria absolutamente real objetivo (teoria Newtoniana), nem absolutamente relacional (teoria Leibniziana), mas pertenceria unicamente à “constituição subjetiva do espírito”<sup>12</sup>. Nesse sentido, fomos levados a pensar que o espaço, apesar de ter seus limites claramente delimitados por seres humanos, não os contempla em sua vida prática, pois ainda que subjetivo não dependeria da experiência humana, ele lhe seria anterior. O problema deste possível caminho que ameaçamos percorrer é sua insuficiência para abordar a história dos sujeitos do conhecimento, suas ações práticas que se modificam no tempo: o Triângulo Mineiro não é apenas a figura de um triângulo como um dado a priori, geométrica, racional que comporta uma identidade, uma dada memória, uma determinada história a ser recontada. Assim, à medida que a pesquisa avançava, fomos nos distanciando desta perspectiva. Não pretendemos estudar apenas a história das ações humanas em um determinado “espaço recortado”, mas a instituição histórica dos limites que o constituem, os quais são necessariamente humanos, arbitrários ou não.

O ponto de vista contrário revelou-se também insuficiente. Se o espaço não é uma *intuição a priori*, também não é apenas um palco para a ação humana, nem o Triângulo Mineiro seria apenas o resultado político e administrativo de uma série de conflitos anteriores. Se assim o fosse, os vários movimentos separatistas teriam cessado com a consolidação da imagem, inclusive os das últimas décadas<sup>13</sup> que insistem em nos mostrar que estão vivos uma série de conflitos identitários revelando a importância simbólica que este espaço possui no imaginário, dando notícia não apenas das ações do passado, mas dos projetos de futuro.

Sendo assim, depois de muitas idas e vindas, visões e revisões o objetivo geral deste trabalho é compreender o processo de instituição do Triângulo Mineiro, afinal esta região moderna se constitui em oposição a quais outras formas de organização social? Para alcança-

<sup>12</sup> PEREIRA, R. M. O espaço e o tempo como intuições puras: um estudo acerca dos argumentos presentes nas exposições metafísicas da “Estética Transcendental”. *Ensaio Filosóficos*, V.3. Abril/2011. pp.121-132. p.123.

<sup>13</sup> ARANTES, Larissa. Supremo sepulta a criação do Estado do Triângulo. *O Tempo*. 02/09/2011. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/supremo-sepulta-criacao-do-estado-do-triangulo-1.345341>. Acesso em 11/2019.

lo é necessário questionar: Quais são as diferentes formas de configuração deste território? Quais os seus topônimos? Quem foram os primeiros entrantes a percorrer este espaço? Qual a memória construída acerca destas primeiras ocupações? Quem foram os responsáveis pelo traçado do Triângulo Mineiro, inventando-o sob e pelas formas espaciais? Por que adotar a denominação “Triângulo Mineiro” para o território?

Deste modo, para os objetivos deste trabalho, pareceu-nos mais adequado entender o Triângulo Mineiro como uma forma de organização social baseada em redes de interdependência estruturadas de acordo com “elos de ligação”, ou seja, os sentidos do viver de cada grupo ou sociedade. Assim, mais do que simplesmente uma figura geométrica, temos formas sociais cujas relações ou interações produzem (e são produtoras) de configurações espaciais, uma *figuração*, como defendido por Norbert Elias.<sup>14</sup>

Na historiografia regional, vários autores buscaram estudar o Triângulo Mineiro recontando a história de ocupação do espaço para construir uma abordagem específica acerca de temas e problemas que tiveram lugares nestes limites específicos: estudos sobre famílias da elite local<sup>15</sup>, populações indígenas e escravizadas<sup>16</sup>, constituição de redes urbanas<sup>17</sup>, conflitos identitários<sup>18</sup>. Nestes trabalhos, não raro o Triângulo era tomado como um dado inquestionável onde os eventos acontecem, a associação entre Sertão da Farinha Podre e Triângulo Mineiro foi raramente problematizada, evocando-se a escrita de Antônio Borges Sampaio como uma das possíveis explicações para a denominação, junto com sua

<sup>14</sup> ELIAS, N. *Escritos e ensaios*: 1. Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2006.

<sup>15</sup> LUZ, E. de M. M. *Um legislador nas Gerais: vida e obra do Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik (1783-1861)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual de São Paulo: Franca, 2008. & Saldanha, F. H. D. Administrar seus ofícios e o bem comum: o perfil socioeconômico das elites regionais no Sertão da Farinha Podre (1852-1888). *Locus - Revista De História*, v. 22, n.1. 2016.

<sup>16</sup> RIBEIRO JUNIOR, F. P. A fabricação da liberdade: alforrias e abolição da escravidão no Triângulo Mineiro, 1821-1888. In: *História & Perspectivas*, Uberlândia (36-37):281-309, Jan.Dez. 2007. & MORI, Robert. *Os aldeamentos indígenas no caminho dos goiases: guerra e etnogênese no “Sertão do gentio Cayapó” (Sertão da Farinha Podre) – Séculos XVIII E XIX*. 2015. 219 f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

RIBEIRO JUNIOR, F. P. *De batuques e trabalhos. Resistência negra e a experiência do cativo - Uberaba, 1856/190*. Dissertação (mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, PUC - SP, 2001.

Mano, M. (2011). Contato, Guerra E Paz: Problemas de tempo, mito e história. *Revista De Ciências Sociais - Política & Trabalho*, João Pessoa: Paraíba. P.34

<sup>17</sup> LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *O Triângulo Mineiro, do Império à República: o extremo Oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX)*. Uberlândia: EdUFU, 2010. & OLIVEIRA, H. C. M. de. *Urbanização e cidades: Análises da microrregião de Ituiutaba (MG)*. Tese (Doutorado em geografia). Universidade Federal de Uberlândia, 2013. DANTAS, Sandra Mara. *A fabricação do urbano: Civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)*. 2008. 203 f. Tese (doutorado em história) - Faculdade de história, direito e serviço social, Universidade estadual de São Paulo, Franca, 2008.

<sup>18</sup> LONGHI, R. S. D. G. O movimento separatista do triângulo mineiro. In: *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 04, jun 1998. pp. 119-135. & DANTAS, Sandra Mara. Identidades em órbita: O habitante do Triângulo Mineiro e constituição da triangulidade. *Locus: Revista de História de Juiz de Fora*. v. 20, n. 2. p.125-144. 2015.

contraposição, feita por Edelweiss Teixeira ao afirmar que: “em Portugal, há freguesia de São Paio da Farinha Podre, entre outras. Em Minas, encontramos um córrego da Farinha Podre, afluente do Ribeirão Elvas, rio das Mortes. Vê-se que o nome, em nossa região, não é original”<sup>19</sup>.

Diante deste panorama, o presente trabalho se faz relevante por questionar conceitos e relações tomados como lugares comuns pela historiografia regional, buscando estabelecer novas perspectivas sobre as formas de organização e relação dos sujeitos históricos com seu espaço habitado. Seriam estas diferentes formas de organização apenas frutos de negociações políticas ou reveladoras de múltiplas formas de interagir com o espaço?

Esta sobreposição de Sertão da Farinha Podre e Triângulo Mineiro ganha contornos tão consolidados, seja pela explicação de Borges Sampaio ou pelas suas variações como a contraposição feita por Edelweiss Teixeira, que tais trabalhos, em muitos aspectos inovadores, acabam conduzindo seus leitores a reiterar as narrativas memorialísticas acerca da constituição do espaço que se enraizaram na historiografia regional. Tal procedimento opera sutilmente, como podemos ver em Oliveira (2013),

O processo histórico de constituição territorial do Triângulo Mineiro (*conhecido na época como Sertão da Farinha Podre*), enquanto região econômica e política brasileira, iniciou-se no século XVI, quando era somente um local de passagem de mineradores e tropeiros rumo às áreas de exploração de ouro nas atuais terras do estado de Goiás.<sup>20</sup>

Guimarães (2010) ao discutir sobre a questão econômica do Triângulo e suas origens, também adota a narrativa tradicional ao afirmar que

Este é o caso particular da atual região do Triângulo Mineiro, *nos primórdios denominado de Sertão da Farinha Podre*, cujas origens remontam ao movimento bandeirante paulista que adentrou o interior do continente em busca de metais e pedras preciosas e, secundariamente, ocupou-se da captura e exploração do indígena.<sup>21</sup>

Mas será mesmo que estas duas figurações (Triângulo Mineiro e Sertão da Farinha Podre) coincidem no tempo-espaço? Sendo assim, fomos levados a outros caminhos, que nos mostram que a constatação da suposta equivalência entre Sertão da Farinha Podre e Triângulo

<sup>19</sup> TEIXEIRA, E. *O Triângulo Mineiro nos Oitocentos (séculos XVIII e XIX)*. Uberaba: Intergraff Editora, 2001. p.94.

<sup>20</sup> OLIVEIRA, H. C. M. de. *Urbanização e cidades: Análises da microrregião de Ituiutaba (MG)*. Tese (Doutorado em geografia). Universidade Federal de Uberlândia, 2013. p.47. (grifo nosso).

<sup>21</sup> GUIMARÃES, Eduardo Nunes. *Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: Integração nacional e consolidação regional*. Uberlândia: EdUFU, 2010. p.33. (grifo nosso).

Mineiro, não bastava para compreender a constituição dos limites do Triângulo Mineiro que são também os limites de Minas Gerais. Por isso, para além de reconhecer as diferenças entre as estas duas figurações pela clássica analogia entre as formas de vida do *passado* (Sertão da Farinha Podre) e da *modernidade* (Triângulo Mineiro), era necessário atentar para outras formas de nomear e compreender aquele espaço que não cabiam neste par dicotômico.

Para apresentar os resultados obtidos nesta incursão historiográfica sobre as formas espaciais, este trabalho foi organizado em três capítulos: o primeiro busca estudar o processo de formação inicial das fronteiras e limites que compõem o atual Triângulo Mineiro, especialmente através da cartografia dos séculos XVIII e XIX, pela qual revisitamos outros topônimos e termos que revelam diferentes configurações espaciais estabelecidas no Brasil.

No segundo capítulo, revisitamos os conflitos acerca da posse destas terras cuja conquista é recontada por várias narrativas. Procuramos reconstruir a história das primeiras bandeiras pelo sertão, partindo da perspectiva paulista no século XVIII, abordando a história da ocupação mineira no século XIX, procurando entender a memória construída sobre esses acontecimentos e a história vivida pelos diversos sujeitos envolvidos neste processo.

No terceiro capítulo, caminhamos para historicizar *a forma e o nome* Triângulo Mineiro que na narrativa de Borges Sampaio ganha contornos memorialísticos, como legítima e poderosa imagem-lembrança. Buscamos entender os processos de elaboração e reconhecimento desta nomenclatura e os motivos de sua adoção, analisando os contornos da ocupação do espaço, utilizando a imprensa e as ferrovias para pensar as dinâmicas formas do passado que não passaram porque se atualizam, ainda operam e são evocadas no presente.

## 1. É DO TRIÂNGULO QUE SE PARTE PARA ATRAVESSAR OS SERTÕES?

Hoje mudou de nome, mudaram. Todos os nomes vão se alterando. É em senhas. *São Romão* não se chamou primeiro *Vila Risonha*? O *Cedro* e o *Bagre* não perderam o ser? O *Tabuleiro-Grande*? Como é que podem remover uns nomes assim? O senhor concorda? (Riobaldo Tatarana, 1956)<sup>22</sup>

O Triângulo Mineiro, como zona fisiográfica do Estado de Minas Gerais, recebeu oficialmente este nome em 1941, pelo então Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE<sup>23</sup>. Mas o que seria esse “triângulo”? Como zona fisiográfica pode-se afirmar que esta região possui limites naturais?

Esta classificação do território leva em conta a proposta de regionalização do Conselho Nacional de Geografia do Brasil em cinco “grandes regiões [que] foram decompostas em 30 regiões, por sua vez divididas em 79 sub-regiões que eram, por fim, subdivididas em 228 zonas fisiográficas”<sup>24</sup>, dentre elas o Triângulo Mineiro. Esta divisão, parte do pressuposto de que “a homogeneidade dos espaços físicos seja significativa para o propósito de análise dos aspectos humanos e econômicos da área considerada”<sup>25</sup>. Sendo assim, uma zona fisiográfica leva em consideração “regiões naturais” (ou naturalizadas) e fatores socioeconômicos, não necessariamente como uma síntese das duas esferas, mas evidenciando qual a “melhor” maneira de categorização do espaço. Contudo, uma questão permanece: o Triângulo mineiro poderia ser considerado uma “região natural”, ou seja, pode ter seus limites estabelecidos em relação aos outros espaços, em função dos elementos naturais que a diferenciam?

O antigo sertão da Farinha Podre, onde se formou o município de Uberaba, compreende toda a área que abrange o *ângulo* formado pelo encontro dos rios Grande e Paranaíba, no sudoeste do Estado de Minas Gerais, limitada pela Serra da Canastra e Mata da Corda. Este território é hoje ocupado pelas micro-regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, com a latitude 19° 45’ 27” e a longitude 47° 55’ 36”. Na vasta área de 4 524 Km<sup>2</sup>, o perímetro urbano uberabense ocupa atualmente 260 Km<sup>2</sup>. A altitude é de 764 metros. Está localizada num ponto equidistante das principais capitais – em média 500 km – Belo Horizonte, São Paulo e Brasília. Sua

<sup>22</sup> ROSA, G. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. p.47.

<sup>23</sup> DINIZ, Alexandre Magno Alves & BATELLA, Wagner Barbosa. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: Um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. In: *Sociedade & Natureza*. Uberlândia, n.17, p.59-77, 2005. p.64.

<sup>24</sup> BEZZI, M. L. *Região: Uma (Re)visão historiográfica- Da Gênese aos novos paradigmas*. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2004. p.92.

<sup>25</sup> BEZZI, M. L. *Região: Uma (Re)visão historiográfica- Da Gênese aos novos paradigmas*. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2004. p.107.

localização geográfica tem profunda ligação com a maneira como se deu a ocupação da região e a posterior formação do município.<sup>26</sup>

Procurar uma definição para um conceito tão amplo (Triângulo mineiro) é uma tarefa complexa e praticamente tão árdua quanto buscar as origens históricas do termo e de todas as primeiras nomeações para as terras “triangulinas” desde antes do Brasil, enquanto território, existir. O que significa dizer que “habitamos no Triângulo”? Quais as implicações históricas do termo? Quais as origens dessa denominação? Aqueles que se reconhecem como “triangulinos”, também se identificam como mineiros? Como se desenvolveram estes processos de regionalização consolidados nas formas espaciais e identitárias atuais?

Antes de ser Triângulo *mineiro*, estas terras eram conhecidas, segundo a historiografia regional, como Sertão da Farinha Podre. O que significa afirmar tal “equivalência”, entre sertão e região? Quais as outras denominações, anteriores a esta? “Como é que podem remover uns nomes assim?”<sup>27</sup> *Farinha Podre*: esta denominação, assim como possivelmente aquelas das quais Riobaldo fazia referência para seu interlocutor passaram por mudanças que envolvem práticas de sujeitos históricos e lideranças populares as quais dentro de suas limitações e contexto foram responsáveis por propor novas formas de interagir com e no *espaço*.

Neste caso, poderíamos classificar o Triângulo mineiro como uma *região*? Do ponto de vista político esta é, atualmente, uma região administrativa do estado de Minas Gerais, entretanto, o Triângulo mineiro não pode ser compreendido unicamente como um conceito político ou administrativo, é necessário abordar quais os sentidos que o formaram e são formadas por/neste espaço feito região. Ou seja, mais do que uma figura, o Triângulo mineiro pode ser compreendido como uma *figuração* nos termos de Norbert Elias: Formas de organização dos seres humanos “que em virtude de sua interdependência fundamental uns dos outros, agrupam-se sempre na forma de figurações específicas”.<sup>28</sup>

A noção de espaço foi estudada por vários autores, dentre eles, o brasileiro mais conhecido possivelmente seja Milton Santos<sup>29</sup>. Santos se preocupa com a construção de um

<sup>26</sup> RICCIOPPO, T. & SOUZA SILVA, M. de. *Colonização do Triângulo Mineiro: Origens do desmatamento*. Disponível em: <http://arquivopublicoubberaba.blogspot.com/2016/11/colonizacao-do-triangulo-mineiro.html>. Acesso em 02/2019.

<sup>27</sup> ROSA, G. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. p.47.

<sup>28</sup> ELIAS, N. *Escritos e ensaios*: 1. Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2006. p.26.

<sup>29</sup> CABRAL, L. O. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. In: *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, EDUFSC, v. 41, n.1 e 2. ( p.141-155), 2007. pp.142.

quadro teórico-metodológico, no campo da geografia crítica, sobre o espaço entendendo-o “como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”<sup>30</sup>. De acordo com o autor, “os objetos não são as coisas, dados naturais; eles são fabricados pelo homem para serem, a fábrica da ação”<sup>31</sup>. Já as ações “aparecem movidas por uma racionalidade conforme aos fins ou aos meios, obedientes à razão do instrumento, à razão formalizada”<sup>32</sup>.

Na concepção de Santos, as ações ou objetos não funcionam isoladamente, portanto, é na união entre ambos que permite formar o conceito de espaço. Santos assume uma “concepção de espaço que contemple simultaneamente a forma (material) e o conteúdo (social), isto é, ‘examinar o espaço como um texto, onde formas são portadoras de significados e sentidos’”<sup>33</sup>.

Já a teoria de Lefebvre sobre espaço compreende sua produção em três “dimensões” de igual importância, sendo este “ao mesmo tempo, percebido, concebido e vivido (...) [o espaço] é inacabado, continuamente produzido e por isso, está sempre ligado ao tempo”<sup>34</sup>. O autor afirma que não existe espaço em si mesmo, antes disso, “o espaço (social) é um produto (social)”<sup>35</sup>.

Se não podemos afirmar que exista um espaço *a priori*, como defendia Immanuel Kant<sup>36</sup>, não podemos entendê-lo fora de seu contexto, ou melhor, fora do seu lugar de produção. Quem estabelece os limites e as formas de se relacionar e significar o espaço sendo também por ele moldados são os seres humanos, “um perímetro geográfico de umas tantas milhas quadradas não forma um grande império; quem o faz são as forças psicológicas que mantêm os habitantes de tal região politicamente coesos a partir de um ponto central dominante”<sup>37</sup>.

<sup>30</sup> SANTOS, M. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: EdUSP, 2013. p.86.

<sup>31</sup> SANTOS, M. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: EdUSP, 2013. p.86.

<sup>32</sup> SANTOS, M. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: EdUSP, 2013. p.87.

<sup>33</sup> CABRAL, L. O. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. In: *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, EDUFSC, v. 41, n.1 e 2. ( p.141-155), 2007. pp.144

<sup>34</sup> SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. In: *GEOUSP – espaço e tempo*, São Paulo, n.32, pp.89-109. p.107.

<sup>35</sup> SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. In: *GEOUSP – espaço e tempo*, São Paulo, n.32, pp.89-109. p.91.

<sup>36</sup> KANT, I. *Crítica da razão pura*. Trad. Valério Rohden e Udo B. Moosburger. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

<sup>37</sup> SIMMEL, Georg. Sociologia do espaço. Tradução: DOMSCHKE, Rainer & FREHSE, Fraya. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 27, n.79, pp.75-112. p. 75.

Ao considerarmos o Triângulo mineiro como *espaço recortado* devemos analisar os processos históricos e as ações humanas que foram (também) responsáveis por esta classificação e denominação. Deste modo, é legítimo questionar: quais os fatores históricos, econômicos, políticos e sociais produziram – e produzem – o Triângulo mineiro da forma como ele é percebido, concebido e também vivido?

O espaço! Há poucos anos esse termo não evocava nada a não ser um conceito geométrico, o de um meio vazio. Toda pessoa instruída logo o completava com um termo erudito, tal como “euclidiano”, ou “isotrópico”, ou “infinito”. O conceito de espaço dependia, geralmente se pensava, da matemática e tão-somente dessa ciência. O espaço social? Essas palavras causavam surpresas.<sup>38</sup>

O espaço social, concebido, percebido e vivido possivelmente continua causando espanto, já que especificamente no caso do “Triângulo”, classificado politicamente como região administrativa de Minas Gerais, é um termo e uma forma euclidiana que o identificam. A associação visual do espaço que ocupa o Triângulo mineiro com sua forma “triangular” é atualmente solidificada nas mentalidades. Mas desde quando e por que tal forma geométrica substituiu os sertões de outrora, por sua vez também uma categoria especial historicamente instituída?

Tomar como natural esta associação da forma geométrica com o espaço social legitima a interpretação matemática do espaço e camufla o protagonismo humano na natureza e na história. Mas como questionar essa definição? Entender que este foi um conceito construído utilizado para referenciar este *espaço* como substituição a uma ideia anterior (sertão) é um dos pontos de partida deste trabalho, afinal, seria este triângulo natural[lizado] mesmo na/pela cartografia?

Os matemáticos apoderaram-se do espaço (e do tempo); tornaram-no seu domínio, mas de uma forma paradoxal. Eles inventaram espaços, uma infinidade: espaços não-euclidianos, espaços de curvaturas, espaços a  $x$  dimensões e até a uma infinidade de dimensões, espaços de configuração, espaços abstratos, espaços definidos por uma deformação ou transformação, topologia etc. A linguagem matemática, muito geral e muito especializada, discerne e classifica com precisão esses inumeráveis espaços (...). A relação entre a matemática e o real (físico, social) não era evidente, um abismo se cavava entre eles. Os matemáticos, que faziam surgir essa “problemática”, a deixavam para os filósofos, que encontravam uma maneira de restabelecer sua situação de compromisso. Desse fato, o espaço tornava,

---

<sup>38</sup> LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (*La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: 2006. Disponível em: [http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq\\_interface/1a\\_aula/A\\_producao\\_do\\_espaco.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf). P. 13.

ou melhor, retornava àquilo que uma tradição filosófica, a do platonismo, tinha oposto à doutrina das categorias: uma “coisa mental” (Leonardo da Vinci).<sup>39</sup>

Ao sermos levados a questionar o postulado euclidiano usado como inspiração para denominar estas terras, a resposta imediata é classificá-las como “coisa mental”, a compreensão particular e individual de um espaço inexistente em sua materialidade, portanto imaginado. Entretanto, o Triângulo mineiro é material, cultural, político, social; afinal ele não foi construído pela matemática, mas pela ação humana. Seus limites geográficos não são meramente naturais, antes foram fabricados, e são frutos de negociações e disputas, ou seja, o espaço “geográfico” hoje designado como Triângulo mineiro nem sempre foi percebido como um Triângulo, quiçá mineiro.

O conceito de região teria origem no latim *regio*, território sobre o comando do rei, daquele que rege, que governa, “a palavra remete, pois, a comando, a domínio, a poder”<sup>40</sup>. Segundo Bourdieu, a etimologia da palavra nos transporta ao princípio básico da “di-visão”,

Acto mágico, quer dizer, propriamente social, de *diacrisis* que introduz por decreto uma descontinuidade decisória na continuidade natural (...). *Regere fines*, o acto que consiste em traçar as fronteiras em linhas retas, sem separar o interior do exterior, o reino do sagrado do reino do profano, o território nacional do território estrangeiro.<sup>41</sup>

A classificação oficial deste espaço como região do Triângulo mineiro ocorreu em 1941. Em 1961, a divisão encontrava-se “limitada” pelo caráter “ecletico” de sua abordagem, então o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e a Estatística) iniciou novos estudos que dividiram o Brasil em Microrregiões Homogêneas. Triângulo Mineiro e Zona Parnaíba foram divididos em: Microrregião de Uberlândia, Pontal do Triângulo Mineiro, Uberaba, Planalto de Araxá e Alto Parnaíba<sup>42</sup>. Em 1972, o estado foi dividido em Regiões Funcionais: Centros Metropolitanos, Regionais, Sub-regionais e Locais; assim o Triângulo Mineiro e Zona Parnaíba estavam como supunha a classificação, sob a influência de Uberlândia, Uberaba e Belo Horizonte<sup>43</sup>.

<sup>39</sup> LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (*La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: 2006. Disponível em: [http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq\\_interface/1a\\_aula/A\\_producao\\_do\\_espaco.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf). P. 14.

<sup>40</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Objeto em fuga: algumas considerações sobre o conceito de região. In: *Fronteiras*, Dourados – MS. V.10, n.17, p.55-67, jan/jun. 2008. p.57.

<sup>41</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989. p.114.

<sup>42</sup> DINIZ, Alexandre Magno Alves & BATELLA, Wagner Barbosa. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: Um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. In: *Sociedade & Natureza*. Uberlândia, n.17, p.59-77, 2005. p.66.

<sup>43</sup> DINIZ, Alexandre Magno Alves & BATELLA, Wagner Barbosa. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: Um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. In: *Sociedade & Natureza*. Uberlândia, n.17, p.59-77, 2005. p.68.

Seguindo as regionalizações estabelecidas, em 1973, as 46 Microrregiões Homogêneas de Minas foram agrupadas em 08 grandes regiões “visando subsidiar o planejamento do desenvolvimento econômico e social do Estado”<sup>44</sup>. Nesta divisão, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba aparecem integrando uma única região, em uma maior proximidade do traçado com aquelas que abrangiam o Sertão da Farinha Podre nas representações cartográficas do século XIX<sup>45</sup>. Segundo nos relata Diniz e Batella (2005)<sup>46</sup>, de 1973 a 2005 havia sido feitas outras 04 regionalizações, duas em 1990, uma 1992 e outra em 1996. As classificações regionais dependiam muito dos critérios utilizados e das finalidades do projeto.

Embora as demandas de regionalização que adotaram o Triângulo mineiro como nomeação tenham se dado no século XX, a origem do termo Triângulo mineiro é já do século XIX, segundo a clássica interpretação de Antônio Borges Sampaio,

Em 1884, (...) publicando-se na cidade do Sacramento ‘O Jaraguá’ (...) nela foi aparecendo de vez em quando a denominação de Triangulo Mineiro, substituindo a de Farinha Podre. Seguiu-se, três anos depois, em 1887, a publicação de outro jornal da dita cidade, com o título de - Triângulo Mineiro – (...). No correr desses anos, também José Augusto de Paiva Teixeira, fundava em Uberaba nova typographia para imprimir um jornal de grande formato, o intitulou – Triângulo Mineiro.<sup>47</sup>

Por que substituir as formas de nomeação do espaço anteriores por esta figura geométrica? Para conceber este triângulo era necessário que este *espaço* de terras entre dois rios fosse compreendido como um *território*, espaço recortado, uma *região* administrativa. O conceito de região afirma a ideia de poder, enquanto o termo sertão carregava outros sentidos e significados.

De acordo com o Dicionário de Língua Brasileira publicado em 1832, a palavra Sertão significaria “o interior das terras. Mato distante da costa marítima. *Sertão da calma* o lugar onde ela é mais intensa”<sup>48</sup>. A própria suposta etimologia da palavra auxilia no seu significado:

<sup>44</sup> DINIZ, Alexandre Magno Alves & BATELLA, Wagner Barbosa. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: Um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. In: *Sociedade & Natureza*. Uberlândia, n.17, p.59-77, 2005. p.69.

<sup>45</sup> Temos, por exemplo, a Carta Corográfica da província de Goiás e dos Julgados de Desemboque e Araxá da província de Minas Gerais, elaborado por Cunha Mattos, em 1826. Neste mapa, em específico, por mais que o sertão “quase despovoado” da Farinha Podre já estivesse sobre a jurisdição mineira - o título do mapa deixa isto claro - sua representação estava integrada ao território goiano.

<sup>46</sup> DINIZ, Alexandre Magno Alves & BATELLA, Wagner Barbosa. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: Um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. In: *Sociedade & Natureza*. Uberlândia, n.17, p.59-77, 2005

<sup>47</sup> SAMPAIO, Antônio Borges. Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro – esboço histórico. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. V.14, Fascículo: 3. 1906. p.274

<sup>48</sup> PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira* por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832. P. 827 (grifo do autor).

“desertão”, local pouco povoado<sup>49</sup>. Luís Maria da Silva Pinto, autor do dicionário que buscava definições para a “língua brasileira” era ele próprio vindo do “interior das terras”, nascido em Pilar de Goiás, em 1775. Vivenciou as transformações geográficas que sua província passou ao “perder” parte do seu território (os julgados de Araxá e Desemboque) para Minas Gerais.

Saint-Hilaire, ao adentrar a província de Goiás traz uma definição semelhante afirmando que sertão referia-se “as áreas despovoadas do interior do Brasil. Quando digo ‘despovoada’, refiro-me evidentemente aos habitantes civilizados, pois de gentios e animais bravios, está povoada até em excesso [...]”<sup>50</sup> Por carregarem este “estigma” no século XIX a tentativa de desvinculação das terras com o sertão se intensificam.

No século XIX, os “habitantes desta zona não se consideravam característicos do sertão”<sup>51</sup>. Isto sinaliza que apesar da definição, o “interior das terras” representava uma grande distância não apenas em relação à costa marítima, mas ao próprio conceito de civilização.

Em contraposição à ideia de sertão, poderíamos apontar que o conceito de território se daria a partir de uma “apropriação concreta ou simbólica do espaço”, em outras palavras, ele seria “uma produção do espaço”, sem nos esquecermos que, para Lefbvre, o próprio espaço social seria uma produção social<sup>52</sup>. Entretanto, a diferença fundamental estaria nos usos do *espaço social*, já que quando compreendido como *território*, esse estaria diretamente ligado à ideia de poder, domínio e controle, podendo ser mapeado e reconhecido na bidimensionalidade do papel.

As concepções da divisão regional que influenciaram as classificações territoriais se devem “ao fato de que originalmente a noção de região esteve associada a formas diversas de domínio político e econômico exercido por um poder hegemônico sobre recortes político-administrativo”<sup>53</sup>. Assim, as propostas de regionalizações estão conectadas com as transformações acadêmicas e políticas ao longo dos anos.

<sup>49</sup> LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, 1999. p.57.

<sup>50</sup> SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. Pg. 375.

<sup>51</sup> DANTAS, Sandra Mara. Identidades em órbita: O habitante do Triângulo Mineiro e constituição da triangulidade. *Locus: Revista de História de Juiz de Fora*. v. 20, n. 2. p.125-144. 2015., p.137.

<sup>52</sup> TONUCCI FILHO, J. B. M. Espaço e território: um debate em torno de conceitos-chave para a geografia crítica. In: *Revista Espinhaço*, Diamantina, v.2, n. 1, pp.41-51. 2013, p.49.

<sup>53</sup> TONUCCI FILHO, J. B. M. Espaço e território: um debate em torno de conceitos-chave para a geografia crítica. In: *Revista Espinhaço*, Diamantina, v.2, n. 1, pp.41-51. 2013, p.75.

a melhor forma do historiador lidar com a noção de região, a maneira de trabalhar com o regional, é através do procedimento da desconstrução. Fazer história do regional, para mim, não é afirmar a região; é colocá-la em questão, é suspeitar de sua existência naturalizada (...) pensar arqueogeneologicamente as relações de poder e as distintas camadas de saber que vieram a se cristalizar, que vieram a dar contorno e realidade a um dado recorte regional. Fazer história do regional significa pensar que práticas discursivas e não-discursivas fizeram emergir em uma dada configuração histórica uma dada identidade regional.<sup>54</sup>

É claramente mais simples aceitar a região como dado do que questioná-la. A tendência da naturalização do conceito especialmente no/do *Triângulo* se deve ao fato de este ser delimitado por barreiras aparentemente geográficas (Rio Grande e Rio Paranaíba), ou paisagísticas (como as Serras da Canastra e Salitre) as quais também são fruto da ação humana. O esforço deve ser concentrado na relevância da dimensão do espaço e nas categorias espaciais enquanto produção humana e, portanto, carregadas de sentidos históricos.

O território que compõe o estado de Minas Gerais desde 4 de abril 1816<sup>55</sup>, atualmente reconhecido como Triângulo Mineiro é resultado de um longo processo de disputas territoriais, políticas, econômicas, enfim de afirmação do poder regional. A transferência das terras de Goiás para a administração mineira é, por vezes, admitida como uma solução positiva para todo o conflito anterior. Entretanto, poucos anos após a anexação, os vários movimentos separatistas que reivindicavam a identidade do *Triângulo* (*triangulidade*<sup>56</sup>) poderiam argumentar que este não se tratava de fim, mas de apenas mais um capítulo na afirmação de sua identidade regional.

Mas como este sertão (espaço concebido como vazio civilizacional) ganhou as características de um território? Quais as formas de nomear e, portanto, as primeiras “tomadas de posse do espaço”<sup>57</sup>? Se este território é anexado à Capitania de Minas em 1816, por que só aparece na cartografia vários anos depois? Neste sentido pretendemos analisar quais foram as primeiras formas de registro do *Triângulo*, quais eram seus topônimos e a quais autoridades regionais este espaço recortado de terra obedecia, buscando de maneira crítica a compreensão dos limites traçados que vieram a formar o Triângulo mineiro.

<sup>54</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Objeto em fuga: algumas considerações sobre o conceito de região. In: *Fronteiras*, Dourados – MS. V.10, n.17, p.55-67, jan/jun. 2008.p.63.

<sup>55</sup> Segundo alvará de 4 de abril de 1816. Ver: SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p.221.

<sup>56</sup> LONGHI, R. S. D. G. O movimento separatista do triângulo mineiro. In: *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 04, jun 1998. pp. 119-135

<sup>57</sup> ANDRADE, Karylleila Santos. O lugar nos estudos toponímicos: reflexões. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.25, n. 2, p. 585 – 607,2007. p.599.

Neste momento, a cartografia se apresenta como importante meio para tornar conhecidas e propalar as novas conquistas territoriais da coroa. Importante ferramenta de auxílio da coroa, tal produção cartográfica, entretanto, “longe de serem uma reprodução fidedigna do real”, eram representações do espaço real ou imaginado. Afinal, “mapas são representações. A transposição dos levantamentos de campo para o papel implica a representação gráfica da natureza por meio de uma série de convenções e códigos de representação”<sup>58</sup>.

Partindo desta ideia, propomos analisar não os erros e as aproximações cometidas pelo cartógrafo ou engenheiro militar responsável pela produção de cada obra, mas compreender quais as motivações e anseios encobertos, levando em consideração “as condições técnicas”<sup>59</sup> de sua produção e as formas de conceber o espaço.

Durante o processo de expansão da fronteira civilizada no Brasil, a conquista dos sertões se deu aos poucos, em uma tensão entre mito e realidade e “esta tensão se refletiu diretamente na cartografia”<sup>60</sup>. Sendo assim, é possível afirmar que “mapear significava conhecer, domesticar, submeter, conquistar, controlar, contradizer a ordem da natureza. Nos mapas *produzia-se um território* limitado e contínuo sobre uma natureza descontínua e ilimitada”<sup>61</sup>.

O século XIX foi um período de poucas produções cartográficas para Minas Gerais. Durante a primeira metade do século nenhuma carta havia sido publicada no Brasil estabelecendo os limites territoriais da província que em 1822,

consistia em um mosaico de regiões alinhavadas pelos caminhos do ouro, dos diamantes e da pecuária extensiva, e por uma rede urbana expressiva para o contexto do interior do país. Caminhos que seguiam o curso dos rios ou dele se desviavam em busca das riquezas do sertão, contornando ou riscando os maciços montanhosos, os campos do cerrado e o mato dentro. Após mais de 100 anos da aventura colonial, seu vasto território permanecia, aos olhos das autoridades da nova província, desconhecido e indomado, com nebulosas fronteiras externas e fronteiras internas perigosas, que abrigavam em seu interior os desclassificados, os quilombolas e os selvagens nativos.<sup>62</sup>

<sup>58</sup> BUENO, B. P. S. Decifrando mapas: sobre o conceito de “território” e suas vinculações com a cartografia. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. V.12. p.193-234. jan./dez. 2004. pp.194. (grifo nosso).

<sup>59</sup> Idem, p.194.

<sup>60</sup> Idem, p.50. (grifo nosso).

<sup>61</sup> BUENO, B. P. S. Decifrando mapas: sobre o conceito de “território” e suas vinculações com a cartografia. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. V.12. p.193-234. jan./dez. 2004. pp.230.

<sup>62</sup> RENGGER, F. & GOMES, M. C. A. [Engenheiros alemães na cartografia de Minas Gerais do século XIX: Eschwege, Halfeld, Wagner e Henrique Gerber](#). In: *Anais do V Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Petrópolis, 2013. p.2.

Era necessária uma forma de registro e delimitação que satisfizesse os desejos das autoridades e legitimasse o poder provincial, especialmente após 1822. A cartografia assume essa função, não apenas administrativa, mas “geopolítica e, sobretudo, simbólica, pois reunia, integrava e ordenava visualmente um território que na realidade permanecia desagregado e desconhecido”<sup>63</sup> para as autoridades administrativas brasileiras.

Neste contexto surgem as figuras dos primeiros cartógrafos (alemães) das terras mineiras: Whilhelm Von Eschwege<sup>64</sup>, Fernando Halfeld<sup>65</sup>, Frederico Wagner<sup>66</sup> e Heinrich Gerber<sup>67</sup>. O Mapa (1) trata-se de um compilado dos levantamentos feitos por Eschwege expressos sobre a organização de Luiz Maria da Silva Pinto divulgados em 1826. Esta é a primeira representação cartográfica mineira (mesmo que não publicada no Brasil<sup>68</sup>) que

<sup>63</sup> RENGER, F. & GOMES, M. C. A. [Engenheiros alemães na cartografia de Minas Gerais do século XIX: Eschwege, Halfeld, Wagner e Henrique Gerber](#). In: *Anais do V Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Petrópolis, 2013. p.3.

<sup>64</sup> “Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855) era engenheiro militar, geólogo, mineralogista, metalurgista e cartógrafo. Nasceu em Eschwege, rio Hesse e prestou serviços em Portugal de 1803 até 1810, quando foi enviado ao Brasil. Em 1811 veio para Minas Gerais, onde passou dez anos no serviço da capitania. Além de realizar pesquisas geológicas e levantamentos geográficos e cartográficos, Eschwege dirigiu a Real Fábrica de Chumbo do Abaeté, criou a Sociedade Mineralógica da Passagem e a fábrica de ferro Patriótica, ou do Prata. Deixou vários trabalhos sobre Minas Gerais, os mais importantes dos quais são: *O Pluto Brasiliensis* (1833), o *Journal von Brasilien* (1818), o *Brasilien die neue Welt* (1824) e o *Beitrag zur Gebirgskunde Brasiliens* (1832)”. In: HALFELD, H.G.F.& TSCHUDI, J. J. Von. *A província brasileira de Minas*. Ensaio crítico, notas e revisão da tradução MARTINS, R. B. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: 1998. p.86.

<sup>65</sup> Fernando Halfeld (1797 - 1873) teve 16 filhos e é considerado fundador da cidade de Juiz de Fora – MG. O alemão assumiu várias funções públicas como de engenheiro oficial da província. In: HALFELD, H.G.F.& TSCHUDI, J. J. Von. *A província brasileira de Minas*. Ensaio crítico, notas e revisão da tradução MARTINS, R. B. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: 1998

<sup>66</sup> Frederico Wagner nasceu na Boêmia e veio ao Brasil depois da independência. “Apesar de ser referido como Engenheiro, geógrafo, cartógrafo, naturalista e mineralogista, tudo indica que não tinha formação superior. Em sua longa passagem pelo serviço provincial Wagner fez alguns levantamentos de campo, mas parece ter trabalhado principalmente na prancheta, desenhando mapas, fazendo cópias, ampliações, reduções, e sobretudo no desenho da interminável carta geral da província, cuja elaboração se arrastou por muitos anos, e na qual ele teve um papel central”. In: HALFELD, H.G.F.& TSCHUDI, J. J. Von. *A província brasileira de Minas*. Ensaio crítico, notas e revisão da tradução MARTINS, R. B. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: 1998. p.34.

<sup>67</sup> “Henrique (Heinrich) Gerber nasceu na cidade de Hannover, na Alemanha, em 23 de agosto de 1831 onde cursou a Escola Politécnica entre 1847 e 1851. Depois de participar de projetos arquitetônicos na Alemanha partiu para o exterior e trabalhou em projetos urbanísticos na França e na Espanha antes de viajar para o Brasil. Entrou no serviço da repartição das obras públicas da província em 1857, então com 26 anos de idade, e foi inicialmente encarregado de levantamentos topográficos de projetos de novas estradas em diversas partes da província, além de vários projetos de reforma de prédios públicos”. Em 1861 foi autorizado a realizar a “impressão do mapa da província, bem como da *Notícia geológica, histórica e corográfica da Província*, por ele organizados”. In: RENGER, F. & GOMES, M. C. A. [Engenheiros alemães na cartografia de Minas Gerais do século XIX: Eschwege, Halfeld, Wagner e Henrique Gerber](#). In: *Anais do V Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Petrópolis, 2013. p.6.

<sup>68</sup> Apesar de datado em 1826 foram encontradas informações divergentes acerca da publicação da obra. Enquanto Martins não cita a carta em seu levantamento sobre a cartografia mineira, Renger o aponta como sendo um dos primeiros mapas mineiros “atualizados” em relação a anexação do Triângulo à Minas, entretanto não apresenta dados acerca de sua publicação. Ver: RENGER, F. & GOMES, M. C. A. [Engenheiros alemães na cartografia de Minas Gerais do século XIX: Eschwege, Halfeld, Wagner e Henrique Gerber](#). In: *Anais do V Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Petrópolis, 2013. & HALFELD, H.G.F.& TSCHUDI, J. J. Von. A

contempla os julgados da Araxá e Desemboque (região que compõe o atual Triângulo Mineiro) já como parte da província de Minas Gerais.

**Mapa 1:** Mapa da província de Minas Gerais, levantado pelo coronel barão d' Eschwege em 1821, aumentado com a costa de leste, limites das dioceses, comarcas eclesiásticas, termos, julgados, freguesias, e distritos, e comparativo da atual com uma nova organização civil, por Luis Maria Silva Pinto, em 1826.



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira.

Contudo, o pioneirismo desta representação não vem de Eschwege, mas provavelmente de Silva Pinto. Apesar de ser sido finalizando seu trabalho em 1821, o mapa de Eschwege não apresentava os dois julgados integrados a Minas, possivelmente porque sua viagem até esta região deu-se antes das disputas serem finalizadas, portanto, ironicamente, o

---

*província brasileira de Minas*. Ensaio crítico, notas e revisão da tradução MARTINS, R. B. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: 1998.

cartógrafo alemão já teria concluído seu trabalho com limites territoriais “ultrapassados”, possível indício das constantes transformações políticas internas que o Brasil vivenciava.

Portanto, observando a necessidade de uma intervenção, em 1825,

o recém-criado Conselho da Província incumbiu o secretário-geral Luiz Maria da Silva Pinto de traçar um novo quadro administrativo para a província, redimensionando as hierarquias civil, eclesiástica e judiciária herdadas da administração colonial. Silva Pinto compilou dados estatísticos e propôs uma nova ordem territorial para a província, expressa visualmente sobre a base cartográfica de Eschwege.<sup>69</sup>

Esta representação (mapa 1), que contempla o *Triângulo* como parte das Minas, denomina o pedaço mais a oeste deste como “Novas descobertas do Paranaíba”. Eis a primeira denominação, de acordo com a cartografia, dos julgados de Araxá e Desemboque ao passar para a administração mineira. Estas novas descobertas poderiam fazer referência a exploração de Diamantes de Bagagem (Estrela do Sul – MG) que estava ganhando força no momento de produção do mapa.

---

<sup>69</sup> RENGER, F. & GOMES, M. C. A. [Engenheiros alemães na cartografia de Minas Gerais do século XIX: Eschwege, Halfeld, Wagner e Henrique Gerber](#). In: *Anais do V Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Petrópolis, 2013. p.4

**Mapa 2:** Mapa da província de minas gerais, levantado pelo coronel barão d’Echwege em 1821, aumentado com a costa de leste, limites das dioceses, comarcas eclesiásticas, termos, julgados, freguesias, e distritos, e comparativo da atual com uma nova organização civil, por Luis Maria Silva Pinto, em 1826.(Detalhe)



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira.

Em 1835, 10 anos após a ampliação da carta de Eschwege, percebendo uma nova necessidade de cartografar o território foi divulgada a lei mineira de n.18 que “determinou que fosse levantada "uma Carta Geográfica e Topográfica desta província, nomeando um Geógrafo e ministrando-lhe os Instrumentos, coadjuvantes e quanto mais preciso for para as observações astronômicas e operações geodésicas”<sup>70</sup>. Entretanto, por razões políticas e orçamentárias<sup>71</sup>, a carta, conforme manda a lei, só foi concluída 20 anos depois do pedido, em 1856, sendo publicada em 1862, na Alemanha, e em 1863, no Brasil, feita por Fernando Halfeld e Frederico Wagner (mapa 2).

<sup>70</sup> HALFELD, H.G.F.& TSCHUDI, J. J. Von. *A província brasileira de Minas*. Ensaio crítico, notas e revisão da tradução MARTINS, R. B. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: 1998. p.35.

<sup>71</sup> Apontadas por R. B. Martins em HALFELD, H.G.F.& TSCHUDI, J. J. Von. *A província brasileira de Minas*. Ensaio crítico, notas e revisão da tradução MARTINS, R. B. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: 1998.

Assim que foi finalizada, a obra recebeu elogios e críticas e sua publicação acabou levando cerca de seis anos para ser concluída, graças ao fato de que, no período de conclusão da carta de Wagner e Halfeld,

o inspetor-geral das Obras Públicas, José Rodrigues Duarte, propôs já em 1858 a confecção de uma nova carta, semelhante a um projeto da província limítrofe do Rio de Janeiro (...). A lei provincial no. 1104 de 16 de outubro de 1861 (lei de orçamento do ano fiscal 1862/63) autorizava o governo da província a contratar com o engenheiro Henrique Gerber a impressão do mapa da província, bem como da *Notícia geológica, histórica e corográfica da Província*, por ele organizados (...) devendo Gerber entregar 300 exemplares de cada produto para o governo provincial.<sup>72</sup>

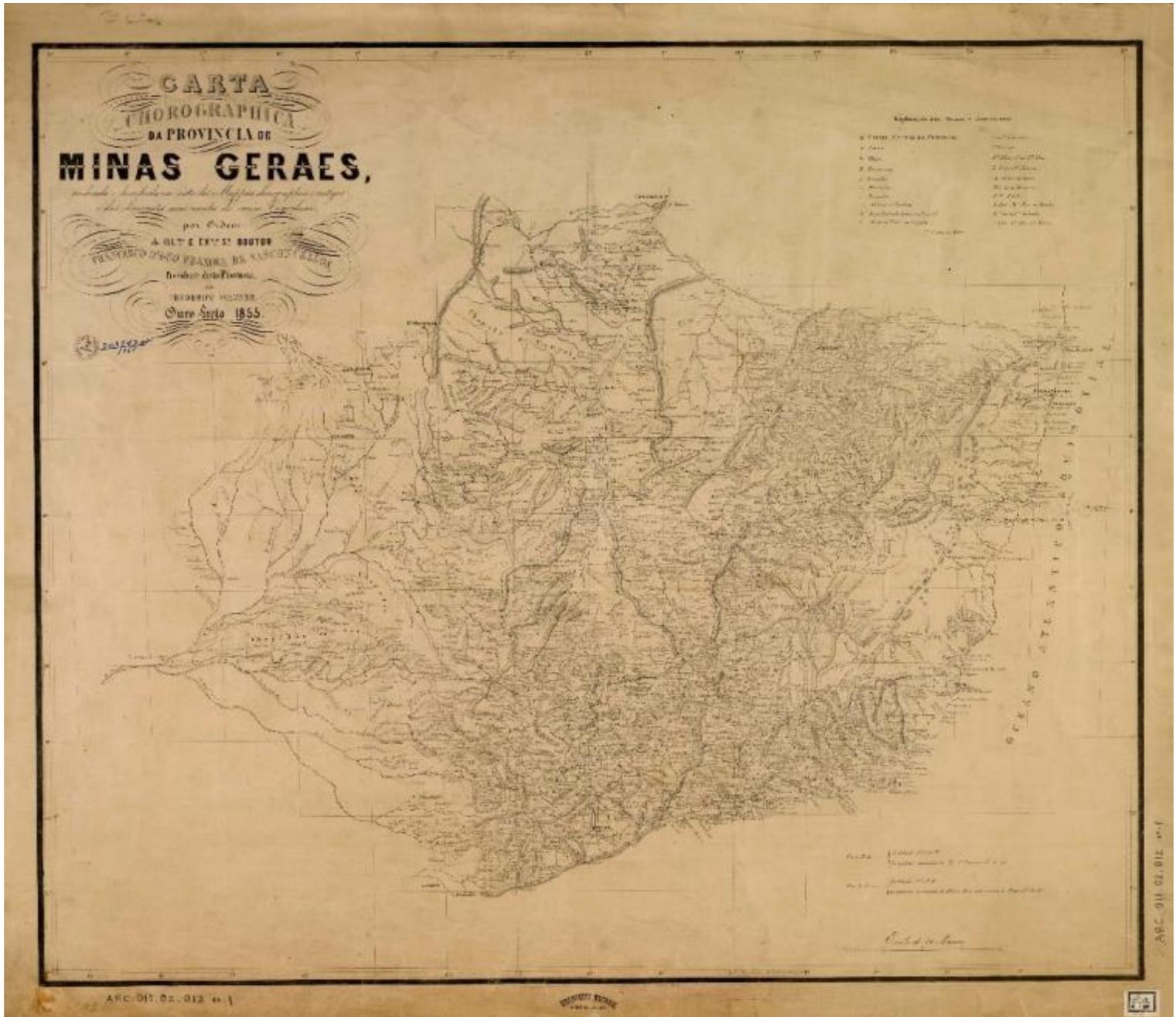
Esta foi a obra mais conhecida a divulgada sobre os contornos da Província no período (mapa 3), e as *Notícias* que a acompanhavam foram o primeiro impresso desta categoria em tipografia brasileira. A carta e o texto de apoio foram distribuídos para os 62 municípios existentes na época, sendo “substituídos” em importância e exposição apenas no final daquele século, a ponto de “relegar o mapa de 1855 ao esquecimento”<sup>73</sup>. Portanto, podemos afirmar que os contornos do território mineiro só foram bem estabelecidos e (re)conhecidos pela cartografia já na segunda metade do século XIX.

---

<sup>72</sup> RENGER, F. & GOMES, M. C. A. [Engenheiros alemães na cartografia de Minas Gerais do século XIX: Eschwege, Halfeld, Wagner e Henrique Gerber](#). In: *Anais do V Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Petrópolis, 2013. p.6

<sup>73</sup> HALFELD, H.G.F.& TSCHUDI, J. J. Von. *A província brasileira de Minas*. Ensaio crítico, notas e revisão da tradução MARTINS, R. B. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: 1998. p.39.

Mapa 3: Carta chorographica da província de Minas Geraes: coordenada e desenhada em vista dos mappas chorographicos antigos e das observações mais recentes de vários engenheiros. F. Wagner, 1855.



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira.

Mapa 4: Carta da província de Minas Geraes, Levantada por ordem do Sr. Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, presidente da província. H. Gerber, 1862.



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira.

A semelhança gráfica entre as duas cartas (mapas 2 e 3) é inquestionável. Isto se dava graças ao modo de produção destes mapas no período. Havia um hábito de “coletar, compilar e adaptar cartas existentes”<sup>74</sup> às mais recentes, avaliando quais seriam as alterações necessárias para as novas versões. Esta era uma “prática considerada normal e eticamente aceitável na cultura cartográfica da época. Gerber plagiou e usurpou de Halfeld (...) exatamente na mesma medida em que Halfeld e Wagner plagiaram e usurparam dos que os antecederam”<sup>75</sup>.

Um dos dados possivelmente compilados e mantidos da carta de Halfeld & Wagner para a de Gerber é o nome dado ao *Triângulo*: as duas cartas descrevem-no como “Chapadão da Tabatinga”, enquanto a primeira, aumentada por Silva Pinto, aponta como “Novas descobertas do Paranaíba”. *Paranaíba*, possivelmente faz referência ao nome do rio que faz divisa com Goiás, enquanto Tabatinga é o nome dado a uma espécie de argamassa (argila) utilizada para revestir e caiar construções.<sup>76</sup> Portanto, ao ser cartografado o território que hoje compreende-se como *Triângulo* era referenciado como local de descobertas de ouro ou metais preciosos e com relevo de planalto (chapadão). Por termos de origem indígena... traços da memória dos da terra que denunciavam que aquele sertão era mais povoado do que se imaginava.

---

<sup>74</sup> HALFELD, H.G.F.& TSCHUDI, J. J. Von. *A província brasileira de Minas*. Ensaio crítico, notas e revisão da tradução MARTINS, R. B. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: 1998. p.37.

<sup>75</sup> HALFELD, H.G.F.& TSCHUDI, J. J. Von. *A província brasileira de Minas*. Ensaio crítico, notas e revisão da tradução MARTINS, R. B. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: 1998. p.39.

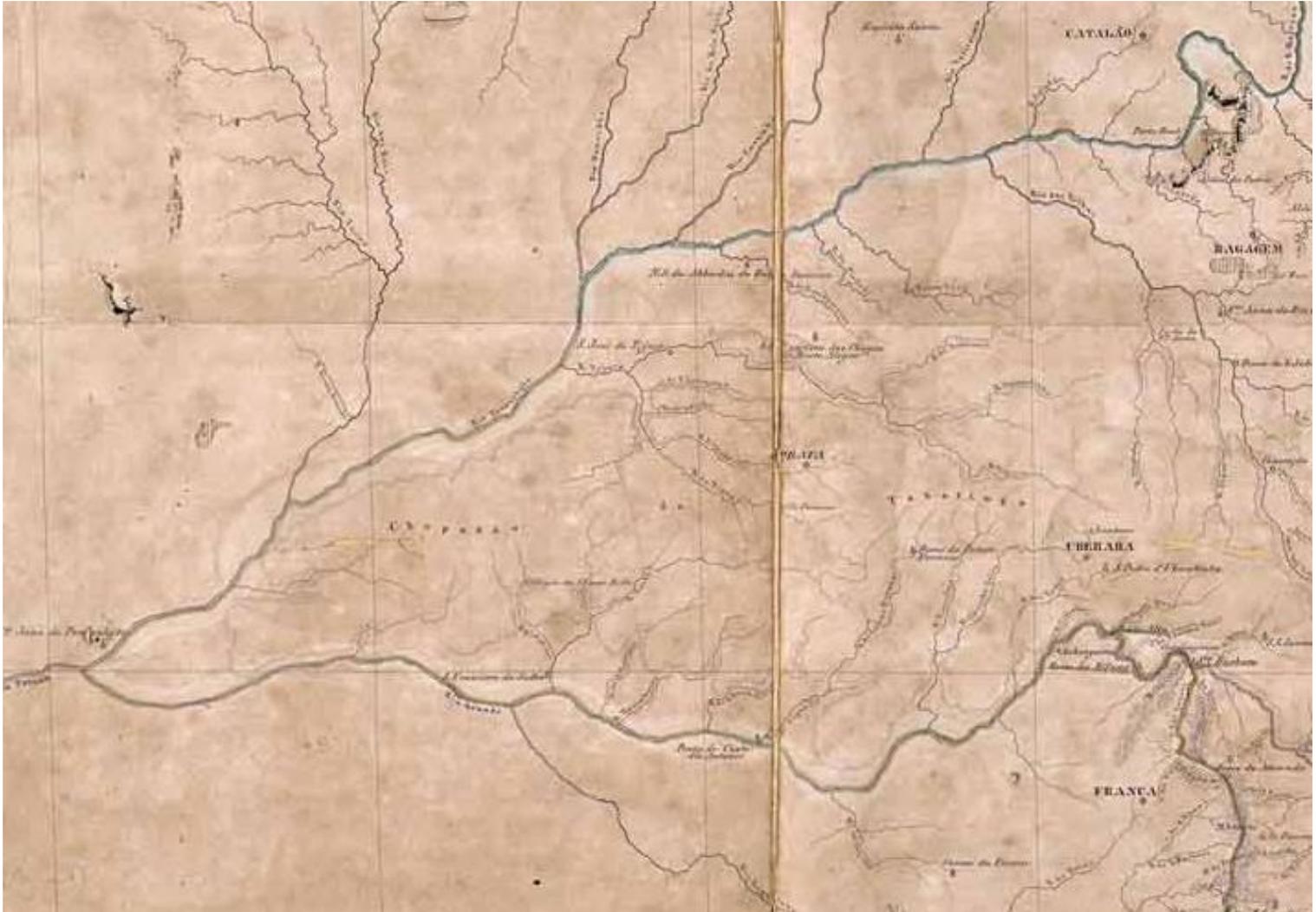
<sup>76</sup> Ao passar por Aldeia de Sant’Ana (atual Indianópolis) Saint-Hilaire faz uma possível referência ao uso da Tabatinga para caiar construções ao afirmar que, na aldeia, “as paredes das casas são construídas de barro vermelho escuro; mas a da fachada é revestida de um reboco feito com outra terra de um *cinzento escuro*” SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p.273.

Mapa 5: Carta chorographica da província de Minas Gerais: coordenada e desenhada em vista dos mappas chorographicos antigos e das observações mais recentes de vários engenheiros. F. Wagner, 1855. (detalhe)



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira.

Mapa 6: Carta da província de Minas Geraes, Levantada por ordem do Sr. Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, presidente da província. H. Gerber, 1862. (detalhe)



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira.

Luís Maria Silva Pinto, que teria ampliado o mapa de Eschwege em 1826 e feito parte da equipe que ajudou no levantamento da carta de Halfeld & Wager, foi o responsável pela escrita do primeiro dicionário de língua *brasileira* publicado no Brasil em 1832. É “dele” a definição de sertão como “interior das terras. Mato distante da costa marítima”<sup>77</sup>. Curioso é que ao se referir ao atual *Triângulo*, terras efetivamente interiores, Silva Pinto não utiliza o termo “Sertão da Farinha Podre”, mas sim “novas descobertas” como eram referidas as novas zonas de mineração, o que poderia ser uma referência às zonas auríferas do alto Paranaíba. O que nos leva a propor duas questões: (1) Se não aparece na cartografia mineira, qual a origem do termo “Sertão da Farinha Podre”? (2) Quando ela começa a ser utilizada? Por quem?

<sup>77</sup> PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira* por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832. P. 827.

Em 1906, Antônio Borges Sampaio<sup>78</sup> escreve um de seus artigos endereçado ao Arquivo Público Mineiro, do qual era correspondente e cuja responsabilidade era levantar dados sobre Uberaba e de todo o Triângulo mineiro. Neste texto, publicado em 1909 está a versão mais cristalizada na historiografia regional sobre a origem do termo Sertão da Farinha Podre. Segundo o autor, quando os entrantes “iam penetrar lugares incultos” costumavam trazer uma reserva de comida e depositá-la em lugares estratégicos para a volta. No caso da “Farinha Podre” na volta de sua expedição rumo aos sertões, os sertanistas encontraram a farinha apodrecida e a denominação se aplicou a todo o sertão local.

Borges Sampaio consegue precisar esta informação: a primeira vez que estas terras receberam a denominação foi em 1807 – a data da primeira entrada para o sertão, durante a qual a farinha teria apodrecido. Foi realizada por “Januário Luís da Silva, Pedro Gonçalves da Silva, José Gonçalves Eleno, Manuel Francisco, Manuel Bernardes Pereira e outros [que] penetraram no sertão”.<sup>79</sup>

Outra explicação para o fato das terras próximas a Uberaba terem recebido este nome se deve ao fato de que em Portugal há uma freguesia com o nome de S. Paio da Farinha Podre, denominação comum que poderia ter sido reaplicada na colônia. Entretanto, não nos parece que o termo seja invenção de Borges Sampaio, mas desloca e amplia o seu sentido de lugar, no início do século XX. Em documentos do início século XIX, a “Farinha Podre” aparece não como uma região, ou “território”, como em Borges Sampaio, mas compreendida como um *lugar* de filiação especialmente em três relatos: por Saint-Hilaire em 1819, pelo Vigário Antônio José da Silva entre 1824-1826 e pelo Pr. Leandro Rebello<sup>80</sup> em 1827. Ao passar pelas terras seguindo a estrada de S. Paulo para Goiás, em 1819, Saint-Hilaire descreve:

Farinha Podre está situada no meio de campos em um largo vallado regado por um pequeno córrego. A povoação se compõe de umas trinta casas dispersas sem ordem dos dois lados do ribeiro, todas, sem excepção foram construídas recentemente (1819) (...). Essa povoação foi fundada, por

<sup>78</sup> Correspondente do Arquivo Público Mineiro (APM) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), é considerado “historiógrafo”, jornalista, promotor, vereador, delegado, dentre outras funções públicas que assumiu na cidade de Uberaba. Ver: SAMPAIO, B. A. *Uberaba: História, fatos e homens*. Uberaba: Academia Brasileira das Letras do Triangulo Mineiro, 1971.

<sup>79</sup> SAMPAIO, Antônio Borges. Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro – esboço histórico. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. V.14, Fascículo: 3. 1906. p.265.

<sup>80</sup> Aparece na historiografia como Leandro *Rabello* ou *Rebello*. Como Luz (2008), adotamos a mesma grafia do sobrenome que Sampaio. Ver: SAMPAIO, Antônio Borges. Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro – esboço histórico. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. V.14, Fascículo: 3. 1906. & LUZ, E. de M. *Um legislador nas Gerais: vida e obra do Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik (1783-1861)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual de São Paulo: Franca, 2008.

mineiros, cerca do anno de 1812. Avançando sempre para o oeste, alguns caçadores de Minas Geraes chegaram a esse districto, onde encontraram pastagens excelentes, fontes de aguas mineraes, que, como as de Araxá, podiam dispensar o fazendeiro de dar sal ao gado (...). Os colonos do paiz souberam tirar partido dessa imensa vantagem; a criação de gado lanígero, porcos e, principalmente gado vacum, constitue sua principal occupação (...). A feliz fertilidade dos arredores de Farinha Podre lhes assegura para o futuro, destinos brilhantes.<sup>81</sup>

A Farinha Podre a que se refere o viajante não se trata ainda de uma região. É um lugar, um povoado, um distrito. É, na verdade, a atual cidade de Uberaba. O Cônego Antônio José da Silva (Vigário Silva) apresenta uma visão semelhante, perceptível no *título* de seu artigo: “História topográfica da Freguesia de Uberaba – Vulgo Farinha Podre”<sup>82</sup>. Em seu texto, Vigário Silva constrói a história de Uberaba, praticamente no tempo presente em que vivia e quando aparece o termo “Farinha Podre” é para se referir a nomeação de Major Antônio Eustáquio<sup>83</sup> como Comandante Regente *daqueles sertões*, sem especificar qual o tamanho deles. Os sertões são os arredores, a periferia, a margem. A Farinha Podre, a referência de civilização. O povoado.

Destoando dos anteriores, Leandro Rabello Peixoto e Castro<sup>84</sup> ao descrever os limites geográficos destas terras, em 1827, aponta que “a Farinha Podre, ou Sertão do Novo Sul, está na mesma latitude que as Geraes. Principia na Serra da Canastra, porque subindo-se esta serra principia o chapadão, que continua por todo Sertão até o parnahiba”<sup>85</sup>. Aqui, Farinha Podre já não nomeia apenas um lugar específico, mas uma região, ou pelo menos uma vastidão, um

<sup>81</sup> SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p.291-292.

<sup>82</sup> “No manuscrito original oferecido ao Archivo Público Mineiro pelo seu digno correspondente Sr. Coronel Antonio Borges Sampaio, há uma nota na qual se diz: ‘esta história é obra do falecido cônego Antônio José da Silva, Deve ter sido escripta entre os anos 1824 a 1826’”. Ver: SILVA, Vigário. *História Topográfica da Freguesia do Uberaba – vulgo Farinha Podre*. Uberaba: Revista Dimensão Edições, 2018. & SAMPAIO, Antônio Borges. Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro – esboço histórico. *Revista do Archivo Público Mineiro*. V.14, Fascículo: 3. 1906.

<sup>83</sup> Primo do cônego Hermógenes, através da portaria de 27 de outubro de 1809, foi nomeado pelo Marques de S. João da Palma como sargento-mor “para exercer o cargo de Comandante Regente dos Sertões da Farinha Podre, encarregado de explorar as terras, expulsar os índios e acomodar os novos colonos que demonstrassem interesse em se fixar na região”. Ver: LUZ, E. de M. *Um legislador nas Gerais: vida e obra do Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik (1783-1861)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual de São Paulo: Franca, 2008. p.36

<sup>84</sup> “Padre Leandro era um religioso da Companhia de São Vicente de Paulo e foi o Primeiro Superior do Colégio do Caraça. Foi ele quem assumiu a administração daquela instituição encravada na Serra do Caraça em 1820, quatro anos após a morte do seu fundador, o Irmão Lourenço de Nossa Senhora”. Rabello também era “membro da Congregação Religiosa São Vicente de Paulo, à qual pertencia também o grande Colégio de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Campo Belo, localizado na Farinha Podre, próximo à junção dos rios Grande e Paranaíba”. Ver: LUZ, E. de M. *Um legislador nas Gerais: vida e obra do Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik (1783-1861)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual de São Paulo: Franca, 2008. p.40.

<sup>85</sup> SAMPAIO, Antônio Borges. Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro – esboço histórico. *Revista do Archivo Público Mineiro*. V.14, Fascículo: 3. 1906. p.269.

espaço a ser explorado, devir. Um campo. A definição do Pr. Rabello é também propagandística, já que apresenta este sertão como,

o mais fértil terreno da América: um campo de mais de noventa léguas, povoado todo de Geralistas, e das melhores famílias, que não compreende gente ociosa, ou de pouco porte, pois quase todos são fazendeiros; a produção ordinária de mais de duzentos e cinquenta por um, e chega a trezentos – e mais; um paiz o mais saudável, o mais abundante de águas, o mais próprio para as criações.<sup>86</sup>

A narrativa do Pe. Rebello constitui num relatório de sua viagem, de Campo Belo (atual Campina Verde – MG) a Matozinhos, endereçado ao Dr. José Teixeira de Vasconcelos, então presidente da província. Sua romanceada visão tinha o objetivo de divulgar as notícias da boa terra e despertar os olhares de possíveis colonos que resolvessem aceitar a empreitada de povoar as terras recém-incorporadas a Minas para garantir o direito de posse e, além disso,

O relato foi também uma resposta ao pedido de D. Pedro I para que a Congregação Religiosa São Vicente de Paulo fundasse outro colégio na Farinha Podre, mais especificamente na localidade conhecida por Matozinhos. O padre Leandro, então, ciente de sua posição frente à congregação e alinhado aos anseios imperiais, percorre *a região da Farinha Podre*, escreve o extenso relato sobre as características regionais e se coloca a disposição do príncipe regente, dando início aos trabalhos de construção do novo colégio.<sup>87</sup>

É perceptível a imprecisão na caracterização geográfica da Farinha Podre, como eram claramente as imprecisões geográficas para se definir os sertões brasileiros. “Sertão pode ser descrito como uma superfície de contornos imprecisos, mas contínua, homogênea, e – na perspectiva do colonizador, como uma folha em branco sobre a qual virão se inscrever as marcas da colonização”.<sup>88</sup> Apesar da imprecisão, a denominação ganha caráter regionalizador, como apontado por Estevão Marcondes Luz, uma região que acompanha a imprecisão geográfica do próprio termo sertão. A civilização se apresenta neste sentido, como o próprio termo já afirma, com caráter processual, “como derivação do equivalente francês ‘civiliser’”.<sup>89</sup>

<sup>86</sup> SAMPAIO, Antônio Borges. Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro – esboço histórico. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. V.14, Fascículo: 3. 1906. p.269.

<sup>87</sup> LUZ, E. de M. *Um legislador nas Gerais: vida e obra do Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik (1783-1861)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual de São Paulo: Franca, 2008. p.41.

<sup>88</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas minas setecentistas*. Trad. Maria Juliana Gambogi Teixeira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p.51.

<sup>89</sup> ELIAS, N. *Escritos e ensaios*: 1. Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2006. p.22.

O poder da coroa sobre as terras dos sertões brasileiros era estabelecido, como aponta Cláudia Damasceno Fonseca<sup>90</sup>, especialmente com a criação de arraias e vilas que eram responsáveis por efetivar a presença de autoridades eclesiásticas e públicas garantindo a posse sobre as terras recém-conquistadas. Apesar da dita efetivação, não era possível obter grande exatidão na demarcação das terras, graças em parte, a certo “desconhecimento” destas. A imprecisão nas formas de estabelecer os limites das sesmarias que eram distribuídas era maior à medida que seus sesmeiros “aceitavam o desafio” de habitar no interior do Brasil.

No caso do Sertão da Farinha Podre, outro exemplo desta imprecisão estaria nas terras que eram doadas em formas de sesmarias para seus posseiros, as quais recebiam limites que estavam relacionados a outras sesmarias, paragens, postos de guarda ou mesmo ao “certão inculto”:

Faço saber aos que esta m.<sup>a</sup> Carta de Sesm.<sup>a</sup> virem, q’ attendendo ame representar por sua Petição o Alf. João Per<sup>a</sup> da Rocha, q’ no Julgado de Desemboque, no Certão da Farinha Podre, neparagem denominada Oberava, seachão terras devolutas, as q.<sup>es</sup> partem aõ rumo do Leste com aSem.<sup>a</sup> de Bento J.<sup>c</sup> de Godois, pelo rumo do Este com posses de Anna Fran.<sup>ca</sup>, pelo Norte com o Alf.<sup>s</sup> Fran.<sup>co</sup> Soares Ferr.<sup>a</sup>, e pelo Sul com o Certão inculto, e ep.<sup>r</sup> q. oSupp.<sup>e</sup> as queria possuir p.<sup>r</sup> leg.<sup>mo</sup> T<sup>o</sup> de Sesm.<sup>a</sup>, mepedia lhe concedesse nad.<sup>a</sup> paragem três legoas de terra de comprido, e huma de largo<sup>91</sup>

A carta da Sesmaria oferecida ao Alf. João Pereira da Rocha em 1821, uma das últimas concedidas de acordo com o Sistema de Sesmarias que teria fim em 1822, aponta para o fato de que, no início do século XIX o Sertão da Farinha Podre despertava o interesse das autoridades para seu povoamento que na perspectiva do colonizador, *ainda* não estava completo o que é percebido graças à falta de precisão na sua delimitação, ou seja, quando o objetivo era justificar a colonização, as terras eram consideradas sem dono e nomeadas de sertão.

De todo modo, as primeiras formas de estabelecer os limites do Sertão da Farinha Podre eram tão imprecisas como eram normalmente as de quaisquer sertões no Brasil – ou do próprio “sertão chamado Brasil”. Portanto, à medida que o conhecimento das terras brasileiras avança, as formas de nomear o espaço e de estabelecer domínio e controle sobre ele também

<sup>90</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraias e vilas d’el rei: espaço e poder nas minas setecentistas*. Trad. Maria Juliana Gambogi Teixeira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011

<sup>91</sup> “Extrato da Carta de Sesmaria de João Pereira da Rocha, concedida pelo Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais., 1821”. As terras da Sesmaria de João Pereira da Rocha estão situadas onde viria a se formar a cidade de Uberlândia – MG. In: PEREIRA, Oscar Virgílio. *Das sesmarias ao polo urbano: Formação e transformação de uma cidade*. Uberlândia: Composer, 2010.p.89.

sofrem alterações. Entretanto, a semelhança cartográfica com a figura geométrica só foi possível através do aprimoramento da ciência cartográfica. No momento em que as representações do sertão vão ganhando contorno de rios, aldeias, arraiais e freguesias, a precisão vai aumentando e a associação com a forma triangular poderia ficar mais evidenciada.

Esta narrativa faz com que Uberaba tenha uma centralidade política nesta descrição que cria o Sertão da Farinha Podre (como memória) a partir da construção da cidade: “deste arraial [Uberaba] dependem os novos descobertos até à barra do Rio Paranaíba no Grande. É um terreno imenso, e chamam-lhe geralmente Sertão da Farinha Podre”<sup>92</sup>.

As formas de nomear o espaço mineiro costumavam derivar de uma ordem importante de classificações. Segundo Fonseca, quando eram descobertas novas terras, estas recebiam os nomes de seus acidentes geográficos mais característicos, “os rios, ribeiros, ribeirões, córregos, serras, morros, rochedos, campos e matos”<sup>93</sup>. À medida que o povoamento ia crescendo, recebia o nome dos santos festejados no dia – ou devotos, ou de seus fundadores, então:

Em seguida, estas toponímias, que remetiam a elementos naturais ou artificiais (como os povoados), eram associadas a palavras que estendiam tais designações às zonas adjacentes. Em uma primeira fase, este espaço circundante, ainda vazio (da ocupação dos brancos) e pouco conhecido, será chamado sertão – como o “sertão do rio Verde” ou o “sertão do rio do Tamanduá”. O sertão, no princípio unidade homogênea, subdivide-se assim em vários sertões. Mais tarde, à medida que o povoamento avança, o termo é substituído por outras palavras que designam diferentes categorias e diferentes escalas do espaço ocupado e territorializado: “campanha”, “conquista”, “paragem”, “sítio”, “continente”, “distrito” etc.<sup>94</sup>

No caso da Farinha Podre, segundo a narrativa tradicional, o nome que teria sido dado por conta do “apodrecimento” da farinha de mandioca, foi utilizado para nomear também a fazenda e o povoado, que depois chamou-se Uberaba em consequência do rio de mesmo nome. Em seguida, este topônimo se estendeu para todo o lugar que, sem uma delimitação precisa, é denominado Sertão da Farinha Podre.

Deste modo, a origem do termo Sertão da Farinha Podre nos remete aos relatos de viajantes do século XIX e a personalidades ligadas à fundação da cidade de Uberaba. Porém,

---

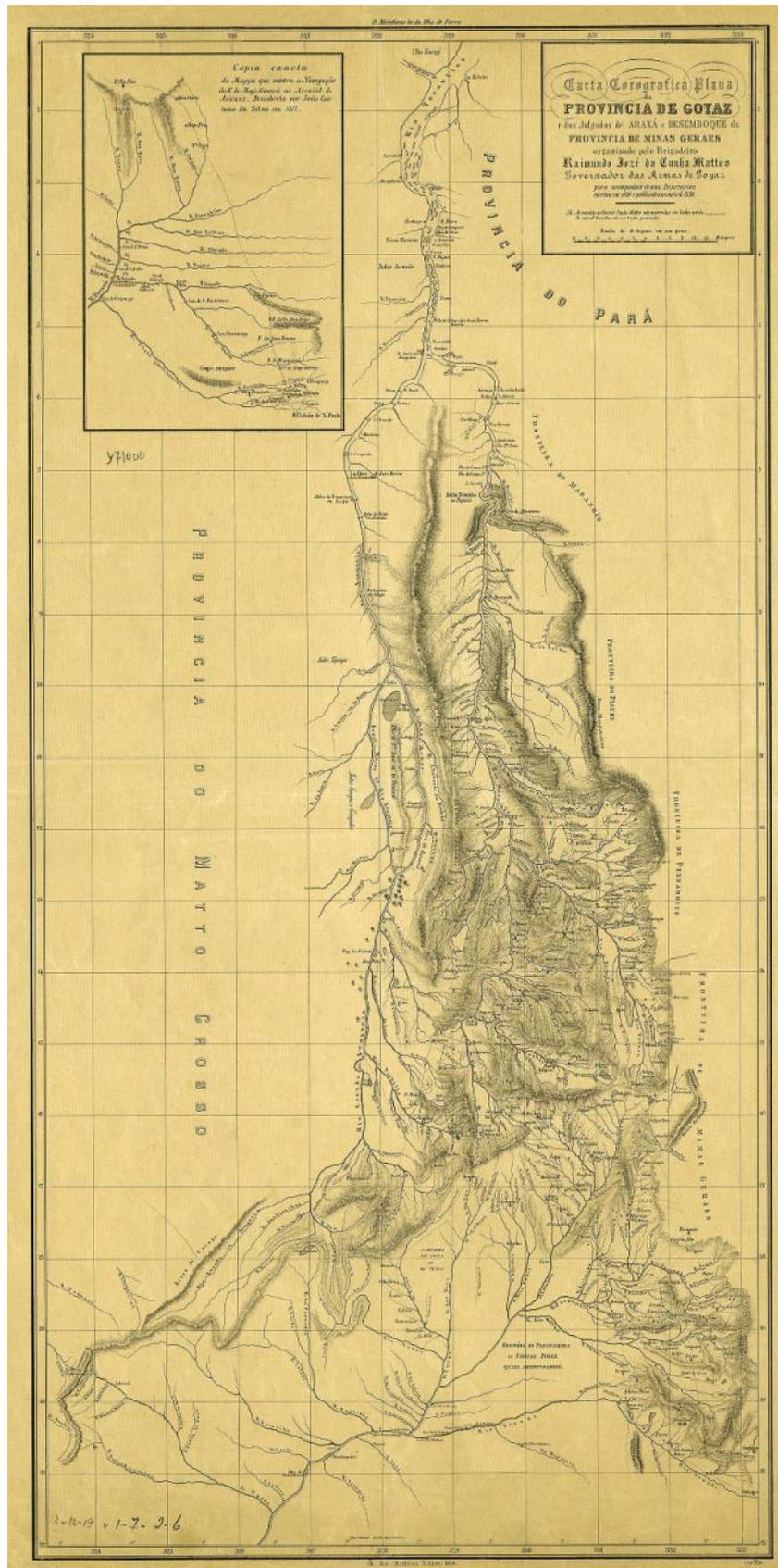
<sup>92</sup> MATOS, R. J. da C. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Itatiaia. Vol.1, p.211.

<sup>93</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas minas setecentistas*. Trad. Maria Juliana Gambogi Teixeira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p.75.

<sup>94</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas minas setecentistas*. Trad. Maria Juliana Gambogi Teixeira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 76.

apesar de ser um termo atribuído a mineiros, na cartografia, o Sertão da Farinha Podre aparece relacionado à província de Goyaz, mesmo após 1816, porque mesmo que não fosse uma região administrativa daquela província os tributos religiosos lhes eram destinados.

Mapa 7: Carta corográfica plana da província de Goiás e dos julgados de Desemboque e Araxá da Província de Minas Gerais. *Raimundo José da Cunha Mattos*. 1826.



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

É no mapa de Cunha Matos, utilizado para orientar sua viagem em 1826, que aparece pela primeira vez na cartografia o termo “Sertões da Parahyba ou Farinha Podre, *quasi despovoados*” para se referir ao *Triângulo* com delimitações mais precisas – território entre os rios Grande e Paranaíba a oeste da Estrada do Anhanguera. Contudo, neste documento, os sertões da Farinha Podre ou Paranaíba ganham um ‘adjetivo’, são quase despovoados.

A própria etimologia da palavra sertão refere-se, provavelmente, ao “território do vazio”. Contudo o espaço que de terras que recebeu este nome não era vazio, mas habitado pelo gentio Kayapó, sendo assim, o fato destes ditos sertões estarem, em 1826, “quase despovoados” poderia representar um possível avanço da fronteira civilizada sobre os sertões, um processo de ocupação das terras que estaria dando o “resultado esperado” para os seus idealizadores. Entretanto, como se deu este processo de ocupação? É este o tema de nosso próximo capítulo.

## 2. ENTRADAS E DESCOBERTAS TRAÇAM AS ARESTAS DO TRIÂNGULO?

Um triângulo é um polígono com três lados. É, pois a região do plano limitada por três segmentos de reta (os seus lados), contíguos dois a dois nas suas extremidades (os vértices). (Tavares, 2013)<sup>95</sup>

Um triângulo é uma analogia matemática do espaço – a representação de uma figura limitada por três segmentos de reta (lados ou arestas) que se encontram formando vértices. Para ser classificado como tal, a figura geométrica deve obrigatoriamente conter estas características.

Como discutimos, considerar o Triângulo Mineiro somente como uma figura geométrica de três lados é insuficiente para a compreensão das variadas esferas da vida que o compõem, formam e são formadas por este espaço, entretanto, pensar sobre os pretextos desta *figuração* e denominação torna-se uma tarefa importante. Assim sendo, se um triângulo (figura) possui três lados, o Triângulo Mineiro também tem, por suposto, três limites estabelecidos historicamente em determinadas configurações sócio-históricas. Eis o topos incontornável para a narrativa historiográfica que pretende pensar historicamente esta forma espacial.

Dois destes limites estariam “naturalmente” definidos: Os rios Grande e Paranaíba. Tal naturalidade é apenas aparente uma vez que os rios podem considerados possíveis *limites naturais* de um espaço ilimitado como também são formas de se estabelecer ligações entre duas margens através da navegação, por exemplo. “Extraíndo dois objetos naturais do seu lugar para dizer que estão ‘separados’, nós já os referimos um ao outro na nossa consciência, nós os destacamos juntos do que se intercalava entre eles”<sup>96</sup>, em outras palavras, antes de serem admitidos como demarcações para o Triângulo Mineiro, em determinados períodos os rios eram o que lhe davam caráter de unidade interna ou com outros espaços contíguos.

Atravessando-os, os “primeiros” entrantes do espaço antes “desconhecido” estabeleceram ligações entre seu lugar de origem e seu destino final, constituindo uma possível “ponte” entre as duas margens dos rios. “A *ponte* simboliza a extensão da nossa esfera volitiva no espaço. Para nós, e só para nós, as margens do rio não são apenas exteriores

<sup>95</sup> TAVARES, J. N. O Triângulo. *Revista de Ciência elementar*. v.1, n.1, Nov-Dez/2013. p.1.

<sup>96</sup> SIMMEL, G. A ponte e a porta. *Revista política & trabalho*. n.12, Set/1996. pp.10-15. p.10.

uma à outra, mas ‘separadas’, e a noção de separação estaria despojada de sentido se não houvéssimos começado por uni-las”.<sup>97</sup>

A ligação entre as duas margens dos rios que metaforicamente pensamos como *ponte*, representava um desejo de unidade deste espaço antes desocupado por aqueles que levavam a civilização. Se pensarmos no contexto de ocupação do interior do Brasil pelos sertanistas nos séculos XVII e XVIII, este espaço, se “ocupado”, mapeado e conhecido, poderia oferecer, também, possíveis rendimentos (ouro ou metais preciosos) e a ampliação dos domínios da coroa portuguesa.

De forma prática, os rios representavam além de possíveis elos entre dois lugares, caminhos fluviais, a possibilidade de navegação em determinadas áreas, facilitava a locomoção e o transporte de mercadorias, auxiliando no processo de ocupação, sendo, portanto, mais do que uma barreira a ser vencida pelos sertanistas ou uma limite natural das terras.

Estes entrantes cortaram espaços e criaram caminhos, estabelecendo união e separação, ‘rasgando’ as formas de organização da natureza, levando o traçado retilíneo que ligaria dois espaços que estariam supostamente separados por fronteiras ‘naturais’. Estes dois rios (Grande e Paranaíba) compreendidos atualmente como limites que são essencialmente estabelecidos por seres humanos, constituíram descontinuidade em um espaço ilimitado, marcaram a travessia do lugar de origem dos primeiros entrantes para seu destino final, seja ele qual for.

Entretanto, o que importava durante as primeiras expedições dos séculos XVII e XVIII não eram os rios, mas a finalidade da campanha que estava sendo criada: estabelecer dois lugares e traçar um caminho que permitisse constituir a ligação entre os dois. Neste sentido, quais eram estes lugares criados? O destino final dos primeiros entrantes eram as terras que viriam a formar o Triângulo Mineiro? Quem foram os primeiros a conseguir finalizar esta empreitada? Qual seu lugar de origem? Quais eram seus objetivos? Este espaço era considerado importante (seja como rota de passagem ou como destino final)?

Para que o Triângulo Mineiro forme de fato um triângulo, a aresta que separa a figura de Minas Gerais precisa estar delimitada. Neste caso, também baseados na “naturalidade” do

---

<sup>97</sup> SIMMEL, G. A ponte e a porta. *Revista política & trabalho*. n.12, Set/1996. pp.10-15. p.11.

relevo, o limite com Minas Gerais é estabelecido “pela Serra da Canastra e Mata da Corda”<sup>98</sup>. Entretanto, o traçado que separa Minas do Triângulo (de Minas) é uma projeção que sofre sucessivas transformações – diante dos três lados que compõe a figura, este seria o mais delicado, móvel, arbitrário. Desta forma, poderíamos pensar no Triângulo Mineiro como uma confirmação do limite com Minas Gerais?

Como aponta Simmel, o desejo de separação é precedido pelo de ligação. O Triângulo, apesar de ser assim definido, é *mineiro*, representando a dinâmica entre a união e a desunião ou distanciamento de Minas Gerais. Sendo assim, como se constituíram estes limites com Minas? Quem foram os primeiros a estabelecê-los e atravessá-los?

A narrativa deste capítulo é estruturada procurando recontar com o auxílio da documentação e de relatos memorialísticos a construção dos limites que instituíram o Triângulo Mineiro através das primeiras incursões pelos sertões brasileiros. Assim como o triângulo geométrico possui três lados, a constituição de sua demarcação enquanto região também possui três explicações, tramas, configurações sociopolíticas que privilegiam diferentes pontos de vista: paulista, goiano e mineiro. Contudo, mesmo possuindo certa diferença narrativa, cada um destes movimentos históricos, de certa forma, se encontra e se entrelaça, constituindo a atual região mineira e são parte de um movimento mais amplo de projeção da vontade colonizadora sobre o espaço e de sua efetiva ocupação.

## 2.1. Traçado paulista (1709 – 1744)

A narrativa que envolve a conquista dos sertões brasileiros pelos bandeirantes paulistas se inicia no século XVII com a descoberta do ouro e com a atividade de mineração na região das Minas do sertão dos Cataguás (região de Ouro Preto – MG). Como foram os paulistas que iniciaram a busca pelo ouro, influenciados pela narrativa da serra de Sabarabuçu que supostamente possuía uma infindável quantidade de ouro, eram eles que esperavam contar com o apoio da política colonial estabelecendo controle sobre as terras mineradoras. Porém, como as notícias do ouro em grande escala no interior da colônia se espalharam para

---

<sup>98</sup> RICCIOPPO, T. & SOUZA SILVA, M. de. *Colonização do Triângulo Mineiro: Origens do desemboque*. Disponível em: <http://arquivopublicouberaba.blogspot.com/2016/11/colonizacao-do-triangulo-mineiro.html>. Acesso em 02/2019.

várias localidades, pessoas que não estavam acostumadas ao trajeto rumo ao sertão também saíram na corrida.

Entre a última década do século XVII e a primeira do século XVIII, os moradores do planalto de Piratininga começaram a desconfiar que estavam sendo enganados – a coroa portuguesa havia prometido muito mais do que estava disposta a cumprir e não cogitava entregar a posse das regiões auríferas a seus descobridores.<sup>99</sup>

As tensões entre os “estrangeiros” que vinham em busca do ouro e os sertanistas paulistas se acirraram desembocando em um grande conflito entre bandeirantes e emboabas (“estrangeiros”) cuja consequência acabou sendo a expulsão dos paulistas para fora do território das Minas e a criação da Capitania das Minas Gerais, em 1720, cujo objetivo era, dentre outros estabelecer uma maior presença do poder político nas “terras do ouro”.

Em 1720 [o distrito das minas], contava já cerca de 80 mil habitantes, domiciliados em vilas e arraiais opulentos (...) o Conde de Assumar informou ao Rei não ser mais possível contemporizar sem se criar um centro de autoridade forte e vigilante; pelo que foi criada a Capitania independente das Minas Gerais (alvará de 2 de dezembro de 1720) sendo nomeado primeiro governador D. Lourenço de Almeida, que a instalou com sua posse, a 18 de agosto de 1721.<sup>100</sup>

Lilia Schwarcz observa que, com este desfecho, os bandeirantes “retomaram o caminho do sertão e, no quesito ouro em abundância, ainda iriam protagonizar duas outras notáveis descobertas: as Minas do Sutil, em Mato Grosso, onde hoje fica Cuiabá, em 1722; e, cinco anos depois, as Minas de Vila Boa, em Goiás”.<sup>101</sup> Além de outros terrenos promissores como a descoberta do ouro em Pitangui.

No caminho de São Paulo para Vila Boa – GO estava o território que formaria a região do atual Triângulo Mineiro que só ganha importância para a coroa por conter parte da estrada que ligaria a parcela central da Capitania de São Paulo com a região das minas goianas. Esta estrada teria sido aberta graças às incursões bandeirantes pelo sertão dentre estas, destaca-se o caminho percorrido por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera II (1672 – 1740).

<sup>99</sup> SCHWARCZ, L. M. & STARLING, H. M. *Brasil: Uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p.111.

<sup>100</sup> VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974. p.140.

<sup>101</sup> SCHWARCZ, L. M. & STARLING, H. M. *Brasil: Uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p.112.

Segundo Teixeira (2001), Anhanguera juntou uma bandeira liderada por ele e mais duas pessoas: seu genro e financiador João Leite da Silva e Ortiz e Bartolomeu Pais de Abreu que assinou o requerimento enviado ao governador, Rodrigo César de Menezes. A promessa era “abrir um caminho mais curto rumo às minas do ameríndio Guaiá, onde estivera o Anhanguera I”<sup>102</sup>.

Em 1722, de posse dos roteiros de André Fernandes (que tinha como objetivo alcançar a zona de mineração, porém passando pelo *Caminho Geral de São Paulo para o Sertão*, a oeste de Minas<sup>103</sup>) a bandeira de Anhanguera sai na frente, logo em seguida uma segunda parte do grupo também inicia o trajeto, liderada por Silva Ortiz. É fato que a bandeira de Silva Ortiz se perde no caminho e alcança o grupo passando pelo oeste de minas<sup>104</sup>, enquanto Anhanguera atravessa os rios Grande e Paranaíba dando “origem à estrada real que ficou conhecida como Estrada do Anhanguera”<sup>105</sup>, também chamada de Caminho dos Goiaes.

Interessante apontar para o fato de que a nova estrada é supostamente (re)descoberta a partir de roteiros que tinham como objetivo alcançar Goiás passando por Desemboque, que naquele momento representava um importante centro de mineração para a região e possivelmente um bom lugar para descanso dos viajantes. Outro fato curioso é a descrição do caminho feito por Silva Ortiz como se o bandeirante estivesse perdido quando, ao contrário, estava andando pelo trajeto conhecido na época.

Às margens desta estrada (do Anhanguera) foram instituídas várias povoações, aldeamentos indígenas e centros de fiscalização e cobrança de impostos, em especial graças ao fluxo de ouro que vinha por meio dela. Em 1732, o Caminho dos Goiaes “foi reconhecido como única via de acesso às minas de Goiás”<sup>106</sup>, porém, com uma grande quantidade de extravios do ouro, foi aberta em 1736 outra estrada que ligaria as minas goianas a São João

<sup>102</sup> TEIXEIRA, E. *O Triângulo Mineiro nos Oitocentos (séculos XVIII e XIX)*. Uberaba: Intergraff Editora, 2001. p.22.

<sup>103</sup> O caminho era percorrido a pé, de São Paulo à Bahia passando pela nascente do rio São Francisco. Ver: TEIXEIRA, E. *O Triângulo Mineiro nos Oitocentos (séculos XVIII e XIX)*. Uberaba: Intergraff Editora, 2001. p.27

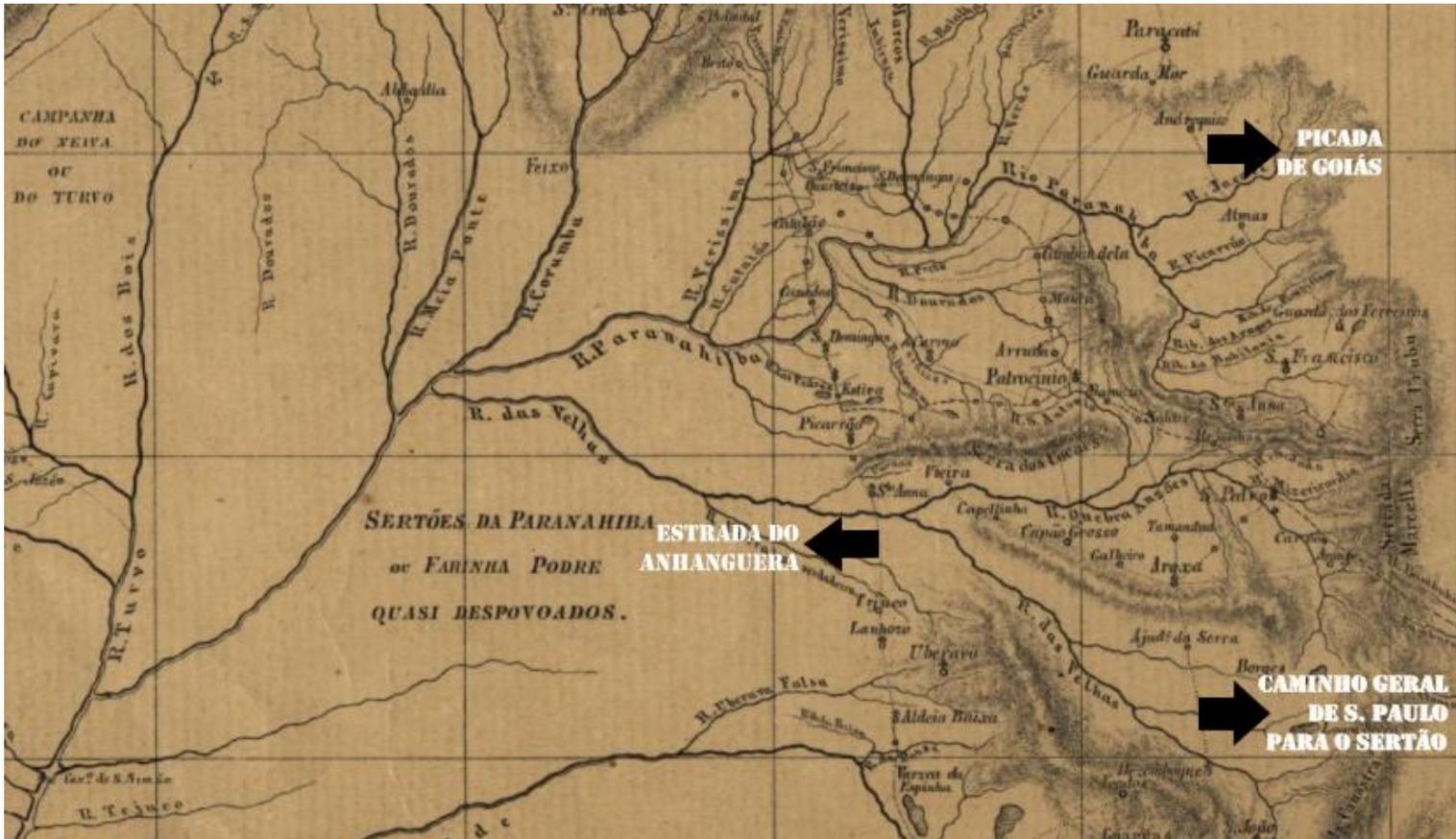
<sup>104</sup> TEIXEIRA, E. *O Triângulo Mineiro nos Oitocentos (séculos XVIII e XIX)*. Uberaba: Intergraff Editora, 2001. p. 29

<sup>105</sup> DANTAS, Sandra Mara. Identidades em órbita: O habitante do Triângulo Mineiro e constituição da triangulidade. *Locus: Revista de História de Juiz de Fora*. v. 20, n. 2. p.125-144. 2015. p.131.

<sup>106</sup> MORI, Robert. *Os aldeamentos indígenas no caminho dos goiaes: guerra e etnogênese no “Sertão do gentio Cayapó” (Sertão da Farinha Podre) – Séculos XVIII E XIX*. 2015. 219 f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. p.28

del-Rei e Vila Rica, finalizando o trajeto no Rio de Janeiro, e de lá o ouro sairia direto para Portugal. Esta nova estrada ficou conhecida como Picada de Goiás.

Mapa 8 :Carta corográfica plana da província de Goiás e dos julgados de Desemboque e Araxá da Província de Minas Gerais. Raimundo José da Cunha Mattos. 1826. (detalhe)



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

No detalhe (mapa 8) é possível perceber os caminhos que levavam a Goiás. Passando pelo futuro Triângulo Mineiro estava a Estrada do Anhanguera (ou caminho dos goiases), passando por Paracatu estava a picada de Goiás e, entre as duas, passando por Desemboque o Caminho Geral de São Paulo para o sertão.

Foi através da Estrada do Anhanguera no século XVIII, segundo a narrativa dos bandeirantes paulistas, que começou o povoamento destes sertões. Entre 1726 e 1728 foram concedidas todas as sesmarias que cortavam a estrada, dentre elas apenas a sesmaria de Antônio da Silva Lanhoso foi demarcada além do Rio Grande “a 15km ao norte da atual

cidade de Uberaba”<sup>107</sup>. O medo do gentio Kayapó<sup>108</sup> era o que afastava habitantes e motivava empreitadas como as de Antônio Pires de Campos<sup>109</sup>.

Os moradores de Goiás recorriam aos governantes e capitães-generais pedindo providências para combater os Kayapó do sul. Por sua vez, o poder político da capitania ou mesmo de São Paulo (quando Goiás ainda não havia sido desanexada), recorria aos monarcas portugueses para saber quais medidas deveriam ser tomadas contra os índios considerados ‘hostis’. Após inúmeras cartas, ofícios, requerimentos e das tentativas infrutíferas de combater os Kayapó do sul, em meados do século XVIII, a Coroa portuguesa optou por instruir mediante um ajuste celebrado com o sertanista Antônio Pires de Campos, aldeamentos indígenas habitados por índios trasladados de diferentes regiões da América portuguesa e que foram assentados ao longo do Caminho dos Goiases (...) Esses índios aldeados, aliados dos não índios atuaram por mais de três décadas na guerra contra os Kayapó do sul.<sup>110</sup>

Às margens da estrada surgiram vários aldeamentos, sendo que os mais importantes foram Aldeia do Rio das Pedras (Cascalho Rico – MG) e Sant’Ana do Rio das Velhas (Indianópolis – MG). Com o crescimento da população na região das Minas de Goiás e a demanda das autoridades locais por uma maior presença do poder público, em 1744 é criada a Capitania de Goiás da qual o futuro Triângulo Mineiro começou a fazer parte, desmembrando-se novamente parte da Capitania de São Paulo. 2.2. Traçado goiano (1744 – 1816)

<sup>107</sup> TEIXEIRA, E. *O Triângulo Mineiro nos Oitocentos (séculos XVIII e XIX)*. Uberaba: Intergraff Editora, 2001. p.26.

<sup>108</sup> A classificação “Cayapó” ou “Kayapó” deve ser analisada com cuidado pois, segundo Mano (2010) era utilizada não para designar uma etnia específica, mas como antítese da civilização. Ver: MANO, Marcel. Metáforas históricas e realidades etnográficas: a construção de uma história do combate Kayapó no Triângulo Mineiro. In: *Cadernos de Pesquisa em História do CDHIS*, n.23. p.235-347. 2010.

<sup>109</sup> “Antônio Pires de Campos era natural da Vila de Itu, descendente de uma família de sertanistas que, desde o século XVII (no caso seu avô, Manoel Campos Bicudo), percorria os sertões em busca de índios, ouro e diamantes” MORI, Robert. *Os aldeamentos indígenas no caminho dos goiases: guerra e etnogênese no “Sertão do gentio Cayapó” (Sertão da Farinha Podre) – Séculos XVIII E XIX*. 2015. 219 f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. p.37.

<sup>110</sup> MORI, Robert. *Os aldeamentos indígenas no caminho dos goiases: guerra e etnogênese no “Sertão do gentio Cayapó” (Sertão da Farinha Podre) – Séculos XVIII E XIX*. 2015. 219 f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. p.1



O mapa de 1751 foi feito pelo Engenheiro Francisco Tosi Colombina a mando de Dom Marcos de Noronha, primeiro governador da província de Goiás. Com a separação da Capitania de São Paulo, era preciso cartografar os novos territórios e estabelecer seus limites de forma mais eficiente. Colombina teria se baseado em outro mapa da Capitania entregue a ele, e a partir do qual houve esta produção. Entretanto, este é o mais antigo mapa conhecido que aponta os limites da recém-criada capitania. Neste mapa, temos pela primeira vez, a denominação de “Sertão do Gentio Cayapó” para a porção de terras ao sul da dita capitania de Goyaz.

Mapa 10: Mapa geral dos limites da Capitania de Goias, 1751 (detalhe)



Fonte: ArPDF – Arquivo público do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.arpdf.df.gov.br/mapa-geral-dos-limites-da-goias/>. Acesso em 03/2019.

É possível perceber que o nome “sertão do Gentio Cayapó” não é aplicado apenas para a porção de terras que viria a formar o Triângulo mineiro, ou para a “Farinha Podre”. Sertão do Gentio Cayapó compõe todo o espaço que estava sobre a influência efetiva da população indígena considerada mais hostil à ocupação branca. Não apresenta uma delimitação geográfica precisa nem é possível, naturalmente, identificar um “formato triangular” nos contornos desenhados por Colombina.

Neste momento, as configurações sociais eram marcadas pelo conflito entre colonizadores e indígenas e não representavam os prenúncios das ideias de civilização que só surgiriam no século seguinte. O Sertão representava o espaço do indígena que precisava ser vencido para se estabelecer a fronteira civilizada.

O desejo de vencer a ameaça indígena não surge com a criação da capitania de Goiás, mas já estava presente especialmente nas autoridades paulistas que administravam o território. D. Luiz de Mascarenhas, governador de São Paulo,

Encaminhou-se a Goyaz com grande comitiva de oficiais militares em 25 de junho de 1739; demarcou o lugar da villa que veio crear, a que chamou Villa-Boa de Goyaz, em atenção a Bueno seu descobridor e ao gentio Goyá; fez erigir pelourinho; designou o lugar da praça da matriz, da câmara, da cadea e dos edificios principaes, e não se dedignou de pegar na ponta da corda e servir de peão para se marcarem os logradouros públicos; estabeleceu o senado, e escrever ao superintendente Agostinho Pacheco Telles para eleger dois vereadores e procurador do conselho.<sup>111</sup>

Em outras palavras, o governador procurou estabelecer em Vila Boa as instituições que representassem o controle da coroa sobre as terras e descobertas.

Foi durante o governo de Mascarenhas que Antônio Pires de Campos foi contratado para “desinfestar do Cayapó” a zona de mineração, tornando “mais praticável o caminho de S. Paulo, fundando as aldeas de Santa Anna, Rio das Pedras e Lanhoso”.<sup>112</sup> O medo do gentio

---

<sup>111</sup> SOUSA, Luiz Antonio da Silva e. Memoria sobre o descobrimento, governo, população, e cousas mais notaveis da Capitania de Goyaz. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo XII, 4º trimestre de 1849, pp. 429-510. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva. p. 445.

<sup>112</sup> SOUSA, Luiz Antonio da Silva e. Memoria sobre o descobrimento, governo, população, e cousas mais notaveis da Capitania de Goyaz. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo XII, 4º trimestre de 1849, pp. 429-510. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva. p.447.

Kayapó<sup>113</sup> era o que afastava habitantes e motivava empreitadas como as de Antônio Pires de Campos<sup>114</sup>.

Pires de Campos “declarou guerra” contra os “Cayapó do Sul”. A chamada guerra justa, herança medieval das cruzadas, era autorizada na medida em que houvesse resistência das populações a instituição da civilização. Em outras palavras, o objetivo era forçar os indígenas a se render e aceitar os conquistadores, transformando-os em cativos sujeitos a coroa portuguesa. “As justificativas ideológicas para as expedições pautavam-se na importância de colonizar e povoar o sertão a fim de desenvolvê-lo. Para isso, tornava-se necessário eliminar, de uma forma ou de outra, a presença marcante dos grupos considerados hostis”.<sup>115</sup>

A guerra justa poderia ser classificada em *defensiva*, na qual “não era permitido o ataque às aldeias do inimigo, mas era permitido ataque a grupos de guerreiros” e *ofensiva* “no qual o rei ou o governador/capitão general deveria autorizá-la e era permitido atacar aldeias”.<sup>116</sup> Para combater a suposta “ameaça Kayapó” foi autorizada a guerra justa ofensiva, causando ainda mais mortes.

Entretanto, esta proposta, apesar de sangrenta, não foi completamente eficaz. Foram os aldeamentos indígenas que obtiveram “sucesso”, pois neles eram utilizados guerreiros Bororos para combater os Kayapós, ou seja, “usar índios mansos na guerra contra os bárbaros”<sup>117</sup> o que já havia dado certo em outras experiências. Nos aldeamentos havia mais do que o desejo de cristianização do gentio, o uso da força se fazia constante na tentativa de subjugar a população.

<sup>113</sup> A classificação “Cayapó” deve ser analisada com cuidado pois, segundo Mano (2010), era utilizada não para designar uma etnia específica, mas como antítese da civilização. Ver: MANO, Marcel. Metáforas históricas e realidades etnográficas: a construção de uma história do combate Kayapó no Triângulo Mineiro. In: *Cadernos de Pesquisa em História do CDHIS*, n.23. p.235-347. 2010.

<sup>114</sup> “Antônio Pires de Campos era natural da Vila de Itu, descendente de uma família de sertanistas que, desde o século XVII (no caso seu avô, Manoel Campos Bicudo), percorria os sertões em busca de índios, ouro e diamantes” MORI, Robert. *Os aldeamentos indígenas no caminho dos goiases: guerra e etnogênese no “Sertão do gentio Cayapó” (Sertão da Farinha Podre) – Séculos XVIII E XIX*. 2015. 219 f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. p.37.

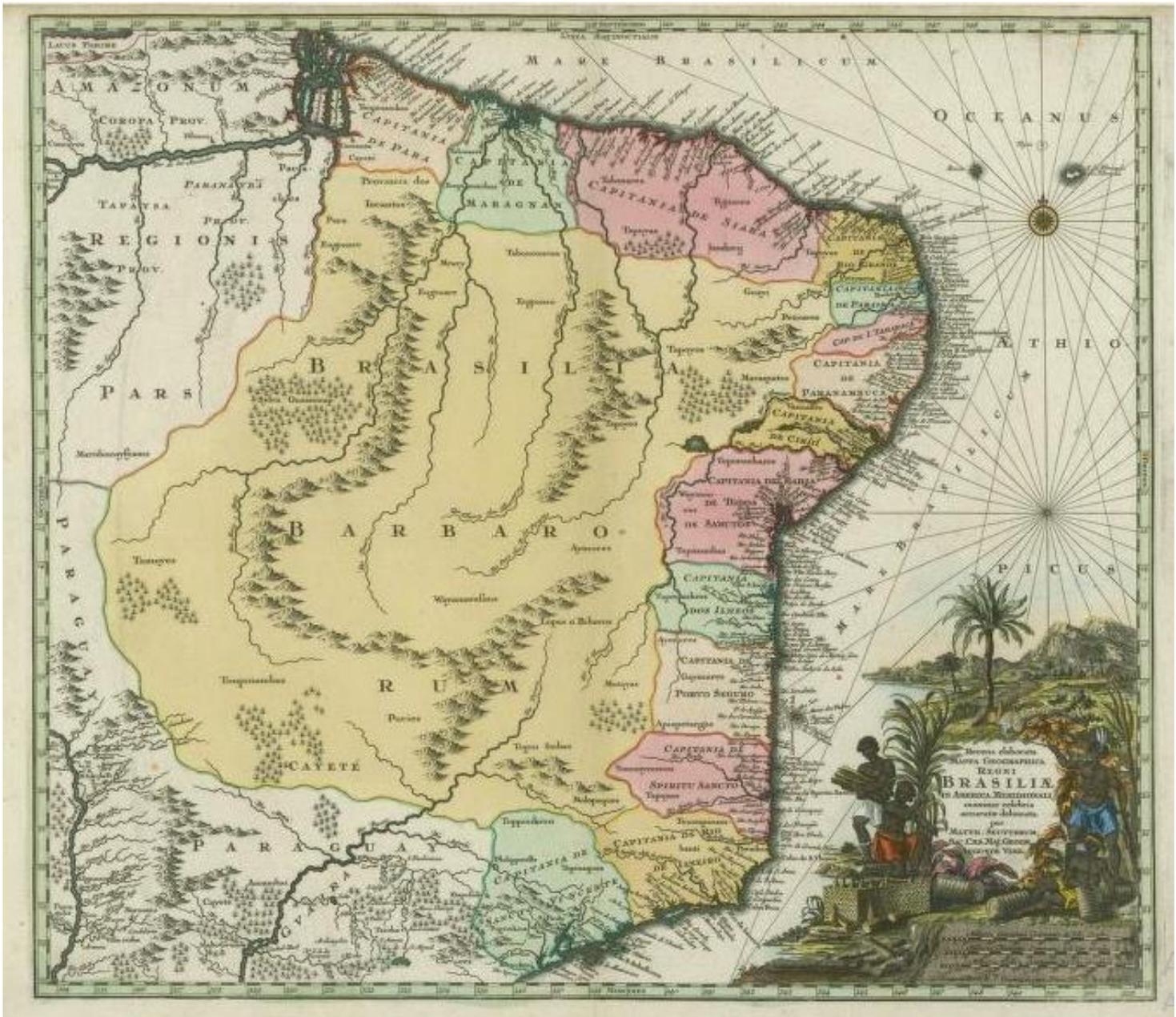
<sup>115</sup> AMANTINO, M. As Guerras Justas e a escravidão indígena em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. In: *Varia História*. v.22, n.35, Belo Horizonte, 2006.

<sup>116</sup> MORI, Robert. *Os aldeamentos indígenas no caminho dos goiases: guerra e etnogênese no “Sertão do gentio Cayapó” (Sertão da Farinha Podre) – Séculos XVIII E XIX*. 2015. 219 f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. p.39.

<sup>117</sup> RAVAGNANI, Oswaldo Martins. Os primeiros aldeamentos da província de Goiás. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 221-244, jan./1994.p.231.

O uso do termo bárbaro para denominar as populações indígenas que resistiam às invasões estrangeiras possui uma importante significação, pois ele não aparece apenas na historiografia para justificar a guerra justa, mas também na cartografia para representar todo o “interior” do Brasil.

Mapa 11: Recens Elaborata Mappa Geographica Regni Brasiliae in America Meridionali.



Fonte: John Carter Brown Library. Disponível em: <https://jcb.lunaimaging.com/luna/servlet/detail/JCBMAPS~1~1~1172~100720002:Recens-elaborata-Mappa-Geographica->. Acesso em 02/2019.

O mapa do editor alemão Georg Matthäus Seutter data de 1730 e apresenta esta organização administrativa da colônia. As colônias litorâneas ganham destaque enquanto o interior é apresentado simplesmente como *brazilia barbarorum*. Como afirma Kevein J. Brown, após a próspera rede de cidades que estava sendo estabelecida, “mais de 150 quilômetros para o interior, o conhecimento europeu termina abruptamente. (...) naquela época o interior do Brasil era para todos os efeitos ‘um espaço em branco no mapa’.”<sup>118</sup>, sendo que neste caso, o espaço “vazio” estava sinalizado como seu possível habitante, não estando simplesmente “em branco”.

É interessante apontar que a produção do mapa de Seutter e os processos de interiorização do Brasil em busca de metais preciosos e de controle da “ameaça Kayapó” são contemporâneos. Apesar da representação cartográfica não ser de autoria de um brasileiro e apresentar certa “desatualização”<sup>119</sup>, esta significava uma forma de compreensão do que as populações nativas representavam, ao menos aos olhos das autoridades europeias.

Segundo Lewis Morgan, poderíamos classificar a história do mundo em três etapas: selvageria, barbárie e civilização.

O período de selvageria, de cuja parte mais antiga sabe-se muito pouco, pode ser dividido, provisoriamente, em três subperíodos. Esses podem ser chamados de período *inicial*, *intermediário* ou *final* de selvageria; e a condição da sociedade em cada um, respectivamente, pode ser distinguida como *status inferior*, *intermediário* ou *superior* de selvageria.<sup>120</sup>

Para Morgan, o status de Selvagem vai do início da raça humana até a descoberta e a invenção de artefatos como o arco e flecha e o domínio da arte da cerâmica. Segundo o autor algumas populações indígenas que habitavam a região da polinésia, ao serem descobertas, ainda estavam vivendo como “selvagens”. Porém, como descrito, o que marca a diferenciação

<sup>118</sup> BROWN, Kevin J. *A América do Sul e o Brasil nos mapas*. São Paulo: Folha, 2018. p.19

<sup>119</sup> Em 1531 Martin Afonso de Souza é o responsável por fundar a Capitania de São Vicente e em 1709 os herdeiros de Martin Afonso adquirem o direito da capitania que é rebatizada para Capitania de S. Paulo e Minas do Ouro por abarcar o pedaço de terra que antes era parte da Capitania do Rio de Janeiro e no qual já havia uma rede de mineração. Já em 1720, por conta da crescente exploração, a região das Minas é desanexada de São Paulo, formando a Capitania de Minas Gerais. No mapa de Seutter, publicado em 1730, toda a região é descrita como parte da antiga Capitania de Sancto Vincente, desatualização que aponta para o fato deste mapa ser um redesenho do *Nova et Accurata Brasiliae Totius Tabula*, de Johannes Blaeu, publicado em 1640, um sinal da profícua cartografia holandesa que deixava marcas na forma como o Brasil era cartografado. Ver: SANTOS, A. C. dos. *A expulsão do sertão: elites paulistas, entre o imaginário e o território (1749-1841)* 2018. 303f. Tese (doutorado em arquitetura). FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. p.65.

<sup>120</sup> MORGAN, L. H. *A sociedade antiga: Ou investigações sobre as linhas do progresso humano desde a selvageria, através da barbárie, até a civilização*. Rio de Janeiro: Expresso Zahar, 2014. p.60.

entre selvageria e barbárie não é a forma como as populações indígenas estariam organizadas, política, cultural e economicamente.

O status de barbárie, para Morgan, também se divide em três momentos: inferior, intermediário e superior. O estágio inicial da barbárie estaria relacionado com a técnica de moldar a cerâmica, a estágio intermediário estaria relacionado com a capacidade de cultivo do milho e com a construção de casas de adobe e por fim, o estágio superior da barbárie está relacionado com o manuseio e molde do metal. Esta teoria se apresenta em total acordo com os períodos classificatórios da “pré-história” ocidental.

Segundo Morgan,

Essa especialização de períodos étnicos possibilita tratar uma sociedade específica de acordo com suas condições de avanço relativo, e tomá-la como um tema independente para estudo e discussão. Não afeta o resultado principal o fato de que, num mesmo tempo, diferentes tribos e nações do mesmo continente, e até da mesma família lingüística, estejam em diferentes condições, pois, para nosso propósito, a *condição* de cada uma é o fato material, o *tempo* sendo imaterial.<sup>121</sup>

A classificação apresentada por Morgan data de início do século XIX, momento no qual as terras do Triângulo já haviam sido anexadas à Capitania de Minas e os esforços para povoar este espaço estavam principalmente voltados para a pecuária e não a “eliminação da ameaça Kayapó” (o que não significa que não havia esta preocupação). Contudo, esta hierarquização das sociedades é importante para conhecermos o pensamento da elite letrada da época e avaliar quais as suas motivações e intenções para, por exemplo, concordarem em estabelecer as formas de expandir a fronteira civilizada.

Para instituir a civilização era necessário que todas as oposições fossem eliminadas e neste sentido a compreensão dos adjetivos selvagem/bárbaro é importante. Foucault discute concepções como esta de Morgan que consideram que o selvagem seria “o homem natural que é o elemento ideal, inventado pelos economistas, esse homem que não tem história nem passado, que só é movido por seu interesse e que troca o produto de seu trabalho por outro produto”<sup>122</sup>

O homem natural seria não só o ancestral que *ainda* vivia nas Américas, mas aquele que poderia, quando entrasse em contato com a civilização, civilizar-se. “Assim que está

<sup>121</sup> MORGAN, L. H. *A sociedade antiga: Ou investigações sobre as linhas do progresso humano desde a selvageria, através da barbárie, até a civilização*. Rio de Janeiro: Expresso Zahar, 2014. P. 61.

<sup>122</sup> FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p.232.

numa relação de tipo social, o selvagem deixa de ser selvagem”<sup>123</sup>. Em contrapartida, o bárbaro não seria apenas uma “evolução” da vida selvagem, mas aquele que se opõe à civilização.

Da mesma forma que temos a fabricação dos sertões a partir do olhar do litoral, temos a criação do bárbaro a partir das concepções de civilização estando este em completa oposição àquela. “Não há bárbaro sem uma civilização que ele procura destruir e da qual procura apropriar-se”<sup>124</sup>. Temos então a construção do imaginário acerca do gentio Kayapó (e de todo aquele que atrapalhe o ‘processo civilizador’): violento, atrasado, inferior... que vem do século XIX, juntamente com a associação das terras que deram origem ao Triângulo Mineiro como Sertão da Farinha Podre – na Farinha Podre as populações indígenas não representavam a mesma ameaça que aquela do sertão do Gentio Kayapó. A Farinha Podre é o sertão vazio, segundo a perspectiva de quem espera explorá-lo. O sertão do Gentio Kayapó é o lugar do outro que entrava neste processo. Duas formas distintas de encarar a mesma porção do espaço, imagens sobrepostas, ainda que não opostas.

Para *vencer* as populações que se opõem à civilização foi proposto o sistema de aldeamentos,

todo núcleo idealizado por não-índios (conforme alguma função preconizada, como por exemplo, defesa de um território) habitado e construído por estes e, principalmente, pelos índios, com ou sem a presença de templo religioso ou de missionários, ou seja, independentemente de uma administração religiosa ou leiga. Essas características claramente diferem das aldeias, construídas de acordo com a cultura de cada grupo indígena.<sup>125</sup>

Durante o processo de construção dos aldeamentos nas margens do Caminho para os goiases, o crescimento da população “civilizada” na região das Minas de Goiás e a demanda das autoridades locais por uma maior presença do poder público, em 1744 é criada a Capitania de Goiás da qual o futuro Triângulo Mineiro começou a fazer parte, desmembrando-se novamente parte da Capitania de São Paulo. Contudo, é somente em 8 de Novembro de 1749 que o primeiro governador toma posse das terras que então haviam sido desmembradas de S. Paulo: D. Marcos de Noronha.

<sup>123</sup> FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p.233.

<sup>124</sup> FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p.235.

<sup>125</sup> MORI, Robert. *Os aldeamentos indígenas no caminho dos goiases: guerra e etnogênese no “Sertão do gentio Cayapó” (Sertão da Farinha Podre) – Séculos XVIII E XIX*. 2015. 219 f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. p.76.

A luta contra as populações indígenas permanece durante todo o século XVIII, porém, no século XIX começam a ser divulgadas notícias acerca da conquista das terras e da eliminação da “ameaça Kayapó”. Ao visitar a região da Farinha Podre, em 1819, atravessando-a pela estrada do Anhanguera, Saint-Hilaire já descreve os aldeamentos que estavam em sua margem como estando em processo de decadência.<sup>126</sup>

### 2.3. Traçado mineiro

Em outro sentido de povoamento estavam as investidas mineiras. Enquanto o fluxo migratório de São Paulo para atingir as minas goianas se dá no sentido “Sudeste – Noroeste” os mineiros fazem o trajeto no sentido “Leste – Oeste”, contudo, em ambos os casos, a conquista dos sertões se dá sempre em um processo de interiorização do Brasil.

Os esforços mineiros para conquista do futuro Triângulo começam no século XVIII, mas as entradas rumo à Farinha Podre se iniciam apenas no século seguinte, sendo, portanto, fenômeno do século XIX. Em busca do ouro nas “Gerais” e do alcance das minas de Goiás os sertanistas mineiros abrem caminho pelo meio das serras através da Picada de Goiás “saída de Minas e inaugurada em 1738. Seu trajeto era do lado oriental do muralhão da Serra da Canastra, a leste. Caçadores furtivos em busca de ouro teriam dela saído e penetrado até a vertente ocidental”<sup>127</sup> encontrando o “tão sonhado rio da Abelhas”<sup>128</sup> e lá as novas descobertas do século XVIII.

Para estes exploradores oficiais que vinham da capitania de Minas Gerais com intuito de adentrar e reconhecer as potencialidades daquele território inóspito, o ponto de partida mais próximo e estratégico era a Vila de São Bento do Tamanduá, onde as autoridades mineiras os proveriam de mantimentos e de homens que já conheciam a região. Vindos da região de Mariana ou da Vila de São João del Rei estes homens alcançavam a Vila de São Bento do Tamanduá onde se organizavam antes de se aventurar por aquelas terras desconhecidas chamadas de sertão.<sup>129</sup>

<sup>126</sup> SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

<sup>127</sup> TEIXEIRA, E. *O Triângulo Mineiro nos Oitocentos (séculos XVIII e XIX)*. Uberaba: Intergraff Editora, 2001. p.70

<sup>128</sup> Ou rio das Velhas. Existem “dois” rio das Velhas na historiografia mineira: O rio Guaicuí, afluente do São Francisco e atualmente conhecido como rio das Velhas; e o atual rio Araguari, inicialmente denominado rio das Abelhas (nome recebido possivelmente por André Fernandes em sua bandeira de 1731), mas cuja “pronúncia lusitana alterou para rio das Velhas”. TEIXEIRA, E. *O Triângulo Mineiro nos Oitocentos (séculos XVIII e XIX)*. Uberaba: Intergraff Editora, 2001. p.78.

<sup>129</sup> LUZ, E. de M. *Um legislador nas Gerais: vida e obra do Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik (1783-1861)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual de São Paulo: Franca, 2008. p.32.

Como posto de parada entre Goiás, Minas Gerais e São Paulo e importante zona de mineração, surge o Arraial de Nossa Senhora do Descoberto das Cabeceiras do Rio das Abelhas, depois chamado de Arraial de Nossa Senhora do Descoberto das Cabeceiras do Rio das Velhas (ou simplesmente Arraial do Rio das Velhas) e, em 1749, Desemboque<sup>130</sup>. Como “não havia descoberta de ouro a oeste do Arraial das Abelhas; e as povoações mineiras surgiam apenas junto às ocorrências comprovadas do precioso metal”<sup>131</sup> não há registro de posse mineira para além deste arraial.

Alcançado o Desemboque, segundo o princípio de *uti possidetis*, as terras descobertas deveriam ser pertencentes a Minas Gerais. A população do Desemboque aumentou, sendo criado ali um julgado, em 1766, tendo a freguesia demarcada em 1768, alçando a condição de Vila em 1850, a esta altura, “estando subordinada à Câmara Municipal da Vila do Araxá”<sup>132</sup>.

As zonas auríferas da cabeceira do Rio das Velhas que formariam a futura Vila de Desemboque ainda foram disputadas por paulistas e goianos, entretanto havia na localidade o estabelecimento de quilombos (Campo Grande e Ambrósio) e grandes “nações indígenas”, o que dificultava a chegada dos sertanistas. O primeiro a “vencer” a “ameaça” foi Ignácio Correa Pamplona, correspondendo às autoridades de Minas Gerais, que teria recebido em troca uma sesmária de aproximadamente 390 km<sup>2</sup> “na região do Bambuí, onde se instalara com mulher e filhos”<sup>133</sup>.

Nas zonas fronteiriças foram criadas várias paróquias,

fundadas pelo bispo mineiro [D. Frei Manuel da Cruz] nos “desertos” do Oeste: São Bento do Tamanduá (1757), Piuí (1758), Desemboque (por volta de 1761) e Bambuí (1768). As sedes de tais freguesias constituíam verdadeiras “bocas de sertão”, situando-se à beira da picada de Goiás e de suas ramificações, abertas a partir de 1736.<sup>134</sup>

<sup>130</sup> “Desembocar: sair de um lugar estreito para outro mais largo”. O nome possivelmente faz referência ao desemboque do Rio Grande e não às estradas como faziam os topônimos anteriores. TEIXEIRA, E. *O Triângulo Mineiro nos Oitocentos (séculos XVIII e XIX)*. Uberaba: Intergraff Editora, 2001. p.68.

<sup>131</sup> PEREIRA, Oscar Virgílio. *Das sesmarias ao polo urbano: Formação e transformação de uma cidade*. Uberlândia: Comoser, 2010. p.52

<sup>132</sup> LUZ, E. de M. *Um legislador nas Gerais: vida e obra do Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik (1783-1861)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual de São Paulo: Franca, 2008. p.33.

<sup>133</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas minas setecentistas*. Trad. Maria Juliana Gambogi Teixeira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p.122.

<sup>134</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas minas setecentistas*. Trad. Maria Juliana Gambogi Teixeira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p.121

O desejo do governo da Capitania de Minas Gerais era de estabelecer seus limites até as terras próximas a Bambuí (MG), sendo que a fundação das paróquias nas “bocas de sertão” servia justamente para garantir o direito de posse sobre as terras. Contudo, neste caso, Desemboque acabou pertencendo a Goiás.

a divisa fixada pelo Rei, na criação da Capitania de Goiás, não deixava as cabeceiras do Rio das Velhas em território de Minas Gerais. Tão desprovida de base histórica era essa pretensão, que a Capitania de Minas Gerais a defenderia sempre alegando, tão somente, posse mais antiga sobre as terras goianas.<sup>135</sup>

Segundo a narrativa do *Requerimento dos moradores de S. Domingo do Araxá pedindo sua passagem para a Capitania de Minas (1815)*, o Padre Félix José de Souza, capelão do Arraial do Rio das Velhas, por tentar escapar das autoridades mineiras com as quais possuía desavenças, persuade o povo de Desemboque a obedecer a justiça goiana e,

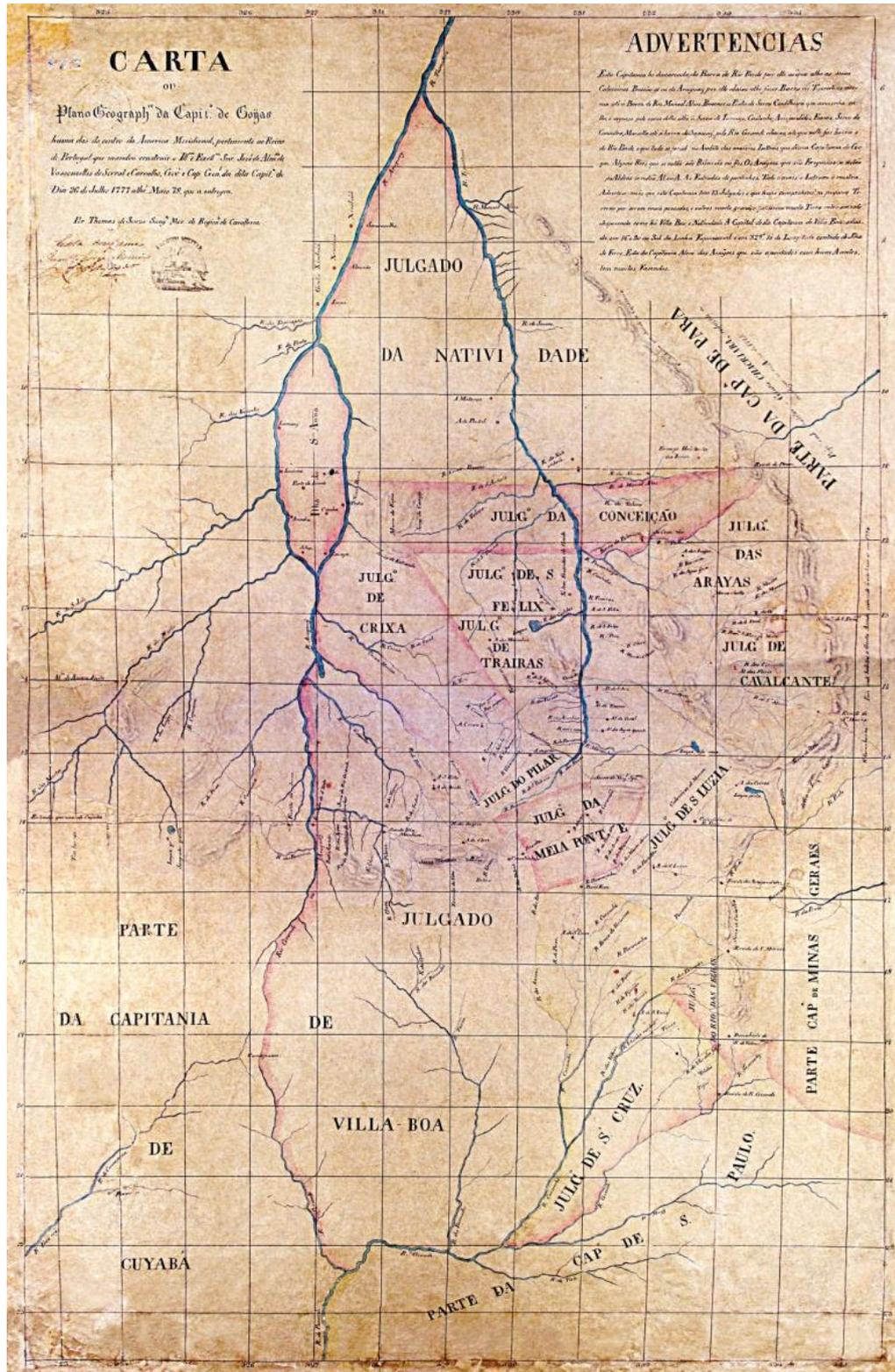
as circunstancias de tempo favorecem seus intuitos e deznios: Cuidava-se então em completar com a *derrama* a quota das 100 arrobas de Ouro, que senão inteiravão nos annos de 1762 e 1763, valendo-se pois desta circumstancia mostra, que os Goyanos erão isentos deste ônus, e que elles gosarião do mesmo bem se fossem sujeitos a Goyaz. A multidão que sempre se leva dos primeiros movimentos, seguiu com facilidade a impressão que lhe fez este discurso, e procurando a Goyaz forão de pronto recebidas.<sup>136</sup>

---

<sup>135</sup> PEREIRA, Oscar Virgílio. *Das sesmarias ao polo urbano: Formação e transformação de uma cidade*. Uberlândia: Composer, 2010. p.52.

<sup>136</sup> *Requerimento dos moradores de São domingos do Araxá pedindo sua passagem para a Capitania de Minas Gerais (1815)*. Revista do Arquivo Público Mineiro. V. 9, número 3/4, ano 1904, p. 875-882. pp.877.

Mapa 12: Plano Geografico que mostra a Capitania de Goyas huma das do centro da America Meridional e Domínio Portuguez, cuja Capital he Villa Boa que está situada em 16° 20' de Latitude ao Sul, e 329° 10' de Longitude, na qual se vem todos os Julgados q. ella comprehende e parte das Capitancias do Cuiabá, Pará, Minas Geraes, Bahia, e S. Paulo...1767- 1778. Casa da Insua.



Fonte: VIEIRA JÚNIOR, Wilson. Cartografia da Capitania de Goyaz do século XVIII: intenção e representação. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. p.119.

O mapa (12) apresenta uma cópia feita em 1865 com base no original do “Arquivo Militar de Lisboa e trazida de Portugal pelo Barão Luiz da Ponte Ribeiro, como peça integrante do *Convênio Luso-Brasileiro sobre cartografia portuguesa de 1867*”<sup>137</sup>. A carta é resultado da viagem de José Almeida de Vasconcelos de Soveral e Camargo (Barão de Mossâmedes) entre 1772 e 1773. Nele é possível perceber a divisão estabelecida cartograficamente entre Minas e Goiás em 1778, ocasião em que a mineração em Desemboque já enfrentava crises e fornecia habitantes para as terras ao redor. Neste momento,

o perfil de ocupação territorial desta região então começa a mudar: de aventureiros mineradores e de uma população volante e instável, para uma ocupação definitiva caracterizada pela mão-de-obra familiar e visando o desenvolvimento do trabalho agropecuário, que naquele momento já se mostrava bastante promissor.<sup>138</sup>

Os esforços do governo goiano para povoar as terras do Julgado de Santa Cruz foram efetivos a partir da data de criação do mapa, que possuía como objetivo “legitimar os territórios das Capitâneas por meio de uma “Carta topográfica”, descrevendo geograficamente os distritos, elaborada com base no conhecimento técnico de engenheiro-cartógrafo Thomas de Souza Villa Real, que também era seu ajudante de ordens”.<sup>139</sup> Na época (1778) havia dois julgados no território que compõem o atual Triângulo: Santa Cruz (GO) e Rio das Velhas (MG).

Segundo levantamento feito por Oscar Virgílio Pereira, durante os 68 anos nos quais o *Triângulo* fez parte de Goiás (1744 – 1816) foram concedidas 88 cartas de sesmarias por autoridades goianas, enquanto durante os 6 anos nos quais o território pertenceu a Minas Gerais e ainda se podia expedi-las (1816 – 1822), foram distribuídas 55 sesmarias para os mineiros.<sup>140</sup> Havia um nítido esforço mineiro para o “povoamento”, entretanto com a falta de precisão no estabelecimento dos limites que marcavam as terras fronteiriças das capitâneas, as disputas pelo poder foram deflagradas.

---

<sup>137</sup> VIEIRA JÚNIOR, Wilson. Cartografia da Capitania de Goyaz do século XVIII: intenção e representação. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. p.113.

<sup>138</sup> LUZ, E. de M. *Um legislador nas Gerais: vida e obra do Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik (1783-1861)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual de São Paulo: Franca, 2008. p.33.

<sup>139</sup> VIEIRA JÚNIOR, Wilson. Cartografia da Capitania de Goyaz do século XVIII: intenção e representação. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. p.116.

<sup>140</sup> PEREIRA, Oscar Virgílio. *Das sesmarias ao polo urbano: Formação e transformação de uma cidade*. Uberlândia: Composer, 2010. p.94 à p.98.



No mapa é possível perceber que a estrada do Anhanguera fica pertencendo ao Julgado de Santa Cruz, na capitania de Goiás, enquanto a cabeceira do Rio das Velhas fica sempre pertencente à administração mineira. A divisa entre os dois julgados não segue um contorno fluvial ou de relevo; antes é uma linha divisória “feita à régua” que estabelece os limites entre as duas capitanias.

Com a decadência da mineração em Desemboque, os povoados próximos começam a receber seu fluxo de imigrantes. Assim, em 20 de outubro 1791 é criada a Freguesia de São Domingos do Araxá que é elevada a Julgado, em 1811.

São as autoridades deste julgado que buscam a integração do território à Capitania de Minas por conta dos esforços de povoamento que foram promovidos por mineiros, mas é de Desemboque que saem as expedições para adentrar no sertão para além da Estrada do Anhanguera no início do século. Segundo Borges Sampaio as tentativas de ocupação mineira teriam se desenvolvido em três etapas: 1807, 1809 e 1812. A primeira expedição, de 1807, é aquela que nomeia o espaço como Sertão da Farinha Podre, portanto a denominação é possivelmente aplicada por gente vinda de Minas. É da perspectiva dos mineiros que aquele espaço era ainda “sertão” no século XIX: ermo, cujo centro de irradiação da civilização seria a Farinha Podre, e depois, Uberaba.

Dentre os expedicionários,

Foi José Francisco de Azeredo o primeiro proprietário de terras desta região onde atualmente localiza-se o município mineiro de Uberaba (...). Denominou-se a sesmaria de Santo Antônio da Laje, onde logo prosperou uma povoação. Com o passar do tempo houve rápido aumento populacional do povoado da paragem de Santo Antônio da Laje, passando a localidade à categoria de distrito pelo Decreto de 13 de fevereiro de 1811, paróquia em 1820, no ano de 1836 tornou-se Vila e só no ano de 1856 tornou-se cidade de Uberaba.<sup>141</sup>

Já em 1809, pela portaria de 27 de outubro, foi nomeado por autoridades goianas o Sargento Mor Antônio Eustáquio da Silva como Regente dos Sertões da Farinha Podre, o qual formou uma bandeira, com média de trinta homens para atravessar o território naquele ano. “Dessa forma observamos como a administração colonial se fazia presente com intuito de

---

<sup>141</sup> LUZ, E. de M. *Um legislador nas Gerais: vida e obra do Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik (1783-1861)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual de São Paulo: Franca, 2008. p.36.

incentivar e contribuir para a povoação daquele território”.<sup>142</sup> A terceira expedição aconteceu em 1812, quando Antônio Eustáquio ajuntou outra bandeira com mais pessoas, incluindo o Padre Hermógenes Cassimiro de Abreu<sup>143</sup> para novamente percorrer a localidade. Neste momento, o Sargento já habitava em terras próximas a atual cidade de Uberaba.<sup>144</sup>

Interessante apontar que Major Eustáquio foi feito Regente dos Sertões da Farinha Podre por autoridades goianas mesmo que sua origem familiar fosse mineira. Seu irmão mais velho, Cel. José Manuel de Oliveira e Silva era bem quisto pelas autoridades goianas, sendo ele o responsável pela indicação do irmão ao então governador de Goiás D. Francisco de Assis Mascarenhas para assumir o cargo político-administrativo de comandante regente.

Entretanto, com a criação do Julgado de Araxá, todo o Julgado de Santa Cruz foi incorporado ao Julgado de Desemboque e em 1816 havia 181 fazendas no Julgado contra 65 casas no povoado o que “sugere que já se processava uma ocupação de fato estimulada pela Capitania de Minas Gerais”.<sup>145</sup>

Além da ocupação incentivada por mineiros, outro fator importante para a anexação dos dois Julgados (Araxá e Desemboque) para Minas refere-se ao fato de

a mineração em Goiás [ter] uma duração efêmera. Tendo se iniciado por volta de 1726, chegou ao auge na década de 50 e, a partir daí entrou em franco declínio, período este em que as duas outras regiões mineradoras, Mato Grosso e Minas Gerais, também passaram a enfrentar crises da mineração.<sup>146</sup>

Com a decadência da mineração outras formas de produção da riqueza se desenvolveram nas capitanias, sobretudo as de subsistência presentes nas pequenas propriedades, que como vimos, eram compostas de pessoas vindas de Minas Gerais. Assim, a base econômica dos julgados passa a ser a agricultura e a pecuária, e neste período os

<sup>142</sup> LUZ, E. de M. *Um legislador nas Gerais: vida e obra do Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik (1783-1861)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual de São Paulo: Franca, 2008. p.36.

<sup>143</sup> Deputado provincial (1850-1857), deputado geral (1857-1860), pai do Barão da Ponte alta, sogro de Antônio Borges Sampaio (“historiógrafo” que conta no documento enviado ao Arquivo Público Mineiro a história do desenvolvimento do Sertão da Farinha Podre a partir das entradas de 1807, 1809 e 1812), e primo do Major Antônio Eustáquio da Silva, regente do Sertão da Farinha Podre. Ver: LUZ, E. de M. *Um legislador nas Gerais: vida e obra do Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik (1783-1861)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual de São Paulo: Franca, 2008.

<sup>144</sup> “Na chácara onde por algum tempo funcionou o Instituto Zoothenico (sic), em Uberaba”. SAMPAIO, Antônio Borges. Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro – esboço histórico. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. V.14, Fascículo: 3. 1906. P.267.

<sup>145</sup> PEREIRA, Oscar Virgílio. *Das sesmarias ao polo urbano: Formação e transformação de uma cidade*. Uberlândia: Composer, 2010. p.85.

<sup>146</sup> FUNES, Eurípedes A. *Goiás 1800-1850: Um período de transição da mineração à agropecuária*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1986. p.27.

impostos pagos pela produção e exportação destes produtos eram menores na província de Minas Gerais, pois em Goiás havia uma tributação de 600 reis por cada cabeça de gado exportada.<sup>147</sup>

Em 1815, as autoridades ligadas a Araxá escreveram um requerimento solicitando a passagem dos dois julgados para a administração mineira apontando que “he hum facto constante, e tido por verdadeiro que aos habitantes e moradores desta capitania se deve o descobrimento daquelles terrenos, sendo os primeiros que se arrojão a esta tentativa”<sup>148</sup>, sendo que por uma “abusiva intromissão” foram anexados à Goiás.

Somando o menor valor pago em impostos com o fato de que a população presente na região de Desemboque e Araxá<sup>149</sup>, em 1811, já era predominantemente composta por pessoas vindas de Minas Gerais, que reivindicavam origens mineiras, a anexação à Minas pareceu fazer mais sentido que a volta do território para o domínio paulista<sup>150</sup>. Sendo assim, em 04 de abril de 1816, os Julgados de Araxá e Desemboque são anexados a Minas, conforme alvará expedido pelo Rei D. João VI.<sup>151</sup>

Contudo,

Esta incorporação de território só tem efeito nas matérias civis, como foi determinado na Provisão do Tesouro datada de 8 de fevereiro de 1817, de maneira que os Registros dos Julgados são guarnecidos por tropas de Goiás, subordinadas em ponto de disciplina ao Comandante das Armas da Província de Minas Gerais, como me foi ordenado pela Portaria de 7 de dezembro de 1824, sendo eu governador das armas de Goiás. A administração eclesiástica compete ao Bispo desta última diocese.<sup>152</sup>

Os Julgados mineiros eram assim delimitados: a parte sul e atual pontal do Triângulo pertenciam a Desemboque e o restante do território pertencia a Araxá, sendo ambos incorporados à Comarca de Paracatu (há 50 léguas de distância), já que uma das questões levantadas no Requerimento era a distância a que estavam os moradores do poder público em Goiás (160 léguas).

<sup>147</sup> MATOS, R. J. da C. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Itatiaia. Vol.1, p.208.

<sup>148</sup> *Requerimento dos moradores de São domingos do Araxá pedindo sua passagem para a Capitania de Minas Gerais (1815)*. Revista do Arquivo Público Mineiro. V. 9, número 3/4, ano 1904, p. 875-882. pp.875.

<sup>149</sup> Dois julgados goianos criados para melhor controle e administração da capitania. No início do século XIX estes julgados abrangiam praticamente o espaço que atualmente denominamos Triângulo mineiro.

<sup>150</sup> PEREIRA, Oscar Virgílio. *Das sesmarias ao polo urbano: Formação e transformação de uma cidade*. Uberlândia: Composer, 2010. p.52.

<sup>151</sup> PEREIRA, Oscar Virgílio. *Das sesmarias ao polo urbano: Formação e transformação de uma cidade*. Uberlândia: Composer, 2010. p.66

<sup>152</sup> MATOS, R. J. da C. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Itatiaia. Vol.1, p.208

A tentativa de categorizar os variados momentos pelos quais passou a administração do Triângulo Mineiro é uma tarefa importante, porém problemática. As narrativas se misturam num emaranhado de informações que legitimam na sua essência, a coroa portuguesa e sua administração. Por mais que as capitanias recebessem vantagens com a posse das terras, os tributos e a expansão da fronteira civilizada beneficiavam especialmente a Portugal. Deste modo, enquanto esteve sobre o controle paulista, goiano e mineiro o Triângulo foi constituído, limitado, demarcado e auxiliou na constituição das identidades de quem o compõe.

Contudo, apesar de nos apropriarmos do termo, o Triângulo Mineiro (denominação), surge efetivamente cerca de 50 anos após a anexação desta porção do espaço a Minas Gerais. Em relação aos relatos jornalísticos acessados, a fonte mais antiga que traz o termo “Triângulo Mineiro” está presente no jornal “A Reforma” de 20 de junho de 1875 e faz referência ao documento que buscava a passagem do então território para a jurisdição paulista graças às ligações que seriam provocadas pela estrada de ferro planejada à época.<sup>153</sup> Ironicamente, quando a denominação “Triângulo mineiro” aparece na imprensa, a intenção já não era anexá-lo a Minas Gerais, mas transformá-lo em um território paulista. Ou seja, como nomeação, o Triângulo *Mineiro* enuncia-se no afã de já não sê-lo. Tal característica fundacional é uma das ideias-força persistentes ainda hoje nos dilemas identitários.

As experiências vivenciadas ao longo de vários anos pelos habitantes do *Triângulo* (suas diferentes incorporações por diversas capitanias e províncias) forjaram sua concepção de mundo e moldaram suas formas de identificação por estas três referências. Entretanto, as mesmas experiências que produziram este *espaço* puseram em causa suas identificações com as mitologias da mineiridade, pois “o mineiro das Minas é aquele nascido na região das minas históricas, e o das Gerais é o habitante dos sertões, das regiões exploradas após o período da mineração”<sup>154</sup>. Neste enredo mítico da mineiridade, onde ficaria, então, o sentimento daqueles que se identificam a este espaço recortado, forjado, na disputa triangular entre três núcleos de poder, constituindo um verdadeiro *Triângulo histórico, materializado nas disputas territoriais entre São Paulo, Minas Gerais, e Goiás?*

Estas mudanças, essa forma, seus vértices e suas arestas foram evocadas para enunciar “sentimentos separatistas”, como o descrito abaixo:

<sup>153</sup> DANTAS, Sandra Mara. Identidades em órbita: O habitante do Triângulo Mineiro e constituição da triangulidade. *Locus: Revista de História de Juiz de Fora*. v. 20, n. 2. p.125-144. 2015.

<sup>154</sup> DANTAS, Sandra Mara. Identidades em órbita: O habitante do Triângulo Mineiro e constituição da triangulidade. *Locus: Revista de História de Juiz de Fora*. v. 20, n. 2. p.125-144. 2015. P.138

“Nossas raízes não são mineiras, e sim o resultado da cultura de três estados que formaram o Triângulo: São Paulo, Goiás, Minas Gerais (...) O Triângulo nasceu em São Paulo, de onde recebeu a capacidade de trabalho e a determinação de abrir novas fronteiras; a ‘infância’ foi passada em Goiás, de onde recebeu o sentimento de brasilidade. Finalmente, a ‘adolescência’ foi passada em Minas Gerais, de quem herdou o espírito indomável da ‘liberdade’ de um povo que não admite ser escravo de ninguém”.<sup>155</sup>

Longe das “minas”, economicamente ligado a São Paulo (dentre outros fatores, graças à companhia Mogiana), recentemente desmembrado de Goiás, a imagem do *Triângulo* surge nesta tríade como verdadeira figuração do político: sua produção fabricou o sentimento de “triangulinidade” que enunciou o *Triângulo*, somando as “melhores características” mineiras com o espírito aventureiro dos geralistas que conquistaram este espaço.<sup>156</sup> No desenrolar deste processo,

a sustentação dessas premissas justificou campanhas separatistas. As primeiras ocorreram ainda no século XIX, lideradas pelos municípios de Prata (1857) e Uberaba (1875), que defendiam a separação de Minas Gerais e anexação à província de São Paulo. Já no período republicano, sucederam novas campanhas, dessa feita, requerendo a criação de um estado autônomo com a argumentação de que historicamente a região não pertenceu a Minas Gerais e é esquecida pelo governo provincial/estadual.<sup>157</sup>

É no (des)encontro entre diferentes representações, narrativas e memórias que se institui o habitante do Triângulo. Este sujeito histórico atua para “humanizar” este espaço que ganha adjetivos, reconhecendo-se como um “esquecido” que “possui sentimentos, e deseja emancipar-se”<sup>158</sup>. Ao invés de ter sido produzido juntamente com a narrativa que buscava a configuração desta identidade, ele ganha contornos anteriores, naturalizando ainda mais sua classificação regional.

A constituição de um espaço feito região envolve a produção de uma identidade. A região se apresenta como “o estado da luta de classificações, das relações de forças materiais ou simbólicas entre os que têm interesse num ou noutro modo de classificação”<sup>159</sup>. No *Triângulo* este processo aparece como síntese de uma história com três lados distintos e aparentemente conflitantes, porém complementares: paulista, goiano e mineiro.

<sup>155</sup> Correio de Uberlândia, 7/10/87. Citado por LONGHI, R. S. D. G. O movimento separatista do triângulo mineiro. In: *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 04, jun 1998. pp. 119-135. p.123.

<sup>156</sup> DANTAS, Sandra Mara. Identidades em órbita: O habitante do Triângulo Mineiro e constituição da triangulinidade. *Locus: Revista de História de Juiz de Fora*. v. 20, n. 2.2015. p.125-144.pp.138.

<sup>157</sup> LONGHI, R. S. D. G. O movimento separatista do triângulo mineiro. In: *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 04, jun 1998. pp. 119-135.p.124.

<sup>158</sup> LONGHI, R. S. D. G. O movimento separatista do triângulo mineiro. In: *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 04, jun 1998. pp. 119-135.p.122.

<sup>159</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989. p.115.

### 3. A CRIAÇÃO DO TRIÂNGULO EVOCA QUAIS IMAGENS E LEMBRANÇAS?

Hoje a vasta zona da Farinha Podre denomina-se – Triângulo Mineiro. Resultou a transmutação da semelhança geographica que, aproximadamente, apresenta a figura geométrica, - o triângulo. (SAMPAIO, 1906)<sup>160</sup>

Acontece quase uma inversão de papéis: parece que o Triângulo já existia mesmo antes do Brasil. (LONGHI, 1998)<sup>161</sup>

Quando as formas de mapear, e, portanto, o conhecimento acerca do território se aperfeiçoam, a imprecisão nas descrições regionais é substituída por uma afirmação de seus contornos. Poderíamos dizer que a passagem simbólica do sertão para região colonial se daria neste momento que é marcado por rupturas e continuidades, já que era ao mesmo tempo necessário se “livrar” do sertão e estabelecer uma memória sobre ele.

Diante das várias formas de nomear o espaço, atribuídas para o *Triângulo* nas várias cartas cartográficas listadas no capítulo anterior, foi o Sertão da Farinha Podre que se transformou em símbolo da memória, em espaço que foi conquistado e civilizado no interior do Brasil. Essa denominação não foi inconsciente nem espontânea, mas eleita para marcar a passagem para o Triângulo traçado a partir da sua certa “equivalência” com as terras sertanejas.

Em outras palavras, há um *topos* a ser revisitado por quem se propõe a narrar a história regional: somos impelidos a começar a contar a história do Triângulo mineiro a partir do Sertão da Farinha Podre. Entretanto, essa correspondência entre as terras sertanejas e a região administrativa é necessariamente adequada? Quais são as implicações desta relação entre “a ideia de sertão e o processo de expansão da fronteira civilizada”. A sua instituição não sugere estabelecer *também* um limite com Minas Gerais, território ao qual ele recentemente passou a pertencer?

<sup>160</sup> SAMPAIO, Antônio Borges. Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro – esboço histórico. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. V.14, Fascículo: 3. 1906. P.274.

<sup>161</sup> LONGHI, R. S. D. G. O movimento separatista do triângulo mineiro. In: *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 04, jun 1998. pp. 119-135. p.124

No final do século XIX os julgados de Araxá e Desemboque já haviam modificado seus limites e sua configuração espacial, mas apesar de confirmada a posse mineira, a disputa pelas terras limítrofes continuou. Mesmo após a anexação do território goiano a Minas Gerais, em 1816, as vicissitudes deste processo continuaram a revelar suas fragilidades e para compreendê-las é necessário discutir quais as equivalências possíveis entre o Sertão da Farinha Podre e o Triângulo mineiro.

Como abordado no capítulo anterior, a imprecisão nas formas de nomear e delimitar um espaço são características da compreensão de sertão que vigorava, como terras do interior do Brasil que não se sabe ao certo onde começam ou terminam. Diante disso, como equipará-la a um território sobre o domínio da coroa? Como afirmar a igualdade entre um espaço, de certo modo, pouco conhecido e os seus limites modernos territoriais?

Borges Sampaio em seu discurso fundador do Triângulo Mineiro utiliza a nomenclatura “Sertão da Farinha Podre” e sugere esta ao invés das tantas outras para se alicerçar. É uma escolha consciente e contextual. É ele quem exerce um ato de autoridade de nomear e dividir o espaço-tempo – um ato de conhecimento que produz a existência daquilo que enuncia<sup>162</sup>. Mas quem era este sujeito enunciador, Antônio Borges Sampaio?

Segundo Hidelbrando Pontes<sup>163</sup>, Antônio Borges Sampaio nasceu na província de Beira Alta, em Portugal, no dia 2 de janeiro de 1827. Veio para o Brasil ainda adolescente, e ao chegar ao porto de Santos, conseguiu um emprego e de lá saiu, anos depois, a mando de seu então chefe para Uberaba onde fundou uma casa de comércio de Sal. Depois de algum tempo pediu exoneração de seu emprego e tornou-se farmacêutico, apesar de não ter feito curso específico para ocupar o cargo. Casou-se em Desemboque – MG com Maria Cassimiro de Araújo, com quem volta a residir em Uberaba, a partir de 1852.

Na mesma cidade foi feito curador geral de órfãos do termo de Uberaba e conseguiu o título de advogado de reconhecido mérito e comissário vacinador do município. Ainda fez-se “homem de letras”, jornalista, historiógrafo, vereador, promotor público adjunto, promotor público efetivado, diretor suplente e diretor efetivo da escola normal, delegado da diretoria geral da instrução, inspetor do 13º círculo literário da comarca do Paraná, suplente do sub-delegado e suplente do delegado de polícia de Uberaba, sendo nomeado ainda Tenente-

<sup>162</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989. p.114.

<sup>163</sup> SAMPAIO, B. A. *Uberaba: História, fatos e homens*. Uberaba: Academia Brasileira das Letras do Triangulo Mineiro, 1971.

Coronel do Exército, filiado ao Partido Liberal tendo deixado como herança para Uberaba a maior biblioteca da cidade após a sua morte.<sup>164</sup>

Independentemente de sua formação intelectual – Hidelbrando Pontes afirma que o “ilustre personagem” apenas cursou uma escola pública de educação básica em sua terra natal – Borges Sampaio era considerado um *letrado* e, graças a isso, como pelos seus laços familiares bem estabelecidos com o futuro Barão da Ponte Alta, Antônio Elói Cassimiro de Araújo, (Borges Sampaio além de seus sócio, se casou com sua filha Maria Cassimira de Araújo), exerceu papel político importante na constituição de um “ideal” de “identidade nacional”. Em 1880, Borges Sampaio é solicitado e encarregado pela Câmara Municipal para “organizar o projeto da nomenclatura das ruas, praças, travessas, becos, colinas, templos, edifícios públicos etc. da cidade de Uberaba, precedida do histórico do começo, situação, dimensão e hidrografia da mesma”<sup>165</sup>

Esta obra, datada de 1880, é a responsável por influenciar positivamente na admissão de Borges Sampaio para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. “A partir de então, como sócio-correspondente (sic) do Instituto começou [Antônio Borges Sampaio] a colecionar documentos históricos de Uberaba e Triângulo Mineiro e fazer remessa àquele Arquivo”<sup>166</sup>

Entretanto, Sampaio foi efetivamente aceito como correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1887, sete anos depois da obra em questão, e desde então “demonstrou um grande desejo de contribuir com seus trabalhos para a consecução dos objetivos estabelecidos pelo IHGB”<sup>167</sup>, como é possível perceber pelo apreço com o qual foi nomeado;

(...) diligente colecionador de interessantes manuscritos e ativo registrador de fatos ocorrentes; ‘um homem que, em *remota localidade sertaneja*, deu numerosos exemplos de peregrina beleza moral; ‘benévolo’, ‘criativo’ e ‘todo coração’; são algumas formas que substituíram o nome de Antônio Borges de Sampaio em necrológico publicado na revista da IHGB<sup>168</sup>

---

<sup>164</sup> Idem, p.22.

<sup>165</sup> SAMPAIO, B. A. *Uberaba: História, fatos e homens*. Uberaba: Academia Brasileira das Letras do Triângulo Mineiro, 1971. p.26.

<sup>166</sup> Idem, p.27.

<sup>167</sup> RISCHITELI, A. B. S. P. *Imagens e vozes do Sertão da Farinha Podre na produção historiográfica de Antônio Borges Sampaio (1880-1908)*. 2005. 139f. Dissertação (mestrado em História) Faculdade de história, direito e serviço social, Universidade estadual de São Paulo, Franca, 2005. p.16.

<sup>168</sup> Idem, p.34. (grifo nosso)

Interessante notar, no relato acima, a forma como a “terra de Borges Sampaio” foi referenciada: *remota localidade sertaneja* – distante dos poderes públicos, longe da história ‘oficial’ do Brasil, e por fim, sertão, categoria persistente de nomeação do local no início do século XX (1908). Significação que ele, com seu texto sobre o sertão da farinha podre tentou afastar de si e de seu espaço-tempo.

Além de correspondente do IHGB, Borges Sampaio também era sócio do Arquivo Público Mineiro que

fundado em 1895 foi uma das instituições intelectuais pioneiras do Estado de Minas Gerais. Criada como um órgão do governo, suas bases eram fundamentalmente *republicanas*. José Pedro Xavier da Veiga, primeiro diretor e organizador do APM, foi incumbido pelo presidente de Minas, Crispim Jacques Bias Fortes, a montar um quadro de correspondentes responsáveis por levantarem, em todo o Estado, documentos e artefatos para compor o acervo do Arquivo. Um grupo, portanto, de 114 homens ligados à política mineira nomeados para compor tal quadro.<sup>169</sup>

Os objetivos de criação do APM eram os mesmos do IHGB, “auxiliar a administração pública e salvaguardar a memória nacional, estadual e regional”<sup>170</sup>. Havia um processo de levantamento dos dados importantes para serem publicados e para facilitar este processo eram escolhidos correspondentes de diferentes lugares do estado<sup>171</sup>, dentre eles, Borges Sampaio que auxiliava no levantamento de dados sobre a cidade de Uberaba e de todo sertão da Farinha Podre.

Segundo Rischiteli as produções locais endereçadas ao APM e ao Instituto podem ser compreendidas na metáfora de *pinturas rabiscadas* – designando que estas

eram obras inacabadas, sem definições precisas, ‘sem cor’ e ‘sem vida’, e que subsidiaram a escrita de uma história que se queria sem rasuras. Coube o acabamento ao IHGB, que empreendeu a leitura e a compreensão acerca dos fragmentos de um Brasil, avaliou a possibilidade de integração econômica das diversas regiões e direcionou sua reflexão sintetizando e sistematizando diversos elementos da produção historiográfica regional. As diversas províncias pintadas e desenhadas pelos historiadores foram interpretadas

<sup>169</sup> SILVA, R. M. da. Diogo de Vasconcellos e o IHGMG: os parâmetros para a história de Minas Gerais. In: *História da historiografia*. Ouro Preto, n.5, setembro/2010, p.247-254. p.250.

<sup>170</sup> RISCHITELI, A. B. S. P. *Imagens e vozes do Sertão da Farinha Podre na produção historiográfica de Antônio Borges Sampaio (1880-1908)*. 2005. 139f. Dissertação (mestrado em História) Faculdade de história, direito e serviço social, Universidade estadual de São Paulo, Franca, 2005, p.29

<sup>171</sup> Poderiam ser nomeados correspondentes que faziam parte de outros estados além de Minas: Goiás, Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo e até Portugal. Ver: RISCHITELI, A. B. S. P. *Imagens e vozes do Sertão da Farinha Podre na produção historiográfica de Antônio Borges Sampaio (1880-1908)*. 2005. 139f. Dissertação (mestrado em História) Faculdade de história, direito e serviço social, Universidade estadual de São Paulo, Franca, 2005, p.30.

obedecendo a uma regra geral, contribuindo para o que se pretendia definir como Nação brasileira determinada pela unidade e homogeneidade<sup>172</sup>

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é criado em 1838 patrocinado pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) que possuía como primeiro secretário Raimundo da Cunha Mattos. Seu propósito era, como afirma Januário Barbosa em seu discurso de fundação,

reunir e organizar os elementos para a historia e geographia do Brazil, espalhados por suas provincias, e por isso mesmo diffíceis de se colher por qualquer patriota que tentasse escrever exactamente tão desejada historia. (...) Propondo-nos a concentrar, em uma litteraria associação, os diversos factos da nossa historia e os esclarecimentos geographicos do nosso paiz, para que possam ser offerecidos ao conhecimento do mundo, purificados dos erros e inexactidões que os mancham em muitos impressos, tanto nacionaes como estrangeiros.<sup>173</sup>

“Uma das marcas do Instituto foi ‘*pensar a nacionalidade*’ a partir da história e da literatura”<sup>174</sup>, propor uma instituição que organizasse a documentação disponível e escrevesse de maneira a atender os interesses dos grupos que a coordenavam, *uma historiografia nacional pensada no Brasil*. Apesar disso, as bases iniciais de fundação do Instituto estabeleciam que a história do Brasil, seria ela mesma, uma continuação das façanhas estabelecidas pelos próprios portugueses.

Desde a fundação do Instituto existiu um comprometimento com a construção de uma memória a favor da monarquia no Brasil, porém com a proclamação da república, em 1889, “houve uma adequação dessa memória conforme a nova ordem política que se estabelecia”<sup>175</sup>. Neste caso, é possível perceber que na primeira fase da república, de 1889 a 1930, “predominaram na revista os temas *descobrimento e independência* de onde derivou o esquematismo teórico que vinculou os dois momentos fundadores que efetivaram um desmembramento natural entre *descobrimento, colonização e independência*”<sup>176</sup>.

Segundo Márcia Naxara, a imagem da nação brasileira passou a ser construída sob duas definições: uma delas era a ética, marcada pela virtude do cidadão comprometido com sua pátria, e a outra a estética, assinalada

<sup>172</sup> Idem, p. 28.

<sup>173</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso recitado no ato de estatuir-se o IHGB. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo I, p. 9- 18, 1839. p.9

<sup>174</sup> RISCHITELI, A. B. S. P. *Imagens e vozes do Sertão da Farinha Podre na produção historiográfica de Antônio Borges Sampaio (1880-1908)*. 2005. 139f. Dissertação (mestrado em História) Faculdade de história, direito e serviço social, Universidade estadual de São Paulo, Franca, 2005, p.18.

<sup>175</sup> Idem, p.24.

<sup>176</sup> Idem, p.25.

pelas representações que cultivassem as virtudes a serem desenvolvidas no povo brasileiro<sup>177</sup>

É nesse momento que aparece a figura de Borges Sampaio como sócio correspondente do Instituto e do, então recém-criado, Arquivo Público Mineiro, sendo no início do século XX que sua mais famosa analogia entre Triângulo mineiro e Sertão da Farinha Podre é descrita. Mesmo com fundamentações políticas que podiam ser divergentes, acreditava-se na constituição de uma identidade universal e fixa, de modelos de representação e descrição do Brasil, pautados em um passado glorioso rumo a um futuro de progresso.

Era necessário que a vinculação, que o sentimento de pertencimento fosse forjado não evitando a identificação dos povos com sua origem “sertaneja”, mas escolhendo de que modo essa conquista seria lembrada. Isto se relaciona com a concepção de história em vigor no período em que Borges Sampaio escreve, “uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ella pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo”.<sup>178</sup>

Não que isso significasse uma valorização de todos os povos que compunham o Brasil, mas a busca pela compreensão de uma narrativa histórica que fosse possivelmente nacional, mesmo sem nunca deixar de afirmar que, conforme o projeto de Von Martius: “nos pontos principaes a historia do Brazil *será sempre a historia de um ramo de Portuguezes*; mas se ella aspirar a ser completa e merecer o nome de uma historia pragmática, jamais poderão ser excluídas as suas relações para com as raças Ethiopica e India”<sup>179</sup>, de qualquer modo, se for para estimar a conquista de alguém, será a da trajetória portuguesa na América, da qual “a nova Nação se *reconhece enquanto continuadora* da tarefa civilizadora iniciada pela colonização”.<sup>180</sup>

Estas observações não invalidam o texto de Borges Sampaio como um dos mais importantes sobre a história do Triângulo Mineiro, mas contextualizam-no. A equivalência entre Triângulo mineiro e sertão da Farinha Podre só é apontada quando há a afirmação da conquista e colonização destas terras. Quando o primeiro pretende se sobrepor ao segundo. Sendo assim, em uma leitura descuidada somos levados a concluir que o Triângulo sempre existiu, como potência esperando seu ato de fundação. Que estava apenas no aguardo de sua

<sup>177</sup> Idem, p.25.

<sup>178</sup> Idem, p.401.

<sup>179</sup> Idem, p.399. (grifo nosso)

<sup>180</sup> GANZER, N. N. Carl Friedrich Phillip Von Martius: como as ideias de um alemão influenciaram as construções historiográficas e identitárias brasileiras. In: *Anais do III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade* (III SIDIS) Dilemas e desafios na contemporaneidade. Campinas: Unicamp. Fevereiro de 2010 p.9

clássica oposição, à espera dos ares da modernidade que lhe dariam o nome mais adequado. Seria possível, então, encontrá-lo, com um pouco de “imaginação” em quaisquer documentos oficiais, numa projeção moderna sobre o espaço, dando-lhe um significado, transformando-o em lugar.

A transformação de espaços em lugares envolve uma relação de pertencimento e identificação que são forjados na vida prática de seus habitantes. Enquanto os espaços representam um vazio de sentidos e significados, os lugares, segundo a geografia humanista são espaços carregados de sentimentos e significações, sendo assim, a categoria *lugar* não deve ser compreendida apenas como um espaço recortado, delimitado, um *lócus*, mas “como sentimento de pertencimento, afetividade, mundo vivido e experienciado.”<sup>181</sup>

O lugar da civilização é o Triângulo *Mineiro* sendo o sertão da Farinha Podre um espaço lembrado como aquele que o antecede, seu antepassado, seu contraponto, mas é ao mesmo tempo contraponto necessário para que a civilização se consolide, ou se enuncie. Este espaço é rememorado não como terra que pertenceu apenas ao Gêtio Cayapó, local de “descobertas” do ouro no período auge da mineração, ou como sertões do Novo Sul que fazia referência a geografia da Capitania de Goiás; mas como Sertão da Farinha Podre.

Diante da multiplicidade de nomes, temos um que se afirma sobre os outros, existe uma versão da história que “ficou”. Procurando buscar uma analogia com os *discursos fundadores*, entendemos que enunciados como estes “vão inventado um passado inequívoco e empurrando um futuro pela frente. (...) São enunciados que ecoam e reverberam efeitos da nossa história em nosso dia a dia, em nossa reconstrução cotidiana de nossos laços sociais, em nossa identidade histórica”<sup>182</sup>

Portanto, temos uma relação entre a construção de uma identidade nacional – na qual Borges de Sampaio estava empenhado indiretamente em meio aos Institutos – e os enunciados da região que rememoramos que surgem para dar uma “cara ao país em formação; para constituí-lo em sua especificidade como um objeto simbólico”<sup>183</sup>

Acreditando e querendo nos convencer de que os sertões já estavam vencidos e que as terras “entre rios” poderiam receber outro nome mais adequado, o termo Triângulo começa a

<sup>181</sup> ANDRADE, Karylleila Santos. O lugar nos estudos toponímicos: reflexões. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.25, n. 2, p. 585 – 607,2007. P.588.

<sup>182</sup> ORLANDI, E. P. Vão surgindo os sentidos: a formação do país e a construção da Identidade Nacional. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Discurso Fundador*. Campinas, SP: Pontes, 1993. P.12.

<sup>183</sup> Idem, p.16

ser empregado em substituição ao de Farinha Podre. Segundo Antônio Borges Sampaio esta nova forma de nomear o território surge através da imprensa, arauto da modernidade.

Ainda em 1874, quando o ilustrado Dr. Henrique Raymundo des Genetes e o inteligente trabalhador major José Augusto de Paiva Teixeira, fundaram a primeira imprensa em Uberaba - que também era a primeira no Sertão da Farinha Podre – não se pensava que viesse a chamar-se Triângulo Mineiro. Tanto isso era assim, que o primeiro jornal publicado por aqueles lutadores pelo progresso, teve por título “O paranahyba” que foi substituído pelo “Echo do Sertão”; mais tarde também substituído pelo “Uberabense”, sem que em algum deles, se cuidasse da mudança de nome do território. Em 1884, porém, publicando-se na cidade de Sacramento o “O Jaraguá”, que não tardou a estabelecer polêmica com os jornais de Uberaba relativamente à diretriz da estrada de ferro Mogyana, nela foi aparecendo de vez em quando a denominação de Triângulo Mineiro, substituindo a de Farinha Podre.<sup>184</sup>

Para o autor, a mudança de nome é claramente uma consequência das novas formas de ocupar, viver, locomover-se no interior. A criação de novas cidades que começavam a assumir papéis importantes na economia local como Uberaba também colaborou para a mudança na forma de perceber e se relacionar com o espaço. Ou seja, Borges Sampaio “relacionou a mudança de nome ao constante desenvolvimento e progresso vivido pela região”<sup>185</sup>

Contudo, esse processo, apesar da simplicidade com a qual foi tratado por Borges Sampaio em sua correspondência, revela diversas disputas políticas e de identidade regional. O próprio nome Triângulo já fornece algumas pistas. Um Triângulo, “polígono de três lados”<sup>186</sup> presume para sua formação um limite não apenas com São Paulo e Goiás, mas também com Minas Gerais. Para a concretização deste triângulo, a aresta que falta surge da imposição de limites entre Minas e este território.

A denominação surge por volta dos anos 1875 em meio ao *segundo* movimento separatista pelo qual havia passado aquela região. O primeiro movimento refere-se à proposta do deputado Antônio Candido Cruz Machado no início dos anos 1870. Nesta proposta Cruz Machado sugere a divisão de toda a província de Minas e a criação de cinco novas províncias: S. Francisco, Santa Cruz, Entre Rios, Sapucahy e Araguaya. A província Entre-Rios deveria abarcar o Sertão da Farinha Podre, e para além dele,

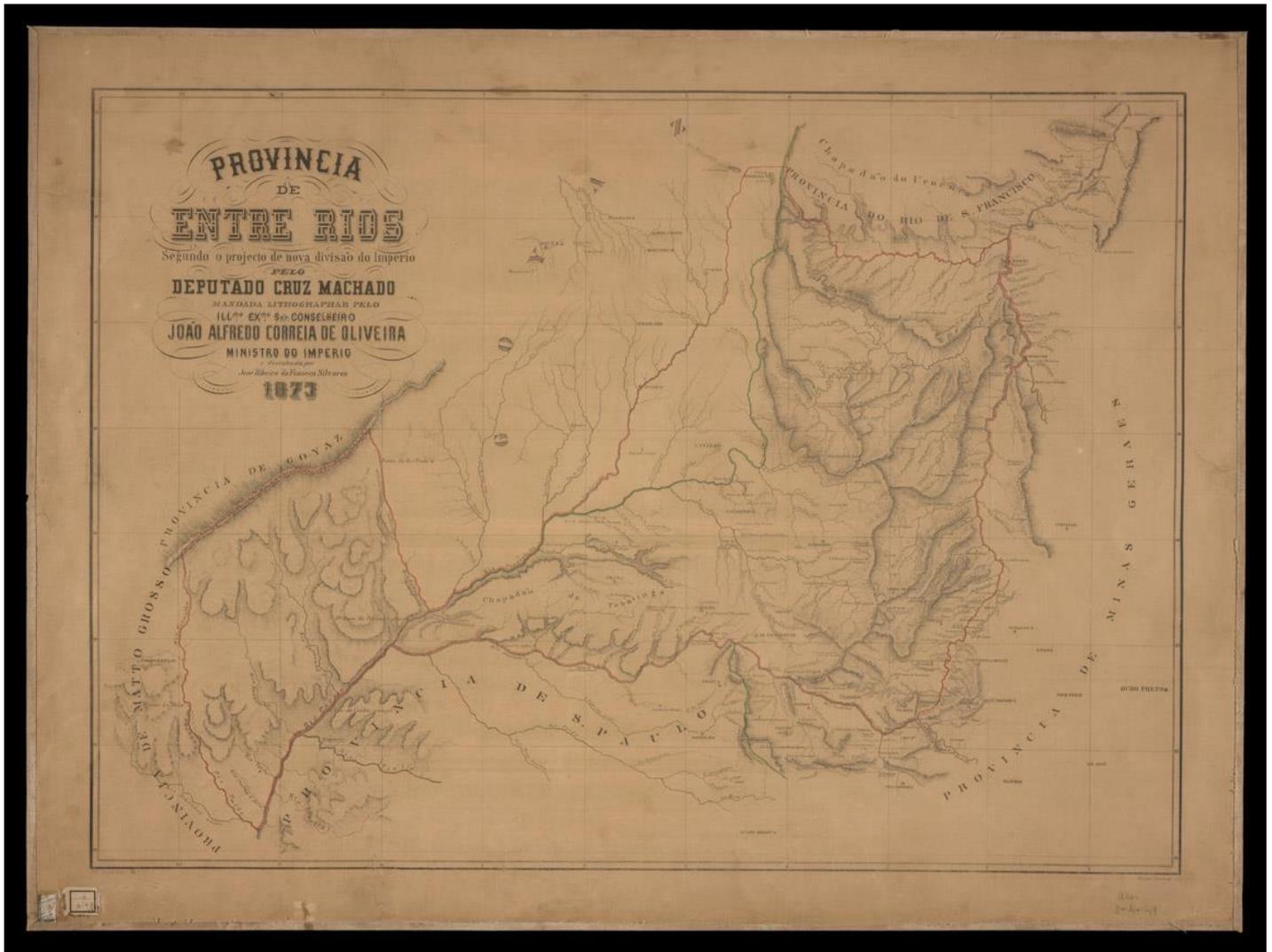
<sup>184</sup> SAMPAIO, Antônio Borges. Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro – esboço histórico. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. V.14, Fascículo: 3. 1906, p.274.

<sup>185</sup> <sup>185</sup> RISCHITELI, A. B. S. P. *Imagens e vozes do Sertão da Farinha Podre na produção historiográfica de Antônio Borges Sampaio (1880-1908)*. 2005. 139f. Dissertação (mestrado em História) Faculdade de história, direito e serviço social, Universidade estadual de São Paulo, Franca, 2005, p.77.

<sup>186</sup> ISBN 978-85-240-4074-0. FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário da língua portuguesa*.

A província de Entre-Rios, composta de territórios na margem esquerda do rio de S. Francisco, desde sua primeira vertente sul a limitar com a nova província do Rio S. Francisco, d'uma parte de leste de Govaz, e provisoriamente, por conveniências administrativas, do município de Santa Anna do Paranyha, conforme a carta e nota junta, com uma população do 200.000 almas, sendo pouco mais de 1.000 de Santa Anna do Paranyha, 21.600 de Govaz, e 174.000 de Minas Geraes; *sendo a cidade de Uberaba a povoação que parece dever ser o centro da administração.*<sup>187</sup>

Mapa 14: Província de Entre-Rios (1873)



Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional<sup>188</sup>

<sup>187</sup> MACHADO, Antônio Alves. *Memoria relativa ao projecto de uma nova divisão administrativa do Imperio do Brasil, 1873-*. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [1873]. 21 p., 22 cm. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or1487244/or1487244.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1487244/or1487244.pdf). p.9

<sup>188</sup> SILVARES, José Ribeiro da Fonseca. *Província de Entre Rios: segundo o projecto de nova divisão do Império pelo deputado Cruz Machado mandada lithographar pelo Illmo Exmo Snr. Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira ministro do Imperio*. Rio de Janeiro, RJ: Lith. do Arch. Militar, 1873. 1 mapa, col., 55 x 76cm em f. 61,2 x 85,5. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart529835/cart529835.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart529835/cart529835.jpg).

Longe de ser representada como um triângulo, a Província de Entre-Rios deveria ser criada por conta da distância que o território possuía do centro administrativo e da baixa representatividade que lhe era negada como fruto dessa distância. Em outras palavras, o argumento de Cruz Machado para criação de uma nova província é o mesmo utilizado pelos moradores de S. Domingos do Araxá quando pediram a anexação a Minas Gerais: a distância do poder público. Outro fato que chama a atenção é a escolha de Uberaba como Centro Administrativo da nova Província afirmando a importância regional que a cidade estava alcançando.

A proposta de Cruz Machado,

sem poder contar com os recursos da Estatística, ainda muito embrionária, (...) levanta problemas relacionados com o desigual povoamento das diversas províncias das porções central e sudeste do Império, algumas vastíssimas e com áreas praticamente desertas e sem condições de representação adequada junto à assembleia.<sup>189</sup>

Diante das dificuldades administrativas apresentadas e da não efetivação das ideias do deputado, menos de 5 anos depois outra proposta foi sugerida buscando a reorganização da província de Minas, desta vez considerando apenas o território, que então foi denominado Triângulo. Na sessão extraordinária da Câmara de Uberaba de 21 de janeiro de 1875,

Compareceram todos os negociantes desta cidade, proprietários e os fazendeiros do distrito e pediram ao Sr. Presidente da Câmara que os admitisse a fazer uma representação popular pedindo os poderes do Estado para passar-se o *Triângulo desta Província* para a Província de São Paulo, sendo suas divisas pela maneira seguinte: principiando pelo Ribeirão Grande a suas cabeceiras atravessar a Serra da Canastra, ao Rio das Velhas por este abaixo e a sua foz no Paranaíba e por esta sua foz no Rio Grande.<sup>190</sup>

O Triângulo desta província, em outras palavras, o Triângulo *mineiro*, propõe uma clara separação com Minas Gerais e em sua gênese era isto que a denominação representava. Apesar de não buscar a criação de uma nova província como queria Cruz Machado, o movimento de 1875 advogava a anexação do território a São Paulo.

---

<sup>189</sup> COSTA, A. G. A cartografia do território de Minas Gerais e seus limites oitocentistas: anexações e desmembramentos. In: *Anais do IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica*. Universidade do Porto, 2011. p.14.

<sup>190</sup> PEREIRA, Oscar Virgílio. *Das sesmarias ao polo urbano: Formação e transformação de uma cidade*. Uberlândia: Comoser, 2010. p.79.

O principal líder desta proposta era o, então vereador, François Henri Raimond Trigant Des Genettes, o qual “deu início por meio de conferências e artigos publicados no *Eco do Sertão*, ao movimento que reivindicava a anexação do Triângulo a São Paulo”.<sup>191</sup>

A justificativa para a anexação do Triângulo a São Paulo retomava o mesmo discurso do movimento de anexação dos Julgados de Araxá e Desemboque para Minas Gerais e também o de criação da Província Entre-Rios: distância destas terras do poder público – distância esta que seria enfrentada com mais facilidade graças a instalação das vias férreas que fortaleciam a ligação, especialmente dos uberabenses, com os paulistas.

Este município, um dos melhores da Província, é mal contribuído não só pelo Governo Provincial como da Assembleia mineira que não cuidam de seus melhoramentos e seus progressos, que a distância desta cidade da Capital que dista 120 léguas obsta qualquer medida ou requisição de urgência, demorando-se sempre de 30 a 60 dias, quando para a Província de São Paulo pela facilidade das vias férreas tem-se uma resposta em poucos dias.<sup>192</sup>

Logo depois da sessão extraordinária da Câmara de Uberaba e do início das publicações dos artigos do *Echo de Sertão* as movimentações contrárias à separação/anexação são deflagradas e trama se desenrola na imprensa. Contudo, a disputa é também política já que uma vertente do Partido Liberal não concordava com a transferência. Em uma correspondência de 18 de março de 1875 enviada à redação da *Reforma* (RJ) o correspondente se dirige a redação do Jornal *Echo do Sertão* e aponta que a maioria do Partido Liberal Uberabense não podia

prestar nossa adesão á essa transferência, que em nada melhoraria a nossa mesquinha sorte, visto que o simples facto de passarmos a pertencer á Província de S. Paulo não nos faria, já não digo felizes, mas menos desgraçados do que somos; porque, se assim fosse, a vizinha cidade da Franca e a Villa de Santa Rita do Paraíso que são paulistas, seriam importantes povoações, e não pequenos logarejos que fenecem á mingoa de cuidados e desvelos do respectivo governo provincial.<sup>193</sup>

A cidade de Franca, a qual se refere o correspondente possuiria uma história semelhante à do Triângulo mineiro caso a anexação fosse efetivada. Inicialmente, parte da então Capitania de Minas Gerais, seus moradores não estavam satisfeitos com a administração mineira e por isso, “tiveram que lutar para provar seu pertencimento a São Paulo. (...) Estas

<sup>191</sup> RISCHITELI, A. B. S. P. *Imagens e vozes do Sertão da Farinha Podre na produção historiográfica de Antônio Borges Sampaio (1880-1908)*. 2005. 139f. Dissertação (mestrado em História) Faculdade de história, direito e serviço social, Universidade estadual de São Paulo, Franca, 2005, p.76.

<sup>192</sup> PEREIRA, Oscar Virgílio. *Das sesmarias ao polo urbano: Formação e transformação de uma cidade*. Uberlândia: Comoser, 2010., p.79.

<sup>193</sup> *Correspondência*. A Reforma. 20 de março de 1875, p.2.

terras foram, de fato, cobiçadas por diversas autoridades de Minas: pelos oficiais da câmara de Campanha, pelo ouvidor do Rio das Mortes e pelos juizes do julgado de Jacuí”. Ainda assim, em 1814, com a criação da Vila de Jacuí, “Franca fica definitivamente na Capitania de São Paulo”.<sup>194</sup>

Utilizando Franca como exemplo o correspondente se pergunta se faria sentido anexar o território a S. Paulo, sendo que a cidade, que já havia sido mineira *ainda* “fenece á mingoa de cuidados e desvelos do governo provincial”. Neste sentido, o correspondente associa a região com a cidade, no intuito de “prever” que poderia o Triângulo ter o suposto fim de Franca se passasse a administração paulista. Isto poderia representar um indício de um dos possíveis objetivos da História para o correspondente do jornal.

É importante ressaltar que a disputa em território político no Segundo Reinado (1840-1889) se deu entre os partidos: Liberal e Conservador, e seus afiliados<sup>195</sup>. Entretanto, em uma leitura descuidada, somos induzidos a pensar que os Conservadores eram a favor da anexação do Triângulo a São Paulo. O problema é que o Sr. Trigant des Genettes era um dos filiados ao Partido Liberal Uberabense, em um momento no qual a cidade passava por um governo Conservador.

Segundo José Murilo de Carvalho, compreender a dinâmica dos partidos do segundo reinado nos ajuda a “entender as fissuras da elite, mesmo que essas fissuras fossem de natureza a provocar apenas reajustes no sistema”<sup>196</sup>. Estabelecer as diferenças entre os dois partidos é entender as distintas formas de pensamento da elite brasileira da época, que apesar de possuir objetivos “particulares” não deixavam de representar uma camada social latifundiária, burocrata, composta por profissionais liberais e funcionários públicos. No caso da anexação do Triângulo a São Paulo, a disputa evidenciava estas fissuras, especialmente entre os filiados de um mesmo partido.

Nesta disputa alguns dos Liberais que buscavam, de certo modo, a descentralização do poder público, advogavam a falta que fazia não a mudança de província, mas a baixíssima representação política alcançada pelo Triângulo. Não é à toa que as correspondências contrárias à anexação são publicadas na “A Reforma” órgão liberal que circulou entre 1869 e

<sup>194</sup> FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas minas setecentistas*. Trad. Maria Juliana Gambogi Teixeira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p.202.

<sup>195</sup> O partido Republicano foi criado em 1870, entretanto, por se declarar contrários ao regime monárquico, seu afiliados eram considerados dissidentes.

<sup>196</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: A política imperial*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume-Dumará, 1996, 436.p. 225.

1879 que possuía seus princípios editoriais nas bases do liberalismo, cujo objetivo, segundo um de seus principais redatores, o então Senador Francisco Octaviano, era “diminuir a somma de atribuições e ingerência do Estado; promover a independência do indivíduo, e educa-lo para as instituições livres, de sorte que tenhamos cidadãos, e não súbditos, governo e não despotismo”<sup>197</sup>.

Em contrapartida, o Jornal no qual foram publicadas as ideias a favor da anexação do Triângulo a São Paulo, *O Echo do Sertão*, fora até 6 de junho de 1875 declarado “neutro” politicamente. Sr. Trigant des Genettes afirma que os objetivos do periódico eram “sobre o pavilhão da mais restricta neutralidade (...) *defender os interesses dos sertões* de Minas, Goyaz e Matto-Grosso”<sup>198</sup>.

Em busca da defesa destes interesses, o jornalista afirma que “durante um período de oito mezes, apontamos e pedimos aos conselhos da coroa, as medidas que urgentemente reclamavão os *interesses do nosso comercio, lavoura e indústria* (...) a criação de linhas de correio e outros melhoramentos nada pudemos conseguir”.<sup>199</sup> Aparentemente, para o redator, os interesses do sertão eram os interesses do comércio, da lavoura e da indústria. Ou seja, dos instrumentos de civilização que acabariam com ele.

Sobre sua filiação política, des Genettes acreditava que o seu jornal “despertaria as symphatias do governo” se fosse moderado. Percebendo que esta postura não agradava, o redator afirma que

deffensor e órgão das ideias liberaes, será d’ora avante o nosso jornal; e nesse ano eleitoral procuraremos advogar a causa das ilustrações, que, ligadas elas ideias e pelas crenças a tudo quanto tem de mais generoso o partido liberal, querem, como nós, uma política larga e nobre no interior, justa e forte no exterior.<sup>200</sup>

Permanecendo ou não nos princípios liberais, o *Echo do Sertão* é referenciado como periódico que “não se declarando político, não deixou, todavia de sê-lo, porque foi por êle que se iniciou a campanha separatista do Sertão da Farinha Podre que então se crismou com o nome de Triângulo Mineiro, que hoje tem”.<sup>201</sup>

<sup>197</sup> OCTAVIANO, Francisco. *A Reforma*. A Reforma, 12 de maio de 1869, p.1

<sup>198</sup> Des GENETTES, T. *Echo do Sertão*. Echo do Sertão, 6 de junho de 1875, p.1

<sup>199</sup> Des GENETTES, T. *Echo do Sertão*. Echo do Sertão, 6 de junho de 1875, p.1

<sup>200</sup> Des GENETTES, T. *Echo do Sertão*. Echo do Sertão, 6 de junho de 1875, p.1

<sup>201</sup> PONTES, H. *História de Uberaba e a Civilização do Brasil Central*. Superintendência do Arquivo Público de Uberaba: E-book, 2018. p.107.

Enfrentando oposição dentro do próprio Partido, o *Echo do Sertão* e seu editor percebem a polêmica acerca da proposta se espalhar. A *Reforma* publica um “Protesto” com uma série de assinaturas por representantes do Partido Liberal, incluindo seu “eminente chefe o Alf. Antônio Rodrigues Moreira”<sup>202</sup> contrários à anexação, pois

os abaixo assignados não descobrem a mínima utilidade na transferência pedida; porque ella em nada alterará o estado d’este sertão, que se vive vida inglória e mesquinha, não é isso devido á pertencer elle á esta ou áquela província, mas sim ao abandono, em que deixam correr as eleições de seus representantes, quer na edilidade, quer nas assembléas provincial e geral.<sup>203</sup>

Percebemos que a justificativa é, na maioria das vezes, voltada para a baixa representatividade e distância do poder público. Entretanto, qual parte do território provinciano estaria mal representada? Quando o Triângulo mineiro – ou a parte da Província de Minas Gerais que seria anexada a São Paulo – é assim nomeado, quais eram os seus limites?

O correspondente Joaquim José de Oliveira Penna afirma que não concordava “com essa reunião popular de 21 de janeiro próximo pretérito [21/1/1875], presidida pela câmara municipal, para o fim de reviver esse antigo e caduco projecto de anexação dos *termos de Uberaba, Prata e Monte Alegre* á província de S. Paulo”<sup>204</sup>.

Temos então uma definição mais precisa e delimitada do que compõe o território do Triângulo: Os termos (território de jurisdição<sup>205</sup>) de Uberaba, Prata e Monte Alegre.

---

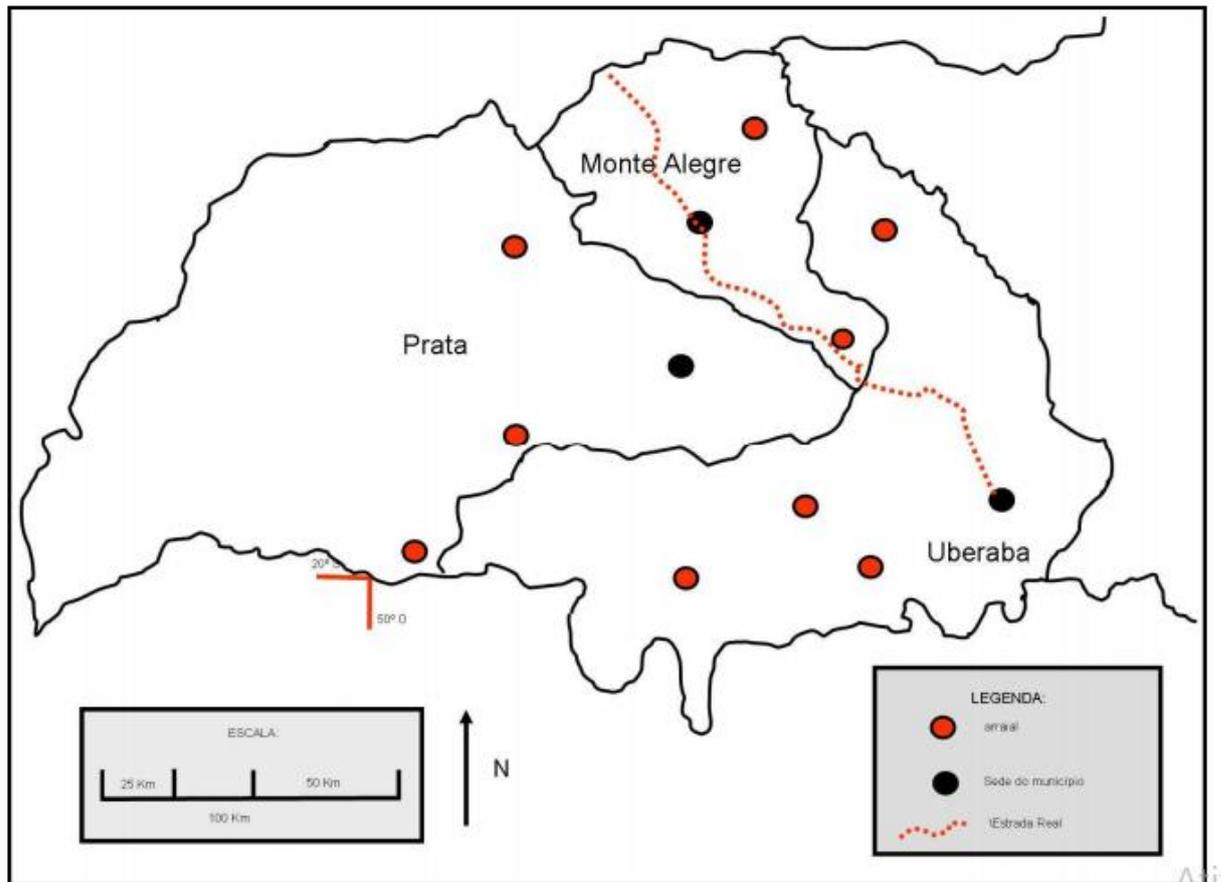
<sup>202</sup> PONTES, H. *História de Uberaba e a Civilização do Brasil Central*. Superintendência do Arquivo Público de Uberaba: E-book, 2018. p.107.

<sup>203</sup> Protesto. A reforma, 20 de março de 1875, p.2

<sup>204</sup> Idem, p.2

<sup>205</sup> FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas minas setecentistas*. Trad. Maria Juliana Gambogi Teixeira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p.29.

Mapa 15: Sertão da Farinha Podre, 1870. Divisão de municípios.



Fonte: LOURENÇO, L. A. B. , p.110.

O mapa acima apresenta uma definição cartográfica aproximada das três vilas e seus termos. Esta representação coincide com a atual divisão regional do Estado de Minas que limita a região conhecida como Triângulo mineiro.

O correspondente d'A *Reforma* continua tecendo suas críticas ao projeto, sempre voltadas para a baixa representatividade que o Triângulo possuía. Entretanto, chama atenção ao afirmar que, se o redator “de fato” se inspirasse nos interesses dos sertões de Minas, Goyaz e Matto-Grosso, “daria mão a ingrata anexação, que tomou sobre si, e poria sua potente pena, seus vastos conhecimentos, sua invejável atividade ao serviço de uma ideia mais importante e muitíssimo vantajosa aos nossos sertões – a criação da província Entre-Rios”.<sup>206</sup> A proposta de Cruz Machado acabou por receber mais apoios dele do que a troca de filiação provincial.

De todo modo, o nome Triângulo é significativo. Sua separação, pelo menos no campo das ideias, tornou-se o ponto chave de ligação com Minas, e apesar da alteração toponímica, a

<sup>206</sup> *Correspondência. A Reforma*, 18 de abril de 1875, p.2

essência do lugar “permanece no íntimo e na alma de cada morador. Os vínculos estabelecidos, em tempos passados, evocam sentimento de posse, são elementos de significado”.<sup>207</sup> Esta não é necessariamente uma posse *mineira*, mas de habitantes que se identificavam de alguma forma com uma territorialidade que já estava estabelecida na esfera da memória. “Como sabe, eu sou uberabense nato, *sou ainda do tempo da farinha podre*, como chamavam os antigos esta minha terra natal, que eu amo e pela qual estou pronto a derramar o meu sangue. (...) Esta é uma notícia da minha amada Uberaba, princesa do sertão”<sup>208</sup>.

Apesar do pouco tempo de mudança do nome de Farinha Podre para Triângulo mineiro, que na fala do correspondente havia apenas 20 anos - se consideramos como marco a reunião popular na Câmara Municipal de Uberaba em 1875 – o sentimento de pertencimento às terras “desde do tempo da farinha podre” autorizava seu enunciador a falar a respeito daquele local com mais propriedade, assegurando-lhe o conhecimento necessário para a empreitada memorialista acerca das definições que ele pretendia fazer. Mesmo que seja uma minoria a enunciar as representações das divisões do espaço como triângulo, para evocar Pierre Bourdieu, elas contribuem para sua existência.

Sendo assim, este Triângulo não é região natural, mas cultural, simbólica, discursiva. Sua associação com “elementos da natureza” como as serras – canastra e salitre – e os rios que o “delimitam” são apoios a estas memórias para se referenciar ao espaço no momento em que era necessário que outra identidade fosse forjada. Nenhum regionalismo é meramente “natural”; “as classificações mais ‘naturais’ apoiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima”<sup>209</sup>.

A imprensa paulista, através do periódico, também declarado neutro politicamente, *O Constitucional*, apresenta uma nota sobre a anexação do Triângulo a S. Paulo, trazendo alguns importantes dados sobre a adesão “popular” do movimento. “O Echo do Sertão, no *honrosíssimo empenho* de promover a anexação de parte da província de Minas á nossa, pelas

<sup>207</sup> ANDRADE, Karylleila Santos. O lugar nos estudos toponímicos: reflexões. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.25, n. 2, p. 585 – 607, 2007., p.596.

<sup>208</sup> Uberabense. *Correspondência*. O Apóstolo. Rio de Janeiro (RJ), 28 de outubro de 1896, p.2.

<sup>209</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.. p.115.

*ponderosas e intuitivas vantagens* que tem expedindo”<sup>210</sup> propôs a questão que contou com grande número de votantes favoráveis ao processo.

Figura 1: Assinaturas favoráveis a anexação do Triângulo a S. Paulo. 1875.

LOCALIDADES	ASSIGNATURAS
Uberaba. . . . .	595
Garimpo e Doros . . . . .	384
S. Francisco da Ponte Alta . . . . .	206
S. Pedro. . . . .	134
Frutal . . . . .	528
Monte-Alegre . . . . .	199
Abbadia. . . . .	199
Santa Maria. . . . .	134
<b>Total . . . . .</b>	<b>2,370</b>

Fonte: O Constitucional, 24 de abril de 1875.

Desta quantidade de assinaturas faltava colher as de “Prata, do Districto de S. José e S. Francisco de Salles, da Vila de Sacramento” e outras que ainda não haviam sido contabilizados. O que chama a atenção nesta tabela de *assignaturas* é a presença de territórios que não faziam parte dos termos de Uberaba, Prata ou Monte alegre como o correspondente da Reforma havia predito, como a falta da assinatura dos moradores da *Vila de Sacramento*, já que, se a “linha divisória” fosse o Rio das Velhas, incluiria o termo da Vila.

O Correio Paulistano traz em sua edição um texto do *Echo do Sertão* de 27 de abril e 2 de maio abordando o desejo de anexação com dados importantes:

Quando cerca de *quatro mil cidadãos*, todos qualificados no Triângulo mineiro assim se pronunciam, não só pelo órgão das suas representações municipais, mas ainda por manifestações particulares que acompanham os requerimentos das camaras – é impossível contestar com vantagem uma tão espontânea declaração.<sup>211</sup>

<sup>210</sup> *Noticiário*. O Constitucional. Campinas, SP. 24 de abril de 1875, p.2

<sup>211</sup> *Noticiário geral*. Correio Paulistano. São Paulo – SP. 21 de maio de 1875, p.2. (grifo nosso)

Destas quatro mil assinaturas, faltavam as de Sacramento e seu termo. Entretanto, a condição de cidadania não era estendida a todos os habitantes.

Podiam votar todos os homens a partir de 25 anos com renda mínima de 100 mil-réis. Os libertos votavam nas eleições primárias e o critério de renda acabava por não excluir do direito de voto a maior parte da população pobre, uma vez que *a maioria dos trabalhadores ganhava mais de 100 mil-réis por ano*. Os analfabetos também tinha direito a voto.<sup>212</sup>

Portanto, considerando os termos de: Uberaba, Prata, Monte Alegre e Sacramento de acordo com o senso populacional de 1872, três anos anterior ao colhimento das assinaturas, para compreendermos melhor o que elas representavam em termos de habitantes, organizamos a tabela abaixo:

Tabela 1 - População dos termos de Uberaba, Prata, Monte Alegre e Sacramento (1872)

<b>Município</b>	<b>Freguesia</b> <sup>213</sup>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
<b>Uberaba</b>	Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba	4715	4001	16676
	São Pedro de Uberabinha	1761	1719	
	N. S. do Carmo do Frutal	2301	2176	
<b>Prata</b>	N. S. do Carmo do Prata	1510	1376	8768
	N. S. do Rosário da Boa Vista do Rio Verde	684	638	
	S. Francisco de Salles	1095	1037	
	S. José do Tijuco	1271	1160	
<b>Monte Alegre</b>	S. Francisco das Chagas do Monte Alegre	1799	1497	8659
	Santa Maria	1017	966	
	N. S. da Abbadia do Bom Sucesso	1739	1641	
<b>Sacramento</b>	SS. Sacramento	4940	4753	20173
	Divino Espírito Santo da Forquilha	4159	4061	
	N. S. do Desterro do Desemboque	1173	1087	

Fonte: BRASIL, Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil em 1872*. Rio de Janeiro: Typografia. de G. Leuzinger e Filhos, 1872.

<sup>212</sup> SCHWARCZ, L. M. & STARLING, H. M. *Brasil: Uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p.235. (grifo nosso)

<sup>213</sup> Na ordem descrita na tabela, os nomes atualmente correspondem as cidades de: Uberaba, Uberlândia, Frutal, Prata, Campina Verde, S. Francisco de Sales, Ituiutaba, Monte Alegre de Minas, Miraporanga (Distrito de Uberlândia), Tupaciguara, Sacramento, Forquilha (Distrito de Sacramento) e Desemboque (Distrito de Sacramento).

Algumas questões emergem das informações. Os dados populacionais dos municípios e suas respectivas freguesias não possuem divisão por idades, então estão descritos homens e mulheres livres, segundo o senso de 1872. Isto nos dá uma *média aproximada* da população que estaria vivendo no território e que poderia ser consultada se seguisse os critérios estabelecidos para a cidadania.

O número de homens, independentemente da idade, que habitavam o território era de 28.164, sendo um total de 54.276 pessoas. Contudo, se formos considerar apenas homens maiores de 26 anos<sup>214</sup>, sem levar em conta o critério renda, que não estava presente no senso, temos a seguinte tabela:

Tabela 2 - População masculina acima de 25 anos dos termos de Uberaba, Prata, Monte Alegre e Sacramento

<b>Município</b>	<b>Freguesia</b>	<b>Homens &gt; 25 anos</b>	<b>Total</b>
<b>Uberaba</b>	Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba	2448	4696
	São Pedro de Uberabinha	941	
	N. S. do Carmo do Frutal	1306	
<b>Prata</b>	N. S. do Carmo do Prata	843	2338
	N. S. do Rosário da Boa Vista do Rio Verde	297	
	S. Francisco de Salles	503	
	S. José do Tijuco	695	
<b>Monte Alegre</b>	S. Francisco das Chagas do Monte Alegre	989	2384
	Santa Maria	509	
	N. S. da Abbadia do Bom Sucesso	886	
<b>Sacramento</b>	SS. Sacramento	2489	5240
	Divino Espírito Santo da Forquilha	2109	
	N. S. do Desterro do Desemboque	642	

Fonte: BRASIL, Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil em 1872*. Rio de Janeiro: Typografia. de G. Leuzinger e Filhos, 1872.

<sup>214</sup> Contabilizando no senso o que era considerado a população “de facto”, ou aquela que estava presente e habitando no território no momento da contagem, a partir de 26 anos completos.

Neste caso, teríamos uma *média aproximada* de 14.658 cidadãos votantes. É necessário lembrar que não consideramos o critério renda, que não era possível estabelecer de acordo com o censo.

Deste número aproximado, mais de um terço correspondia a Sacramento que era o município mais populoso da época. Sendo assim, uma média de 4 mil assinaturas era um número considerável, mas que evidenciava a baixíssima participação política durante o Segundo Reinado e possivelmente não representava a maioria da população dos municípios.

A baixa participação política é uma confirmação de quem eram os responsáveis por estabelecer e legitimar os limites territoriais regionais - a elite mineira; a não efetivação da transferência pedida é a evidência da pluralidade de pensamentos que compunham esta parcela da sociedade. A anexação (ou não) e suas disputas não era um desejo de todos – nem mesmo de toda a elite.

Entretanto, as relações do triângulo com São Paulo estavam cada vez mais estreitas graças às ligações promovidas pelas linhas férreas que começavam a penetrar o espaço mineiro. Neste caso, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (prolongamento da Estrada de Ferro Santos – Jundiaí e Companhia Paulista de Estradas de Ferro) foi a primeira a atravessar o Rio Grande e se estabelecer em Sacramento em 1888 reconstruindo trajeto semelhante ao traçado aberto pelos bandeirantes no século anterior. Inicialmente

a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação, sociedade anônima com sede em Campinas, foi organizada em 1872 entre as cidades de Campinas e Mogy-mirim, com um ramal para a cidade de Amparo, nos termos da Lei Provincial n. 18, de 21 de Março de 1872, a qual concedia privilégio e garantia de juros de 7% sobre o capital de 3.000:000\$000, dividido em 15000 ações equivalentes a 200\$000. A mesma lei concedia ainda privilégio para o prolongamento da linha acima até as margens do Rio Grande, passando por Casa Branca e Franca<sup>215</sup>

Recebendo a Companhia de Estradas de Ferro, os “promissores sertões” estavam “recebendo a oportunidade” de se integrar à economia cafeeira do Oeste Paulista que já se apresentava, desde meados do século XIX, como vantajosa e próspera na construção do Império. A “modernidade” estava, novamente, ecoando de São Paulo, no “Sertão” – assim como as primeiras bandeiras.

---

<sup>215</sup> OLIVEIRA, P. R. Para além do Rio Grande: os impactos da economia paulista sobre O Triângulo Mineiro. *HISTÓRIA*, São Paulo, 27 (2): 2008.P 205

Não era somente a fumaça e o som do apito do trem que se aproximavam da cidade, era o complexo cafeeiro que se estendia para além do estado de São Paulo, alcançando um dos pontos mais promissores no contato com os “sertões”.<sup>216</sup>

Antes de alcançar Uberaba, os trilhos chegaram a Sacramento, na estação de Jaguará (zona rural de Sacramento – MG). A ideia defendida era de que quanto mais cidades fossem beneficiadas pelo novo sistema de transportes, melhor seria para a economia local. Contudo, o relevo da cidade de Sacramento representava um forte empecilho para que a construção da estação fosse feita em zona urbana, sendo necessário, criar posteriormente um sistema de bondes que fizessem o transporte entre a cidade e o ponto de embarque mais próximo. Além disso, construindo em Jaguará, podia-se aproveitar a ponte sobre o Rio Grande, poupando investimentos.<sup>217</sup> No ano seguinte (1889), os trilhos atingiram Uberaba, em 1895, Uberabinha e em 1896, Araguari.

O rendimento do negócio sobre trilhos foi se tornando evidente, e com o passar dos anos, o benefício da implantação era revertido para a economia regional, sendo assim “ao garantir a rentabilidade dos investimentos ferroviários, o Império dava impulso à reprodução do capital cafeeiro e à expansão do complexo.”<sup>218</sup> Somando o desejo de se construir uma nação moderna aos vantajosos lucros que o empreendimento gerava, investia-se no prolongamento dos trilhos.

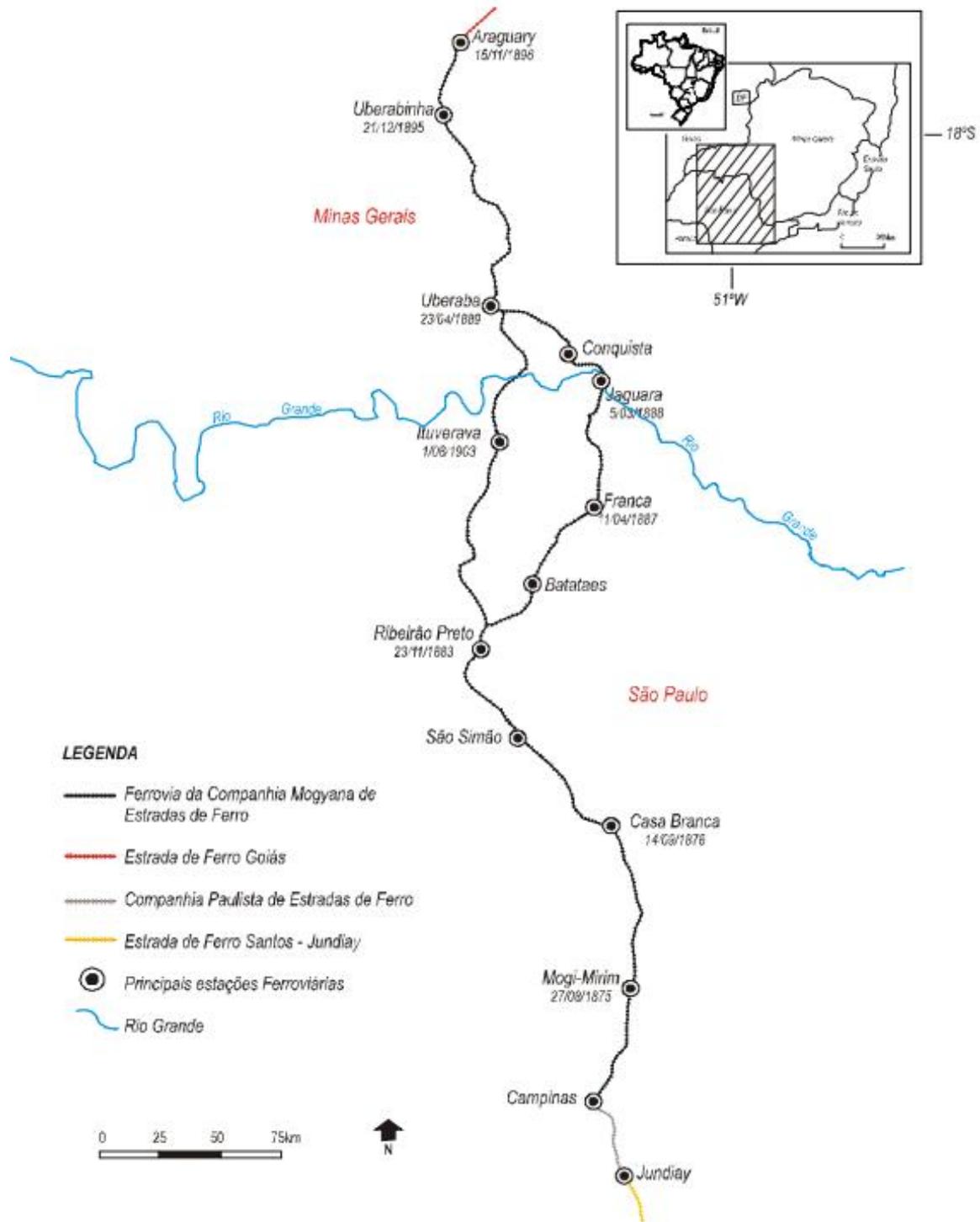
---

<sup>216</sup> OLIVEIRA, P. R. Para além do Rio Grande: os impactos da economia paulista sobre O Triângulo Mineiro. *HISTÓRIA*, São Paulo, 27 (2): 2008.p 205

<sup>217</sup> PEGORARI SILVA, E. de F. *Ferrovias: da produção de riquezas ao apoio logístico no Triângulo Mineiro* 161f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia – UFU , p.78

<sup>218</sup> OLIVEIRA, P. R. Para além do Rio Grande: os impactos da economia paulista sobre O Triângulo Mineiro. *HISTÓRIA*, São Paulo, 27 (2): 2008. p.208.

Mapa 16: Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (1872 – 1922)



Fonte: PEGORARI SILVA, E. de F. *Ferrovias: da produção de riquezas ao apoio logístico no Triângulo Mineiro* 161f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia – UFU p.66.

O objetivo de estabelecer a chegada dos trilhos em Uberaba era a produção e o escoamento de outras mercadorias – não necessariamente relacionadas ao café, já que “embora Uberaba não fosse produtora de café, o prolongamento dos trilhos do trem de ferro justificou-se pelo dinâmico comércio local”<sup>219</sup>

Os benefícios com a ferrovia eram vários, seja para a cidade, seja para a Companhia. “Tanto quanto a Companhia Mogiana pretendia lucrar com a drenagem do promissor comércio dos sertões, Uberaba pretendia beneficiar-se das possibilidades que essa lhe trazia, o que poderia se dar tanto pela confluência de mercadorias quanto pelo incremento da produção local.”<sup>220</sup>

Deste modo, a ferrovia paulista fortaleceu ligações com São Paulo e com as “origens do progresso” que deixaram de remeter aos mineiros

No oeste de Minas Gerais, especialmente no Triângulo Mineiro, a chegada da ferrovia carrou para três cidades onde se instalou – Uberaba, Uberabinha e Araguari – esperanças de progresso e inserção em mundo mais moderno. Interrompendo o isolamento *e a distância da capital da província e do país*, a inauguração da ferrovia representou a oportunidade de visibilidade perante outras localidades, também acrescentou população, movimentação comercial e, principalmente, rompeu com o significado negativo de sertão ermo. E, à medida que as transformações se acentuavam, o passado sertanejo perdia valor.<sup>221</sup>

A distância e o isolamento da capital da província já estavam sendo reclamadas nos jornais que apregoavam as vantagens da anexação do Triângulo Mineiro a São Paulo anos antes da chegada dos trilhos e quando fora vencida pelos paulistas, representou mais do que apenas uma ligação estrutural ou econômica.

Mesmo antes da implantação do traçado oficial da estrada, já se apontava o medo da “perda do Triângulo para os paulistas” graças a Mogiana que avançava rumo a Minas. Nas atas da Assembleia Legislativa o avanço das linhas da então Estrada S. Paulo representava “a invasão de nossa província pela de S. Paulo; invasão tal que em breve os nobres deputados

<sup>219</sup> PEGORARI SILVA, E. de F. *Ferrovias: da produção de riquezas ao apoio logístico no Triângulo Mineiro* 161f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia – UFU p.62.

<sup>220</sup> PEGORARI SILVA, E. de F. *Ferrovias: da produção de riquezas ao apoio logístico no Triângulo Mineiro* 161f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia – UFU p.210.

<sup>221</sup> DANTAS, Sandra Mara. Identidades em órbita: O habitante do Triângulo Mineiro e constituição da triangulidade. *Locus: Revista de História de Juiz de Fora*. v. 20, n. 2, p.125-144. 2015., P.214.

hão de ver decretar-se na assemblea geral uma medida, determinando que as divisas de S. Paulo venhão ao rio Sapucahy, perdendo a província de Minas todo o triangulo mineiro”<sup>222</sup>

Somamos o medo disposto ao fato de haver sido fundado em 1906 o primeiro Partido Separatista do Triângulo que advogava a falta de investimentos em infraestrutura, a ausência do poder público no local e a baixa participação política exercida por pessoas do Triângulo. O movimento de 1906 teve como desfecho o atendimento das reivindicações propostas, como a criação de um Colégio e de uma agência bancária em Uberaba.<sup>223</sup>

Mesmo em meio ao ‘medo separatista’ e ao atendimento de algumas reivindicações, durante o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX a Companhia Mogiana teve o monopólio do transporte de passageiros e mercadorias no Triângulo Mineiro. As relações comerciais estreitadas com S. Paulo poderiam “enriquecer a zona central de Minas”<sup>224</sup> caso o deslocamento de produtos fosse feito rumo ao interior da Província, passando por exemplo, por Sacramento, como advogava Tancredo Martins<sup>225</sup>

No entanto, a ligação ferroviária com Minas e a diminuição da distância com a Capital da Província só foi (re)pensada em 1911 quando ocorreu o início da construção do ramal que ligaria a Estrada de Ferro Goiás à Estrada de Ferro Oeste de Minas.

A “Oeste”, como a EFOM também era chamada, foi criada pela Lei Provincial nº1914, de 29 de julho de 1872. Pelo Decreto nº862, de 10 de outubro de 1890, ela tinha a concessão para construir uma ferrovia desde Angra dos Reis - RJ até Catalão - GO. Porém, o trecho além de Formiga - MG foi transferido para a concessão da EFG<sup>226</sup>.

Já a Estrada de Ferro Goiás (EFG) surgiu inicialmente a partir de uma concessão para construção de uma linha férrea que ligasse o Rio de Janeiro à Cuiabá. O projeto inicial não se concretizou, contudo, alguns anos depois foi criada a Estrada de Ferro Alto Tocantins (EFAT), que iniciava seu traçado em Araguari – MG e finalizava em Palmas. O objetivo era fazer o prolongamento dos trilhos partindo de onde finalizariam os domínios da EFOM, para beneficiar Goiás.

<sup>222</sup> *Liberal Mineiro*. 20 de agosto de 1885. P.3

<sup>223</sup> GUIMARÃES, E. N. A influência paulista na formação econômica e social do Triângulo Mineiro 2004. "A Influência Paulista Na Formação Econômica E Social Do Triângulo Mineiro," *Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira*, in: João Antonio de Paula & et alli (ed.), *Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira* p.15

<sup>224</sup> *Lavoura e comércio* 30 de maio de 1909. p.1.

<sup>225</sup> Promotor Público da Comarca de Uberaba

<sup>226</sup> SANTOS SILVA, F. dos. *Patrimônio Ferroviário em Minas Gerais – Bens e imóveis*. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Patrimonio\\_Ferrovuario\\_MG.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Patrimonio_Ferrovuario_MG.pdf). Acesso em 2020. p.36.

Para que as propostas da EFG se concretizassem era necessária a construção do prolongamento da EFOM - a primeira parte da empreitada significava a ligação “entre Bambuí e a Estação de Urubu (Campos Altos), foi inaugurado após um ano de trabalho”.<sup>227</sup> O trecho foi finalizado em 1912, contudo as atividades subsequentes foram fortemente afetadas pela Primeira Guerra Mundial.

Com a Grande Guerra as obras ficaram paralisadas, o que resultou na falência da Estrada de Ferro Goiás, em 1918. No ano seguinte, Arthur Bernardes, Presidente da Província de Minas Gerais retoma a importância do término do projeto de ligação do Triângulo com a Capital Mineira, ressaltando os problemas que o “isolamento” causava, “ninguém duvidará das grandes vantagens da ligação direta do opulento Triangulo Mineiro com o centro de Minas e com esta Capital, de que se acha actualmente afastado por quatro dias de longa e penosa viagem.”<sup>228</sup>

A Estrada de Ferro Goiás foi, então, adquirida pelo Governo Federal que incorpora sua malha ferroviária e seus funcionários a Estrada de Ferro Oeste de Minas,<sup>229</sup> que passa a ser a maior Companhia Ferroviária de Minas e a terceira maior do país.

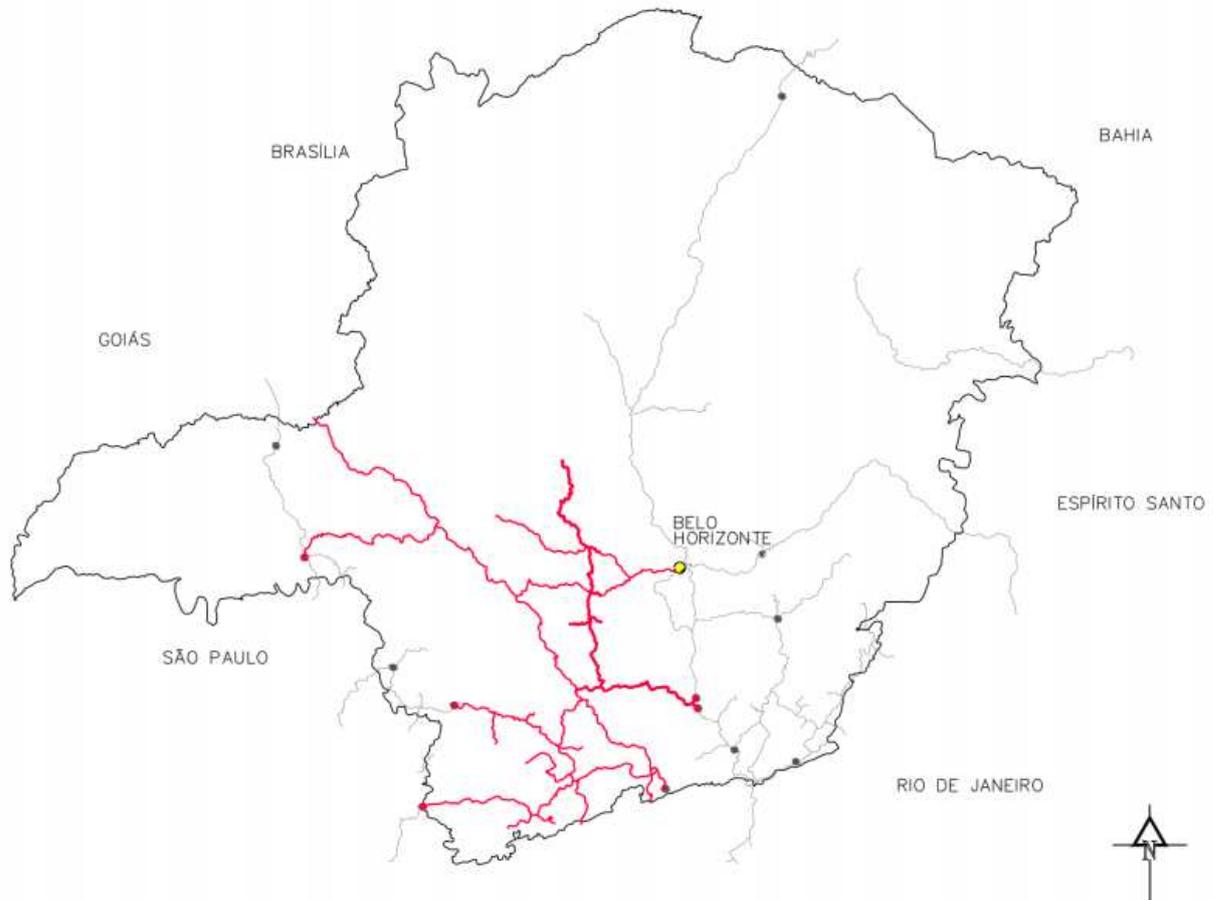
---

<sup>227</sup> LIMA, P. L. O. *A Máquina, tração do progresso: Memórias da ferrovia no Oeste de Minas: Entre o Sertão e a Civilização 1880 – 1930* 202f.(Dissertação – Mestrado em História) Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.2003. p.110

<sup>228</sup> LIMA, P. L. O. *A Máquina, tração do progresso: Memórias da ferrovia no Oeste de Minas: Entre o Sertão e a Civilização 1880 – 1930* 202f.(Dissertação – Mestrado em História) Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.2003. p.110p,111

<sup>229</sup> LIMA, P. L. O. *A Máquina, tração do progresso: Memórias da ferrovia no Oeste de Minas: Entre o Sertão e a Civilização 1880 – 1930* 202f.(Dissertação – Mestrado em História) Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.2003. p.110p,111

Mapa 17: Mapa com várias estradas férreas em Minas. Em vermelho a Estrada de Ferro Rede Mineira de Viação



Fonte: SANTOS SILVA, F. dos. *Patrimônio Ferroviário em Minas Gerais – Bens e imóveis*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Patrim%C3%B4nio%20Ferrovi%C3%A1rio%20-%20MG.pdf> . Acesso em 2020. p.59.

A ferrovia chegava em Minas e junto com os trilhos o som do progresso. No Triângulo, em meio a instabilidade e as questões políticas que estavam sendo enfrentadas pelas autoridades locais, a ferrovia teria tido impacto duplo

De um lado, este meio de transporte, pela sua capacidade de transformação separava as localidades integradas à economia mercantil-capitalista daquelas que continuariam fadadas ao anacronismo. De outro lado, as duas ferrovias, pela segmentação que operaram no mercado regional, separaram o Triângulo Mineiro e duas áreas com características bastante distintas, uma integrada à dinâmica paulista e outra complementar à economia mineira-fluminense.<sup>230</sup>

<sup>230</sup> GUIMARÃES, E. N. A influência paulista na formação econômica e social do Triângulo Mineiro 2004. "A Influência Paulista Na Formação Econômica E Social Do Triângulo Mineiro," *Anais do XI Seminário sobre a*

Temos como aponta Guimarães, diferentes aspectos da vida que influenciam e foram influenciados por esta chegada que representou uma possibilidade de polarização gerando certa divisão entre o próprio Triângulo, já que,

No aspecto econômico, o Triângulo d'oste sempre esteve mais ligado à economia paulista, embora recolhesse seus tributos aos cofres de Minas. Foi a dinâmica da economia paulista e a sua ligação ferroviária com o Triângulo que estabeleceram a rota econômica. O lado sócio-cultural, em grande medida, esteve ligado ao intercâmbio comercial, o qual determinava a direção dos fluxos e, portanto, era o fator de estreitamento das relações sociais. Assim tivemos nesta região duas faces distintas, uma mais paulista (oeste) e outra mais mineira (leste).<sup>231</sup>

---

*Economia Mineira*, in: João Antonio de Paula & et alli (ed.), *Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira* p.13

<sup>231</sup> GUIMARÃES, E. N. A influência paulista na formação econômica e social do Triângulo Mineiro 2004. "A Influência Paulista Na Formação Econômica E Social Do Triângulo Mineiro," *Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira*, in: João Antonio de Paula & et alli (ed.), *Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira* p.15

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos nos ocupar da construção da história do Triângulo Mineiro a partir de sua delimitação e caracterização enquanto Zona fisiográfica, do processo de rememoração e identidade de seus moradores enquanto lugar de filiação e da construção do Triângulo Histórico, que abarca as questões de cunho político, econômico e social. Contudo estes três níveis de narrativa não proporcionam a tessitura se forem exibidos isoladamente.

Para compreender o lugar de filiação e as lutas de afirmação de uma identidade regional é necessário entender que a formação do Triângulo envolve relações de pertencimento que são construídas historicamente, seja por fatores econômicos, políticos ou culturais. As formas de traçar este espaço também se alteraram ao longo dos anos, sendo utilizadas quando necessário, como arma política. A zona fisiográfica não determina isoladamente uma porção de terras e a desenha como um grande triângulo “natural” apesar de ser perceptível o traçado geométrico (quando olhamos do ponto de vista euclidiano) nos mapas apresentados.

As relações entre as formas de narrar, perceber e viver este espaço são cercadas por concepções pré-formadas e rememorações construídas em muitos locais como a imprensa, a cartografia, as cartas, os documentos oficiais, atas, relatórios... Cada documento aponta uma perspectiva de vivenciar o/no espaço as transformações que lhe são descritas.

Esta empreitada geométrica, como figuração política, tem se revelado desafiadora para historiografia e é digna de destaque, pois mantém-se atuante, reconstruída incessantemente. Os traçados que nos limitam são retomados, modificados, reestruturados. Vivenciamos esta mudança contínua e colhemos os frutos de nossas ligações econômicas, sociais, culturais como Triângulo mineiro, paulista e goiano.

As mudanças na forma de viver, compreender e nomear o espaço são apontadas e reescritas quando as novas possibilidades de conceber o ambiente são criadas. Neste caso, o que lembramos acerca do Triângulo influencia nossa relação com o lugar de habitação/filiação. Nesse sentido, regionalizar é um ato de memória que, por sua vez, é um ato político que não apenas evoca o passado, atualizando-o no presente, mas projeta o futuro.

Os Sertões (da Farinha apodrecida ou não) são contrapostos às linhas retas da modernidade, ao traçado que se impõe – violentando a paisagem naturalmente desenhada –

através do nosso olhar que lhe designa figurações e formas. Saindo dos sertões encontramos a modernidade que se instala sendo constantemente tornada obsoleta na luta para escolher quais os aspectos da história devem permanecer na lembrança dos indivíduos.

É nos traçados que contornam com ares modernos o espaço sertanejo que a constituição desta figuração fica mais evidente. É na mistura que esse traçado configura sujeitos da história brasileira que se revelam nas áreas de fronteira que temos essas tensões.

Mas a surpresa está na indefinição. Quanto mais nos aproximamos desta geometria marcada e delimitada do Triângulo, mais constatamos que as novas conjecturas sobre o espaço não o podem conter afinal, como dizia Riobaldo “o sertão é dentro da gente”<sup>232</sup> e a modernidade traçadas sob a forma de um triângulo parece-nos sempre correr à nossa frente.

---

<sup>232</sup> ROSA, G. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. p.270.

## FONTES

### Acervos consultados:

ArPU – Arquivo Público de Uberlândia

APU – Arquivo Público de Uberaba

APM – Arquivo Público Mineiro

ArPDF – Arquivo Público do Distrito Federal

CDHIS – Centro de documentação e pesquisa em História – UFU

Hemeroteca digital da biblioteca nacional (BNDigital)

### Cartografia:

*Carta Geográfica que compreende toda a comarca do Rio das Mortes, Villa Rica e parte da cidade de Mariana do governo de Minas Gerais.* 1765. Cópia do Arquivo Público de Uberaba – ArPU.

José Joaquim da Rocha. *Mapa da Comarca do Rio das Mortes.* 1777. Cópia do Arquivo Público de Uberaba – ArPU.

José Joaquim da Rocha. *Mostrace neste mapa o julgamento das cabeceiras do Rio das Velhas e parte da capitania de Minas Geraes com a devise de ambas as capitanias data pelo capitam.* 1796. Acervo da Biblioteca Nacional.

Barão de Eschwege. *Mapa da Província de Minas Gerais.* 1821. Coleção de documentos cartográficos do Arquivo Público Mineiro – APM. 98,0x94,0cm

Friedrich Wagner & HGF Halfeld. *Carta topográfica da Província de Minas Gerais.* 1862. Coleção de documentos cartográficos do Arquivo Público Mineiro – APM. 117,0x91,0cm.

Francisco Tosi Colombina. *Mappa da capitania de S. Paulo, e seu sertão, em que se vem os descobertos, que lhe foraõ tomados para Minas Geraes, como tambem o caminho de Goyazes, com todos os seus pouzos, e passagens deleniado por Francisco Tosi Columbina.* Século XVIII. Biblioteca Nacional. 65 cm×45,2 cm em folha de 66,5cm×48cm.

Francisco Tosi Colombina. *Mapa dos limites de Goiás e Minas.* 1751. Arquivo Público Mineiro. 78,2 cm × 53,7 cm

Francisco Tosi Colombina. *Mapa dos limites de Goiás e Minas.* 1751. Arquivo Histórico do Exército. 53,5 cm × 77 cm

Raimundo José da Cunha Mattos. *Carta corográfica plana da província de Goiás e dos julgados de Desemboque e Araxá da Província de Minas Gerais.* 1826. Biblioteca Nacional de Portugal.

### Imprensa

A Reforma: Orgão Democrático (RJ) - 1869 a 1879  
 Constitucional (SP) - 1874 a 1875  
 O Mineiro (MG) - 1873 a 1875  
 O Patriota: Jornal Político Liberal (RJ) - 1813 a 1814  
 Echo do Sertão (MG) 1875.

### **Memorialistas**

ARANTES, Jerônimo. Cidade dos sonhos meus: memória histórica de Uberlândia. Uberlândia: Edufu, 2003.  
 TEIXEIRA, E. O Triângulo Mineiro nos Oitocentos (séculos XVIII e XIX). Uberaba: Intergraff Editora, 2001.  
 TEIXEIRA, Tito. Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central - História da criação do município de Uberlândia. Uberlândia: Gráfica LTDA Editora, 1970.  
 PEREIRA, Oscar Virgílio. *Das sesmarias ao polo urbano: Formação e transformação de uma cidade*. Uberlândia: Composer, 2010.

### **Relatos de Viagens**

ALINCOURTT, Luís d'. *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1975.  
 CASAL, M. A. de. *Corografia brasílica ou relação historico-geografica do reino do Brazil*. Rio de Janeiro: impressão régia, 1817.  
 ESCHWEGE, W. L. V. *Brasil, novo mundo*. Tradução Domício de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1996.  
 MATOS, R. J. C. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1981.  
 MORAES, Joaquim de Almeida Leite. *Apontamentos de viagem*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.  
 SAMPAIO, B. A. *Uberaba: História, fatos e homens*. Uberaba: Academia Brasileira das Letras do Triângulo Mineiro, 1971.  
 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de Goiás*. São Paulo: EDUSP, 1975.  
 SILVA, Vigário. *História Topográfica da Freguesia do Uberaba – vulgo Farinha Podre*. Uberaba: Revista Dimensão Edições, 2018.  
 TEIXEIRA, E. *O Triângulo Mineiro nos Oitocentos (séculos XVIII e XIX)*. Uberaba: Intergraff Editora, 2001  
 TAUNAY, A. de E. *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1981.

### **Revistas do Arquivo Público Mineiro**

*Revista do Arquivo Público Mineiro*, Volumes: I, II, VI, VII, IX, XIV, de 1896 a 1906.

### **Inventários**

Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira, n.10, 1832, Secretaria de 1ª vara civil

Joaquim Silva e Oliveira, n.41, 1839, Secretaria de 1ª vara civil

Inventário do fundo Assembleia Legislativa Provincial, 2015. Governo do Estado de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro (APM).

## BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Objeto em fuga: algumas considerações sobre o conceito de região. In: *Fronteiras*, Dourados – MS. V.10, n.17, p.55-67, jan/jun. 2008.

AMANTINO, M. As Guerras Justas e a escravidão indígena em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. In: *Varia História*. v.22, n.35, Belo Horizonte, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752006000100011>

ANDRADE, Karylleila Santos. O lugar nos estudos toponímicos: reflexões. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.25, n. 2, p. 585 – 607,2007. <https://doi.org/10.17851/2237-2083.25.2.585-607>

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso recitado no ato de estatuir-se o IHGB. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo I, p. 9- 18, 1839.

BEZZI, M. L. *Região: Uma (Re)visão historiográfica- Da Gênese aos novos paradigmas*. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BROWN, Kevin J. *A América do Sul e o Brasil nos mapas*. São Paulo: Folha, 2018.

BUENO, B. P. S. Decifrando mapas: sobre o conceito de “território” e suas vinculações com a cartografia. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. V.12. p.193-234. jan./dez. 2004. <https://doi.org/10.1590/S0101-47142004000100018>

CABRAL, L. O. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. In: *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, EDUFSC, v. 41, n.1 e 2. ( p.141-155), 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: A política imperial*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume-Dumará, 1996, 436.

COSTA, A. G. A cartografia do território de Minas Gerais e seus limites oitocentistas: anexações e desmembramentos. In: *Anais do IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica*. Universidade do Porto, 2011

DANTAS, Sandra Mara. Identidades em órbita: O habitante do Triângulo Mineiro e constituição da triangulidade. *Locus: Revista de História de Juiz de Fora*. v. 20, n. 2. p.125-144. 2015.

DINIZ, Alexandre Magno Alves & BATELLA, Wagner Barbosa. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: Um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. In: *Sociedade & Natureza*. Uberlândia, n.17, p.59-77, 2005.

ELIAS, N. *Escritos e ensaios*: 1. Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2006.

SANTOS, A. C. dos. *A expulsão do sertão: elites paulistas, entre o imaginário e o território (1749-1841)* 2018. 303f. Tese (doutorado em arquitetura). FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas minas setecentistas*. Trad. Maria Juliana Gambogi Teixeira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. <https://doi.org/10.7476/9788542303070>

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FUNES, Eurípedes A. *Goiás 1800-1850: Um período de transição da mineração à agropecuária*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1986.

GANZER, N. N. Carl Friedrich Phillip Von Martius: como as ideias de um alemão influenciaram as construções historiográficas e identitárias brasileiras. In: *Anais do III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS) Dilemas e desafios na contemporaneidade*. Campinas: Unicamp. Fevereiro de 2010

GUIMARÃES, E. N. A influência paulista na formação econômica e social do Triângulo Mineiro 2004. "A Influência Paulista Na Formação Econômica E Social Do Triângulo Mineiro," *Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira*, in: João Antonio de Paula & et alli (ed.), *Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira*

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. *Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: Integração nacional e consolidação regional*. Uberlândia: EdUFU, 2010.

HALFELD, H.G.F.& TSCHUDI, J. J. Von. *A província brasileira de Minas*. Ensaio crítico, notas e revisão da tradução MARTINS, R. B. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: 1998.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Trad. Valério Rohden e Udo B. Moosburger. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (*La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: 2006. Disponível em: [http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq\\_interface/1a\\_aula/A\\_producao\\_do\\_espaco.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf).

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

LONGHI, R. S. D. G. O movimento separatista do triângulo mineiro. In: *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 04, jun 1998. pp. 119-135

LUZ, E. de M. M. *Um legislador nas Gerais: vida e obra do Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik (1783-1861)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual de São Paulo: Franca, 2008.

MACHADO, Antônio Alves. *Memoria relativa ao projecto de uma nova divisão administrativa do Imperio do Brasil, 1873-*. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [1873]. 21 p., 22 cm. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or1487244/or1487244.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1487244/or1487244.pdf).

MATOS, R. J. da C. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Itatiaia. Vol.1,

MORGAN, L. H. *A sociedade antiga: Ou investigações sobre as linhas do progresso humano desde a selvageria, através da barbárie, até a civilização*. Rio de Janeiro: Expresso Zahar, 2014.

MORI, Robert. *Os aldeamentos indígenas no caminho dos goiases: guerra e etnogênese no “Sertão do gentio Cayapó” (Sertão da Farinha Podre) – Séculos XVIII E XIX*. 2015. 219 f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

OLIVEIRA, H. C. M. de. *Urbanização e cidades: Análises da microrregião de Ituiutaba (MG)*. Tese (Doutorado em geografia). Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

ORLANDI, E. P. Vão surgindo os sentidos: a formação do país e a construção da Identidade Nacional. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Discurso Fundador*. Campinas, SP: Pontes, 1993.

PEGORARI SILVA, E. de F. *Ferrovias: da produção de riquezas ao apoio logístico no Triângulo Mineiro* 161f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia – UFU

PEREIRA, Oscar Virgílio. *Das sesmarias ao polo urbano: Formação e transformação de uma cidade*. Uberlândia: Composer, 2010.

PEREIRA, R. M. O espaço e o tempo como intuições puras: um estudo acerca dos argumentos presentes nas exposições metafísicas da “Estética Transcendental”. *Ensaio Filosóficos*, V.3. Abril/2011. pp.121-132.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira* por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832.

PONTES, H. *História de Uberaba e a Civilização do Brasil Central*. Superintendência do Arquivo Público de Uberaba: E-book, 2018.

RAVAGNANI, Oswaldo Martins. Os primeiros aldeamentos da província de Goiás. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 221-244, jan./1994.

RENGER, F. & GOMES, M. C. A. [Engenheiros alemães na cartografia de Minas Gerais do século XIX: Eschwege, Halfeld, Wagner e Henrique Gerber](#). In: *Anais do V Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Petrópolis, 2013.

RIBEIRO JUNIOR, F. P. A fabricação da liberdade: alforrias e abolição da escravidão no Triângulo Mineiro, 1821-18881. In: *História & Perspectivas*, Uberlândia (36-37):281-309, Jan.Dez. 2007.

RICCIOPPO, T. & SOUZA SILVA, M. de. *Colonização do Triângulo Mineiro: Origens do desemboque*. Disponível em: <http://arquivopublicouberaba.blogspot.com/2016/11/colonizacao-do-triangulo-mineiro.html>. Acesso em 02/2019.

RISCHITELI, A. B. S. P. *Imagens e vozes do Sertão da Farinha Podre na produção historiográfica de Antônio Borges Sampaio (1880-1908)*. 2005. 139f. Dissertação (mestrado em História) Faculdade de história, direito e serviço social, Universidade estadual de São Paulo, Franca, 2005.

ROSA, G. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1938.

SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

SAMPAIO, Antônio Borges de. Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro – esboço histórico. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. V.14, Fascículo: 3. 1906.

SAMPAIO, B. A. *Uberaba: História, fatos e homens*. Uberaba: Academia Brasileira das Letras do Triangulo Mineiro, 1971.

SANTOS, M. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: EdUSP, 2013.

SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. In: *GEOUSP – espaço e tempo*, São Paulo, n.32, pp.89-109. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2012.74284>

SCHWARCZ, L. M. & STARLING, H. M. *Brasil: Uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, R. M. da. Diogo de Vasconcellos e o IHGMG: os parâmetros para a história de Minas Gerais. In: *História da historiografia*. Ouro Preto, n.5, setembro/2010, p.247-254.

SIMMEL, G. A ponte e a porta. *Revista política & trabalho*. n.12, Set/1996. pp.10-15.

SIMMEL, Georg. A ruína. SOUZA, Jessé e OELZE, Berthold. *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB. 1998. pp. 137-144.

SIMMEL, Georg. Sociologia do espaço. Tradução: DOMSCHKE, Rainer & FREHSE, Fraya. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 27, n.79, pp.75-112. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000300007>

TAVARES, J. N. O Triângulo. *Revista de Ciência elementar*. v.1, n.1, Nov-Dez/2013. <https://doi.org/10.24927/rce2013.027>

TEIXEIRA, E. *O Triângulo Mineiro nos Oitocentos (séculos XVIII e XIX)*. Uberaba: Intergraff Editora, 2001.

TONUCCI FILHO, J. B. M. Espaço e território: um debate em torno de conceitos-chave para a geografia crítica. In: *Revista Espinhaço*, Diamantina, v.2, n. 1, pp.41-51. 2013.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974.

VIEIRA JÚNIOR, Wilson. Cartografia da Capitania de Goyaz do século XVIII: intenção e representação. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.